



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTUDOS LINGUÍSTICOS

TATIANE DA SILVA VELOSO

**O IDIOMA NACIONAL: O PORTUGUÊS BRASILEIRO EM
EVIDÊNCIA A PARTIR DOS ESTUDOS DE ANTENOR
NASCENTES**

PORTO NACIONAL/TO
2022

TATIANE DA SILVA VELOSO

**O IDIOMA NACIONAL: O PORTUGUÊS BRASILEIRO EM
EVIDÊNCIA A PARTIR DOS ESTUDOS DE ANTENOR
NASCENTES**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins, campus Porto Nacional, como requisito parcial para obtenção de título de Mestra em Letras.

Área: Estudos Linguísticos
Orientador: Dr. Daniel Marra da Silva

PORTO NACIONAL/TO
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- V443i Veloso, Tatiane da Silva.
O Idioma Nacional: o português brasileiro em evidência a partir dos estudos de Antenor Nascentes . / Tatiane da Silva Veloso. – Porto Nacional, TO, 2022.
90 f.
- Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Letras, 2022.
Orientador: Daniel Marra da Silva
- I. Antenor Nascentes. 2. Historiografia Linguística. 3. Idioma Nacional. 4. Português Brasileiro. I. Título

CDD 469

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

TATIANE DA SILVA VELOSO

**O IDIOMA NACIONAL: O PORTUGUÊS BRASILEIRO EM
EVIDÊNCIA A PARTIR DOS ESTUDOS DE ANTENOR
NASCENTES**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins, campus Porto Nacional, como requisito parcial para obtenção de título de Mestra em Letras.

Aprovada em 25 / 03 / 2022

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Daniel Marra da Silva (PPG-Letras/UFT)
Orientador e Presidente

Professor Dr. Sebastião Elias Milani (PPGLL-UFG)
Membro Externo

Professora Dra. Greize Alves da Silva (PPG-Letras/UFT)
Membro Interno

PORTO NACIONAL/TO
2022

Dedico este trabalho à minha amada família: meu esposo Izael Veloso, minhas filhas Rebeka e Raquel, que me apoiam e me motivam todos os dias na realização dos meus sonhos, que apesar das dificuldades enfrentadas não me deixam desistir deles.

Àquela que me deu a luz, minha fonte de inspiração, minha amada mãe, Maria Eunice, que mesmo sem muita instrução escolar sempre foi incisiva para que os filhos pudessem desfrutar da oportunidade que lhe foi tomada pela dura vida.

Porque dele, e por meio dele, e para ele são todas as coisas. A ele, pois, a glória eternamente. Amém! Romanos 11.36

AGRADECIMENTOS

Sou grata a Deus, autor e sustentador da minha vida, que me fortaleceu nesses anos de estudos e me capacitou a vencer mais uma etapa de minha vida. Ao meu orientador, Prof. Dr. Daniel Marra da Silva, pela orientação, por dividir seu conhecimento e experiência comigo, pela paciência e dedicação na elaboração deste trabalho e por me motivar sempre a ser uma professora-pesquisadora da nossa rica língua portuguesa brasileira. Ao Prof. Dr. Sebastião Elias Milani e à Profa. Dra. Greize Alves da Silva, pelas ricas contribuições colaborativas a este trabalho. Também sou grata aos meus colegas de turma, Liethen Primo, Elizângela Quintana e Carla Alessandra, que sempre estavam me motivando e demonstrando companheirismo em cada etapa, principalmente nesta fase final. Enfim, agradeço a todos que de alguma forma me ajudaram a vencer este desafio.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado apresenta as contribuições de Antenor de Veras Nascentes (1886-1972) à linguística brasileira. A partir do dispositivo analítico da Historiografia Linguística, coloca em destaque *O linguajar carioca* (1922) e a coleção monográfica *O idioma nacional*, produzida em cinco volumes (1926-1929), obra em que o autor põe em evidência a língua falada no Brasil ao mesmo tempo em que ensaia uma defesa favorável ao seu ensino. No momento de suas publicações estavam em discussão temas que somente seriam tomadas com a seriedade devida várias décadas depois quando questões em torno das características próprias do português brasileiro começaram a ganhar o centro das pesquisas em linguística. O método de investigação da Historiografia Linguística orienta o desenvolvimento e a organização desta dissertação, que está estruturada em cinco capítulos. Faz-se um percurso descrevendo a vida e obra de Nascentes, com foco em sua produção intelectual, as influências buscadas por ele para suas pesquisas e estudos. Fundamentalmente, esta dissertação coloca em evidência um aspecto da obra de Nascentes que é pouco divulgado pela linguística brasileira, sua série monográfica *O Idioma Nacional*. Nela o autor aborda como deveria ser o ensino da língua nacional, o português falado no Brasil, que considerava diferente da língua lusitana. Logo, o autor considerava incongruente que o Brasil fizesse uso de uma gramática lusitana ou de manuais construídos com base na variedade lusitana para o ensino de português no Brasil. Nessa obra, Nascentes abordou conteúdos que puseram em destaque aspectos fonéticos, morfológicos, sintáticos e históricos do português brasileiro. Além disso, o autor utilizou-se dessa obra para homenagear, tanto quanto exaltar, autores da literatura brasileira, que passaram a ocupar na sala de aula de Nascentes lugares que tradicionalmente eram ocupados por autores lusitanos. Desse modo, este estudo situa Nascentes em seu tempo, mostrando as relações dele com os intelectuais de seu tempo, e uma defesa compartilhada de uma língua e de uma literatura nacionais. A partir da década de 1920, quando se comemorava os 100 anos da independência do Brasil, Nascentes lançava as bases para o estudo do português revestido das cores nacionais, dos aspectos que caracterizam os falantes dessa língua. *O idioma nacional* é genuinamente o *português brasileiro*, termo que ganharia com o amadurecimento da linguística brasileira um *status* científico, contrapondo-se a *português lusitano*, como uma forma de estabelecimento de diferenças dialetais substanciais.

Palavras-chave: Antenor Nascentes. Historiografia Linguística. Idioma Nacional. Português Brasileiro.

ABSTRACT

This master's thesis presents the contributions of Antenor de Veras Nascentes (1886-1972) to Brazilian linguistics. From the analytical device of Linguistic Historiography, it highlights his work *O linguajar carioca* (1922) and the monographic collection *O idioma nacional*, produced in five volumes (1926-1929), a work in which the author highlights the language spoken in Brazil at the same time as he rehearses a favorable defense of its teaching. At the time of its publications, topics were being discussed that would only be taken seriously several decades later, when questions about the specific characteristics of Brazilian Portuguese began to gain the center of research in Brazilian linguistics. The research method of Linguistic Historiography guides the development and organization of this dissertation, which is structured in five chapters. It also describes the life and work of Nascentes, focusing on his intellectual production, the influences sought by him for his research and studies. Fundamentally, this dissertation highlights an aspect of Nascentes' work that is little publicized by Brazilian linguistics, his monographic series *O Idioma Nacional*. In it, the author discusses how the teaching of the national language should be, the Portuguese spoken in Brazil, which he considered different from the Lusitanian language. Therefore, the author considered it incongruous for Brazil to make use of Portugal's language grammar or of manuals built on the basis of the European Portuguese variety for the teaching of Portuguese in Brazil. Nascentes addressed content that highlighted phonetic, morphological, syntactic and historical aspects of Brazilian Portuguese. In addition, he used this work to honor, as well as to praise, authors of Brazilian literature, who began to occupy places in the Nascentes' classroom that were traditionally occupied by European authors. This way, this study places Nascentes in his time, showing his relationships with the intellectuals of his time, and a shared defense of a national language and literature. From the 1920s onwards, when the 100th anniversary of Brazil's independence was celebrated, Nascentes laid the foundations for the study of Portuguese dressed in Brazilian national colors, the aspects that characterize the speakers of this language. *Idioma Nacional* is genuinely Brazilian Portuguese, a term that would gain scientific status with the maturation of Brazilian linguistics, as opposed to Lusitano Portuguese, as a way of establishing substantial dialectal differences.

Keywords: Antenor Nascentes. Linguistic Historiography. National Language. Brazilian Portuguese

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 ANTENOR NASCENTES: VIDA E OBRA	16
2.1 Vida: breve percurso sobre a vida de Antenor Nascentes	16
2.2 A obra: produtividade intelectual de Antenor Nascentes	19
2.3 Fontes marcadas: as influências buscadas por Antenor Nascentes	30
3 CONCEITOS LINGUÍSTICOS GERAIS DE ANTENOR NASCENTES.....	35
4 A CONTRIBUIÇÃO DE ANTENOR NASCENTES PARA A LINGUÍSTICA BRASILEIRA	39
4.1 O legado: as influências de Antenor Nascentes para os estudos linguísticos subsequentes.....	39
4.2 A divisão dialetal do Brasil proposta por Antenor Nascentes	39
4.3 Influência de Antenor Nascentes sobre a construção do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)	42
5 PORTUGUÊS BRASILEIRO X PORTUGUÊS LUSITANO: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS	49
5.1 Português brasileiro x português lusitano.....	49
5.2 A constituição do português brasileiro: ocupação territorial, ciclos econômicos e o avanço da urbanização.....	54
5.3 A formação do português brasileiro a partir do século XIX	61
5.4 O ensino do português no Brasil	66
6 O IDIOMA NACIONAL	70
6.1 Idioma Nacional: definições.....	70
6.2 Língua nacional do Brasil x Língua lusitana, apontamentos de Antenor Nascentes na obra <i>O Idioma Nacional</i>	82
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	89

1 INTRODUÇÃO

O trabalho intelectual de Antenor de Veras Nascentes (1886-1972) rompeu com as barreiras do tempo em que viveu e continuou contribuindo substancialmente no decorrer do tempo como fonte de pesquisa aos estudiosos da linguagem no contexto da linguística brasileira. O estudo desenvolvido nesta dissertação de mestrado evidencia a trajetória de vida e intelectual desse autor, com foco em suas contribuições para os estudos do português brasileiro. Seus estudos sobre aspectos do português brasileiro são pontos de partida para os estudos descritivos dessa língua, tendo influenciado várias gerações de pesquisadores da linguística e ainda servindo como fonte de referência já passado um século desde suas primeiras publicações.

Assim, configura-se como objetivo geral deste estudo evidenciar a vida e a obra intelectual de Antenor Nascentes. Como objetivos específicos, evidenciar a sua conceituação e visão de idioma nacional a partir das obras *O idioma nacional* (1926 a 1929) e *O linguajar carioca* (1953); revelar a defesa do autor em favor do português falado no território brasileiro; e destacar a expressão do sentimento de nacionalidade e de pertencimento ao país que seus escritos revelam.

Fornecem elementos para este estudo a série *O idioma nacional* (1936-1942) e *O linguajar carioca* (1953), cuja importância teórica permite situá-lo no contexto da língua nacional em que o autor estava inserido, para utilizar uma terminologia que ele próprio emprega ao tratar do português no território brasileiro. No momento de suas publicações, estavam em discussão questões que somente seriam tomadas com a seriedade devida nas décadas finais do século XX, com o amadurecimento da pesquisa linguística no Brasil: discussões em torno das características próprias do português em solo brasileiro. Evidentemente, Nascentes se posicionou sobre tais questões, como será mostrado nesta dissertação.

Para o desenvolvimento deste estudo, faz-se uso do método e das discussões teóricas da Historiografia Linguística, cujo principal teórico é Konrad Koerner (1939-2022). Não obstante, faz-se aqui diálogos aproximados com a História das ideias Linguísticas no Brasil, campo em que se pode perceber profícuas pesquisas relacionadas ao processo de gramatização e historicização do idioma nacional. Conforme Orlandi, 2002, (p. 158), “o processo de gramatização brasileira do português constitui assim um saber sobre a língua e suas singularidades e processa a historicização da língua no território nacional, brasileiro”.

Relativamente à Historiografia Linguística, Koerner (1996, p. 45) a define como um “modo de escrever a história do estudo da linguagem baseado em princípios”. Consoante esse autor, para desenvolver a historiografia linguística é necessário estudar os fatos básicos, as

massas para retirar a síntese dos fatos históricos estudados para assim chegar ao essencial. O autor diz que na ciência da linguagem ainda não havia uma metodologia utilizada para trabalhar a historiografia linguística, foi no início da década de 1970 que pesquisadores como Dell Hymes (1974) (1929-2009), Raffaele Simone (1944-) (1975) e ele próprio (Koerner, 1976) se empenharam para propor diretrizes para esse campo de estudo.

Na época, o livro *The Structure of Scientific Revolutions* (1962; 1970) de Kuhn teve um impacto considerável no debate, à proporção que a discussão se centralizava na questão sobre até que ponto a morfologia kuhniana das revoluções científicas poderia fornecer um guia útil para o historiador da linguística. (KOERNER, 2014, p. 47)

Embora Keith Percival (1911-2003) questione, em 1976, um tipo de paradigma a se seguir na descrição da história da linguística não chegou a dar direcionamento para isso. Koerner (1996) se propõe a dar esse direcionamento, tornando-se, nas décadas finais do século XX, referência em historiografia linguística. O autor afirma que o historiógrafo-linguista não pode interpretar a obra, o texto proposto, com os olhos do presente, mas é necessário que tenha um conhecimento linguístico relevante do passado para desenvolver pesquisas nessa área. Por isso, para se pesquisar na área da linguística, o historiógrafo-linguista necessita de um bom embasamento teórico, prático e das mudanças ocorridas em outros campos de pesquisa histórica. Além disso, outras áreas de pesquisa histórica podem oferecer metodologias para o segmento da historiografia linguística.

O historiógrafo-linguista deve manter diálogo com várias ciências, fazendo com que elas conversem entre si, como a História, Filosofia, Antropologia, Sociologia, pois os historiadores das ciências têm muito a oferecer aos da linguística. Assim, ao analisar uma obra, deve-se aprofundar no contexto em que ela está inserida, de modo que é inadequado o seu estudo apenas com a perspectiva do presente.

Koerner (1996) ainda esclarece que o historiógrafo-linguista deve ter zelo no uso da metalinguagem ao analisar uma obra do passado, pois um autor sempre dialoga com outras fontes que o antecederam de forma que ele não se distancia substancialmente dos seus predecessores. Assim, o papel do historiógrafo-linguista é discutir teorias do passado aproximando-as do presente sem que isso cause divergências com os originais.

Para evitar o problema dos abusos do uso da metalinguagem, como as distorções das intenções do autor estudado, Koerner (1996) propõe três princípios para o direcionamento da pesquisa em historiografia linguística: o princípio da contextualização, o princípio da imanência e o princípio da adequação teórica.

O princípio de contextualização diz respeito ao estabelecimento geral do clima de opinião do momento em que o documento foi produzido. As disciplinas não devem ser isoladas, portanto, não são independentes de outras correntes da época. O autor ainda diz que todas as áreas devem ser levadas em conta na análise pelo historiógrafo-linguista, a fim de identificar as influências presentes no documento analisado.

O princípio da imanência consiste num levantamento do entendimento completo do texto linguístico analisado, tanto histórico quanto crítico das teorias linguísticas em questão. Segundo Koerner, o pesquisador deve se afastar das suas ideias e formação atual e analisar o documento com as teorias e terminologias em que foram produzidas em seu tempo de forma interna.

Finalmente, o princípio adequação teórica trata da aproximação das teorias do passado com as do presente. Após aplicar os dois princípios anteriores, conforme Koerner, o historiógrafo-linguista deve fazer uso do princípio da adequação, aproximando vocabulário técnico e moderno ao do passado permitindo assim melhor compreensão do trabalho interpretado. O autor é enfático ao afirmar que o historiógrafo deve deixar explícito que as aproximações terminológicas foram inseridas por ele.

Koerner acrescenta ainda outra questão metodológica, o argumento da influência, para o qual o historiógrafo-linguista também deve utilizar. A questão da influência “pode ser documentada com base em referências explícitas, comparação de textos, agradecimentos públicos, e assim por diante” (KOERNER, 2014, p. 60), ou seja, analisar que tipo de influência o autor buscou para defender seu ponto de vista ou sua linha teórica.

Esta dissertação está estruturada em I) Introdução, Títulos II, III, IV, V, VI e VII) Considerações finais. O Título II trata da vida e obra de Nascentes, sua produção intelectual, as influências buscadas pelo autor para suas pesquisas e estudos; o Título III conceitua os principais termos linguísticos utilizados por Nascentes; o Título IV aborda as contribuições do autor para a linguística brasileira; o Título V traça um percurso histórico da língua portuguesa de sua chegada ao Brasil aos seus desenvolvimentos ao longo dos séculos, percurso importante para entender como o idioma nacional foi constituído; por fim, o Título VI aborda a questão do idioma nacional, a conceituação, a abordagem de Antenor Nascentes e de outros autores nos séculos XIX e XX a respeito da língua brasileira, assim como apontamentos comparativos que Nascentes traz em sua obra ao demonstrar as diferenças fonéticas, lexicais e sintáticas entre a língua falada no Brasil e a falada em Portugal, bem como o sentimento de nacionalidade e pertencimento demonstrado pelo autor em sua obra.

No Título II, em alinhamento com o princípio da contextualização e a fim de caracterizar o clima de opinião geral da época, foi traçada uma linha narrativa-biográfica para fazer conhecido o autor, assim como sua produção intelectual e as influências buscadas por ele em suas pesquisas e estudos. Para isso, foi construído um percurso histórico da vida e obra de Antenor Nascentes, colocando em destaque sua produção linguística que contribuiu de forma significativa para os estudos da língua portuguesa no Brasil.

A obra de Nascentes ficou conhecida além das fronteiras nacionais, principalmente após a publicação do seu *Dicionário Etimológico* (1932), que o colocou no cenário internacional. Além do dicionário, seu compêndio de obras inclui: *O linguajar carioca* (1953); tradução de “*Teatro*”, de Beaumarchais (1923); *Apostilas de português* (1923); *O idioma nacional* (1926 a 1929), publicados em uma série de cinco volumes; tradução de “*El Buscapié*”, atribuído a Cervantes (1928); *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil* (1958). Este último continua uma referência para o desenvolvimento de atlas linguísticos no Brasil. Além dessas obras, vários artigos foram publicados em diversos periódicos.

No Título III, fez-se uso do princípio de imanência ao evidenciar os conceitos de linguagem, fala, glotologia, idioma nacional, termos recorrentes na obra de Nascentes, buscando explicá-los da forma como o autor os compreendia.

No Título IV, elencam-se as relevantes contribuições deixadas pelo autor à linguística brasileira, como as primeiras tentativas de divisão dialetal e as bases para elaboração de atlas linguísticos.

No Título V, constrói-se um percurso histórico que compreende a chegada da língua portuguesa ao Brasil, em 1532, quando os portugueses iniciaram sua comercialização em terras brasileiras, aos estudos desenvolvidos por Nascentes. Nesse ínterim, o contato do português com outras línguas em território brasileiro pode ter gerado desde pidginização à crioulização prévia, tese de que a mistura de línguas africanas com o português criou características próprias que definem o português brasileiro, percurso importante para entender como o idioma nacional foi constituído. Ainda nesse capítulo, pode-se encontrar a descrição das grandes transformações sociais e políticas que ocorreram no Brasil no século XIX, que consequentemente interferiram no desenvolvimento linguístico do país.

No Título VI, encontra-se a conceituação da língua nacional, conforme concebia Nascentes, e um relato do pensamento de vários autores sobre esse conceito. Para isso, leituras de Milani (2000, 2012) foram fundamentais para a compreensão da visão de Humboldt sobre língua e para o entendimento de conceitos-chave desse autor, conceitos que refletem ideias do século XIX na Europa e que influenciaram pensadores de todo o mundo. Além deste, Orlandi

(2009) e Guimarães (2009) oferecem respaldo teórico quanto à gramatização do português brasileiro. Para finalizar esse título, foram apresentados excertos da obra de Antenor Nascentes em que ele apresenta diferenças entre a língua brasileira e a lusitana, dando destaque para a nacionalidade e a brasilidade que caracterizam a língua portuguesa falada no território brasileiro.

2 ANTENOR NASCENTES: VIDA E OBRA

2.1 Vida: breve percurso sobre a vida de Antenor Nascentes

Filho de Dácio de Veras Nascentes e de D. Paulina de Veras Nascentes, Antenor de Veras Nascentes nasceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 17 de junho de 1886. Casou-se com sua prima Salomé Adelaíde, em 1912, e tiveram cinco filhos (Olavo, Célio, Elza, Aída, Teresa), além de netos e bisnetos. O autor morreu aos 86 anos no dia 6 de setembro de 1972, em sua cidade natal.



Conforme (Silva 2012), por ser um excelente e dedicado aluno, Nascentes não precisou fazer exame de admissão para o Colégio Pedro II. Na época, o melhor aluno na rede primária do Distrito Federal poderia ter matrícula compulsória. O colégio não era uma instituição gratuita, conforme a Revista Internato, Nascentes foi aluno bolsista integral em todo o tempo que estudou lá. Ele iniciou o curso secundário em 1897, no Colégio Pedro II, e encerrou em 1902.

Nascentes teve como companhia em sua trajetória estudantil os ilustres Manuel Bandeira, Artur Moses, Sousa de Silveira, Lopes da Costa, Castro Menezes e Álvaro Ferdinando. Segundo Choeri (2014, p. 19), após o término do curso secundário, “obteve o Prêmio Pantheon, destinado ao aluno que houvesse participado sempre do primeiro lugar no banco de honra”.

Dentre seus professores, destacam-se Fausto Barreto, de Português, Said Ali, de Alemão, Vicente de Sousa, de Latim; Nerval de Gouveia, de Ciências, e Paulo de Frontin, de Mecânica e Astronomia. Segundo Niskier (2017), este último deu o primeiro emprego a Nascentes em 1903, cuja incumbência era fazer anotações das obras de demolições que Paulo Frontin dirigia na Avenida Central.

Nascentes optou por cursar o curso de Direito na Faculdade de Ciências jurídicas e Sociais que era sediada no Colégio Pedro II, mas por ser de família humilde encontrou dificuldades financeiras. Nascentes, graças ao seu bom desempenho no curso secundário, foi agraciado com a gratuidade, após apresentar o atestado de pobreza, formando-se em 1908. Conforme Niskier (2017), ainda como estudante, passou, em primeiro lugar, no concurso para

terceiro-oficial do Ministério da Justiça. Mesmo ele tendo se formado em Direito nunca advogou.

No seu discurso, em 1953, ao receber o título de professor emérito do Colégio Pedro II, Nascentes declara seu grande apreço pelo colégio:

[...] duas Faculdades de Direito existiam naquela época, a chamada (sede aqui) preferi a de Ciências Jurídicas não porque o seu corpo docente fosse melhor do que o da outra. Ambos contavam com a nata dos nossos juristas. Preferi a de Ciências porque, cursando-as, passaria mais tempo entre estas veneráveis paredes. (INTERNATO *apud* SILVA, 2012, p. 48)

Em 1903, Antenor Nascentes iniciou sua carreira como professor, em escolas particulares, antes de voltar ao Colégio Pedro II, para lecionar grego e espanhol, “após ser aprovado em primeiro lugar com a apresentação do trabalho *Um Ensaio Fonético Diferencial Luso-brasileiro dos Elementos Gregos que se encontram no Espanhol*”. Ele foi nomeado em outubro de 1919 e tomou posse no mesmo mês (Cf. Silva, 2014, p.49, 192). De acordo com Cunha (1990), esse trabalho de Nascentes foi o primeiro estritamente linguístico. Após cinquenta anos de publicação, a leitura do trabalho o fez reconhecer que “esses estudos nos dão uma clara ideia da atualização linguística de Nascentes ao tempo e revelam também uma das suas qualidades mestras: a capacidade de síntese”.

Na cátedra de espanhol, Nascentes se dedicou por seis anos. Em 1927, foi transferido para a cátedra de português. Antes, já havia publicado *O linguajar carioca* (1922) e a já trabalhava na série *O Idioma Nacional* (1926/1928). Houve críticas por causa de sua homologação de transferência para a cátedra de português por não ter havido concurso. Para rebater a crítica, Nascentes publicou o *Dicionário Etimológico* em 1932. Como destaca Choeri (2014), “ele se constituiu em trabalho pioneiro e veio a se tornar em fonte para os que passaram a pesquisar e estudar filologia românica. Foi prefaciado por Meyer-Lübke, o grande filólogo alemão”.

Em 1939, Nascentes foi convidado pelo Ministro Gustavo Capanema para integrar ao corpo docente da Faculdade Nacional de Filosofia, como teria que abrir mão do Colégio Pedro II, já que na época não poderia ter qualquer acúmulo, então optou por continuar como professor no Colégio Pedro II. Na carta de declínio do convite, Nascentes destaca o apreço que tinha pelo Colégio: “como deixar a minha cátedra no Pedro II, onde estudei como aluno grátis. Trocar cem anos de tradição por uma faculdade que ia se iniciar. Jamais o faria”.

Conforme Barbadinho Neto (1990), Nascentes participou de diversas instituições, em comissões e conferências. Em 1924 participou, como membro, da Comissão da Unificação da

Ortografia Oficial e, no mesmo ano, também participou da Conferência para tratar de nomes geográficos promovida pelo Instituto Histórico. Nascentes também foi membro da Academia Brasileira de Filologia e da Academia de Filologia de Lisboa.

Nascentes teve sua vida marcada por muitas viagens para Portugal devido a sua participação na Academia de Filologia de Lisboa, e onde proferiu diversas palestras nas Universidades de Lisboa e Coimbra. Conhecia também todo o Brasil e vários outros lugares do mundo.

Para realizar a segunda divisão do mapa dialetal do Brasil, Nascentes afirmou em *O linguajar carioca* (1953) que o fazia com segurança porque no momento já conhecia o país, do Oiapoque ao Chuí:

Hoje que já realizei o meu ardente desejo de percorrer todo o Brasil, do Oiapoc ao Xuí, de Recife a Cuiabá, fiz nova divisão que não considero nem posso considerar definitiva, mas sim um tanto próxima da verdade. (NASCENTES, 1953, p. 24)

Wilson Choeri (2014) relata como Nascentes apreciava suas viagens e como ele era introvertido:

Muitos anos passados, já privando de sua amizade, tive a comprovação da sua forma de se exprimir. Ao receber um belo postal de uma das suas múltiplas viagens pela Europa ele só anotara: “Choeri, abraços Nascentes”. Por que descrever a paisagem, se a imagem era autossuficiente, a indicação do lugar estava impressa. Nada de esparramamento. (CHOERI, 2014, p. 16)

Antenor Nascentes recebeu honras no Brasil e no exterior. Aqui, o prêmio “Machado de Assis”, pela Academia Brasileira de Letras, e o de Linguística, Moinho Santista, pelos livros e artigos escritos e o *Dicionário Etimológico*. Na França, foi condecorado com o Oficialato da Instrução Pública pela tradução do teatro de *Beaumarchais*. (Cf. Silva, 2012, p. 50).

Silva (2012) ainda traz um importante relato de Celso Cunha (1990), em *Presença de Antenor Nascentes*, sobre a biografia do autor:

[...] examinando em conjunto a sua apreciável biografia, vemos que a parte mais valiosa corresponde a três preocupações que lhe foram permanentes na vida científica: o estudo do léxico da língua portuguesa, no seu aspecto formal, semântico e histórico; a escolha e descrição dos falares brasileiros e a modernização do ensino do idioma [...] ao terminar uma longa vida (1886 – 1972) inteiramente devotado à ciência, o professor Nascentes teria o direito de exclamar aplicando ao seu campo de atividade a célebre frase de Herculano: fui um homem que quis nas coisas linguístico-filológicas.” (CUNHA, 1990 *apud* SILVA 2012, p. 52)

Antenor Nascentes concorreu ainda à cadeira da Academia Brasileira de Letras, ocasião em que Adonias Filho foi eleito. Conforme Choeri (2014), Nascentes não está imortalizado entre aqueles que pertencem a Academia, mas ele continua imortal por sua contribuição para a linguística brasileira e a educação:

O tempo é grande sabedor em sua marcha inexorável, levará a maioria dos imortais a serem totalmente esquecidos. Pela imortalidade de Antenor Nascentes falarão o *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, o *Linguaajar Carioca*, a série de *O idioma nacional*, o dicionário da ABL e, principalmente, enquanto houver estudiosos de língua portuguesa falada no Brasil. A imortalidade acadêmica não a conquistou, mas obteve-a na admiração de uma plêiade de discípulos do porte de Celso Cunha, Antônio Houaiss, Evanildo Bechara, Leodegário Amarante Azevedo e outros tantos... (CHOERI, 2014, p.19)

2.2 A obra: produtividade intelectual de Antenor Nascentes

Filólogo, linguista e lexicógrafo, Nascentes construiu uma vasta produção científica, resultado de suas intensas pesquisas e leituras sobre as línguas latinas. Pode-se perceber, através das palavras de seu ex-aluno, Wilson Choeri, o quão produtivo ele:

“Morreu com oitenta e seis anos, tendo vivido oitenta e seis anos. Durar não é o mesmo que viver. Alguns duram muitos anos, sem tê-los efetivamente vivido. Ele, todo o tempo em que durou, sempre viveu escrevendo, pesquisando, educando e semeando novas ideias e novos conceitos. Assemelha-se às estrelas que no espaço sideral sem fim continuam a brilhar, mesmo quando já cessaram, há séculos, de existir. O seu cintilar continua a nos encantar”. (CHOERI, 2014, p. 19)

Após a morte de Antenor Nascentes, seu filho Olavo Nascentes e seus irmãos, atendendo ao desejo do pai, doaram toda a sua biblioteca para o Colégio Pedro II. Com a condição de que Wilson Choeri fosse responsável por sua preservação e que a mantivesse unificada. A família cedeu os direitos autorais das pesquisas feitas nos fichários, assim como em todo o material deixado por Nascentes, para o Colégio Pedro II para ser revestida ao centro de pesquisa filológica. Por portaria do diretor-geral da época, professor Antonio José Chediak foi criado o Centro Filológico Professor Antenor Nascentes.

Com isso, “os professores Raimundo Barbadinho Neto e Aloysio Jorge do Rio Barbosa, incumbiram-se de selecionar, classificar e arquivar adequadamente a correspondência, fichas e

artigos escritos em revistas” (CHOERI, 2014, p. 20). Através dessa gama de produções, pode-se mensurar quem foi o intelectual Antenor Nascentes.

Como 3.^a série aproveitei muitos trabalhos seus, que, versando embora assuntos de filologia, tinham ficado de fora da minha outra coletânea e que estavam a pedir nova publicação, sem falar em uns tantos que se conservavam inéditos e que não mereciam permanecer como tais. Mais: senti-me inclinado a, retomando o já citado inventário, completá-lo com outros itens que abrangessem os diferentes ângulos de sua produção, que subordinei a quatro títulos: literatura de viagem, crônicas e demais escritos literários, traduções e uma última seção que me pareceu bem chamar de “diversos”. Para remate, indiquei tudo o que se relacionava com a sua bibliografia que me foi dado a conhecer. (BARBADINHO, 2014, p. 44)

Com esse acervo à disposição, a autora Ana Maria da Silva (2012) apresentou um levantamento de todas as produções intelectuais de Nascentes. O autor viveu oitenta e seis anos, neles, produziu de forma ativa sessenta e cinco anos. Isso mostra que Nascentes iniciou a produção muito jovem, em 1906, e encerrou em 1970. Segundo o levantamento que a autora apresentou, ele produziu uma diversidade de tipos de documentos, chegando a ultrapassar 5.000, porém, para o trabalho referido, Silva selecionou 1.166 títulos. A autora descartou as cartas nacionais passivas, devido ao enorme volume.

Silva (2012) sistematizou da seguinte forma: Produção bibliográfica (308), Dicionários (6), Crônicas e outros escritos (48), Literatura de viagem (97), Traduções (6), Cartas internacionais passivas (701). Dentre a produção bibliográfica (308), estão os seguintes tipos de documentos: “livros e capítulos de livros; artigos de periódicos nacionais e estrangeiros; entrevistas; reportagens; participação em livros, como prefácios; trabalhos apresentados em eventos e palestras; relatórios de consultoria”. A autora ainda justifica o motivo de as correspondências entrar nesse acervo, a carta tem sua relevância para a comunicação científica informal.

É importante evidenciar algumas das publicações de Antenor Nascentes numa linha cronológica: *Ligeiras notas sobre redação oficial* (1914); *Elementos de Teoria Musical* (em colaboração de José Raimundo da Silva) (1917); *Um ensaio de fonética diferencial lusocastelhana. Dos elementos gregos que se encontram no espanhol* (Tese de concurso para a cadeira de espanhol do Colégio Pedro II) (1919); *Método prático de análise lógica* (1920); *Gramática da língua espanhola* (1920); *Como evitar as silabadas em latim* (1920); *Método prático de análise gramatical* (1921); *O linguajar carioca em 1922* (1922); *Tradução do “Teatro” de Beaumarchais* (1923); *Apostilas de português* (1923); *O Idioma Nacional*, I vol.

(1926); *O Idioma Nacional*, II vol. (1927); *Tradução de “El Buscapié”*, atribuído a Cervantes (1928); *O Idioma Nacional*, III vol. (1928); *Noções de estilística e de literatura* (1929); *Os Lusíadas*, edição escolar (1930); *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (1932).

Na revista da Academia Brasileira de Filologia, no primeiro semestre de 2014, foi registrada uma gama de textos relacionados à produção intelectual de Antenor Nascentes e homenagens de quem conviveram de perto com o autor. Nela há o texto que Joaquim Mattoso Câmara Júnior (1904-1970), que escreveu no aniversário natalício de oitenta anos de Nascentes, foi convidado pela Revista Vozes para homenagear o filólogo brasileiro. Segundo Câmara Júnior, a primeira grande contribuição de Nascentes para os estudos da língua portuguesa, no Brasil, está principalmente na exposição fonética do primeiro volume da série didática *O idioma Nacional*, publicado em 1926.

Câmara Júnior (2014) afirma que para se compreender melhor a importância dessa exposição fonética feita por Nascentes, temos que levar em consideração que na época não havia a percepção de uma língua oral, viva e cotidiana:

Para se lhe compreender o alcance, é preciso que nos lembremos do que era o tratamento do assunto nas gramáticas escolares dos seus predecessores. Não havia a percepção de uma língua oral, viva e cotidiana, nas pseudoexplicações fonéticas que em regra abriam aquelas gramáticas. Os autores focalizavam a língua escrita, como realidade primária, e faziam uma descrição e classificação das vogais e consoantes, vinculada às letras do alfabeto. As noções fonéticas se evocavam secundariamente, através do que a ortografia deixava delas transparecer, e, por isso, quando não eram falsas, eram fragmentárias e incertas. (CÂMARA JÚNIOR, 2014 [1972], p. 37)

Outra obra que rendeu reconhecimento a Nascentes, agora no âmbito de estudos históricos e não mais didático, foi a publicação de seu *Dicionário etimológico* em 1932. Este posicionou o autor no cenário filológico internacional. A partir daí, tornou-se o primeiro filólogo brasileiro a ser reconhecido e citado fora do Brasil, conforme Câmara Júnior (2014).

Câmara Júnior (2014) afirma que o dicionário etimológico de Nascentes é uma obra intencionalmente expositiva, foi produzido de forma criteriosa e cuidadosa. Nascentes buscou apresentar um dicionário com étimos sobre a origem de suas formas e sem definições semânticas. Uma essencial ferramenta de trabalho para o professor de língua portuguesa, como salienta Câmara Júnior.

Uma terceira contribuição de Nascentes está na pesquisa dialetológica, nela o autor trouxe novas orientações para esse campo de pesquisa. A obra que marca esse aspecto é *O*

linguajar carioca, publicado em primeira edição em 1922. Conforme Câmara Júnior (2014) salienta que Nascentes

[...] estabeleceu a primazia da fonologia e da gramática para caracterizar um dialeto, superando a fase da mera coleta de termos regionais. Nesse sentido, a sua ação ainda foi mais importante que a de Amadeu Amaral, que não soube desvincular-se da indevida supremacia da lexicologia e relegou para uma breve “Introdução”, do *Dialeto caipira*, informações gramaticais e filológicas. Teve, por outro lado, um descortino amplo de dialectólogo, e esboçou, nesse mesmo *Linguajar carioca*, uma divisão dialetal do Brasil, que tem valido até hoje como heurística hipótese de trabalho. Foi nela, por exemplo, que se baseou Nelson Rossi para situar no quadro dialetal brasileiro os falares baianos, que pesquisou pelo método da Geografia Linguística (CÂMARA JÚNIOR, 2014 [1972], p. 39, 40).

O método adotado por Nascentes culminou na criação de laboratórios de fonética experimental para investigações fonéticas, que conforme Câmara Júnior (2014), isso também se deve a Nascentes.

Por fim, a quarta contribuição para os estudos da língua portuguesa do filólogo brasileiro foi sua participação de forma indireta, pela influência do exemplo, das sugestões e das atitudes. Câmara Júnior (2014, p. 40) assinala que havia duas posições de Nascentes que eram relevantes para ele, “Trouxe-nos uma melhor compreensão dos laços essenciais entre a linguagem e a vida, nos termos de Bally, e deu-nos uma visão românica, que coloca a filologia portuguesa no quadro geral das línguas neolatinas dentro de uma perspectiva nova”.

A primeira posição, consoante Câmara Júnior (1966) serviu para reafirmar ao grande público de intelectuais que Nascentes era o filólogo brasileiro de mais “livre trânsito”, a segunda alargou os horizontes do estudo do português e propiciou o advento de especialistas gerais. O autor finaliza seu texto afirmando que todos os que se dedicam à língua portuguesa e ao seu ensino, a partir da década de 1930, são devedores de Antenor Nascentes pelos horizontes largos que esse grande filólogo ampliou.

Ricardo Cavaliere (2006) também traz algumas contribuições referentes à obra de Antenor Nascentes. O autor afirma que Nascentes teve papel fundamental na Historiografia Linguística Brasileira como lexicógrafo e filólogo. Como lexicógrafo, Nascentes destacou-se por sua forma de entender a construção frasal do português e como descrevê-la à luz do modelo histórico comparativo, que ainda estava em vigor à época de sua formação. Além do mais, ele se interessou por tudo que tivesse voltado para a linguagem humana, gramática, ortografia, norma, fonética, ensino, léxico, etc.

Vários textos a respeito dos estudos filológicos de Nascentes foram reunidos e publicados pela Academia Brasileira de Letras na nova edição dos Estudos Filológicos em 2003, tais como *A Filologia Portuguesa no Brasil* (1939), *Panorama atual dos Estudos Filológicos* (1939), *O Colégio Pedro II e a Filologia Portuguesa* (1939), *Leite de Vasconcelos e o Brasil* (1958). Estes e outros demonstram a importância das contribuições que Nascentes deixou.

Segundo Cavaliere (2006), com a criação do Instituto de Filologia da Universidade de São Paulo na década de 1930, Nascentes viu a oportunidade de progressão nas academias brasileiras dos estudos românicos, estudos do tupi e, sobretudo, do método da Geografia Linguística, pautada na tese de Jules Guilliéron (1854-1926). Por isso, escreveu o texto *Instituto de Filologia*, publicado no *Correio da Manhã*, em 1935, exaltando a criação do instituto.

Ainda segundo Cavaliere (2006), em decorrência da insuficiência de recursos institucionais, Nascentes se dispôs a percorrer o Brasil com recursos próprios com a finalidade de aperfeiçoar e estudar melhor a dialetologia brasileira, com o propósito de aprimorar o quadro dialetológico que ele propusera em *O linguajar carioca em 1922*, subdividido apenas em nortista, sertanejo, fluminense e sulista.

Após suas viagens pelo país, ele reformulou o quadro dialetológico para o baiano, o amazônico, o território incharacterístico, o nordestino, mineiro, fluminense e sulista, até hoje, esse quadro utilizado como referência para os estudos dialetológicos.

Cavaliere (2006) assinala ainda que Nascentes demonstrou uma grande preocupação em 1939, em seu texto *Panorama atual dos estudos filológicos no Brasil*, com o marasmo que acometia os jovens docentes influenciados pelos problemas intelectuais da Nova República. Segundo Nascentes, isso só se resolveria pela atuação firme da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, que ainda estava em fase embrionária. O filólogo ainda propôs outras providências a fim de elevar os estudos filológicos brasileiros a um patamar ao menos aceitável:

[...] a) implementar nas bases teóricas da pesquisa a doutrina idealista, cunhada em Vossler, Spitzer e García de Diego; b) implementar estudos estilísticos, baseados sobretudo em Bally, fato que revela o eterno compromisso com a expressão do texto; c) dar impulso aos estudos de psicologia da linguagem, sob o amparo da obra de van Ginneken, Jousse, Brunot, Delacroix, La Grasserie. [...] Outros campos de vivo interesse são citados nesse rol de tarefas por cumprir – fraseologia, dialectologia, fonética experimental –, fato que bem denuncia o nível de ansiedade que invadia a alma de Nascentes naqueles finais da década de 1930, ciente de que a Filologia brasileira poderia dar muito mais do que até então vinha conseguindo produzir. (CAVALIERE, 2006, p. 68)

Outra preocupação demonstrada por Antenor Nascentes dizia respeito aos tipos de leitura recorrentes nos cursos de Letras. Para ele, a leitura obrigatória de linguistas como Charles Bally (1865-1947), Leonard Blommfield (1847-1949), Michel Bréal (1832-1915), Hans Georg Conon von der Gabelentz (1840-1893), Maurice Grammont (1866-1946), Mattoso Câmara (1904-1970), Herman Paul (1846-1921), Ferdinand de Saussure (1857-1913), Nikolai Trubetzkoy, (1890-1938) William Dwight Whitney (1827-1894), Wilhelm Maximilian Wundt (1832-1920), entre outros era fundamental, pois envolvia historicistas, neogramáticos e estruturalistas.

Em um texto de 1961, *A Filologia Românica no Brasil*, resultado de uma palestra proferida na Universidade do Paraná, Nascentes expressa sua alegria por ver que as faculdades de Filosofia estavam permitindo a emergência de filólogos expressivos que despontavam no horizonte da filologia brasileira:

Aires da Mata Machado, Serafim da Silva Neto (a quem se refere como “o caso mais estupendo que eu conheço de precocidade filológica”), Celso Cunha, Segismundo Spina, Wilton Cardoso, Mansur Guérios, Teodoro Maurer Junior, Silvio Elia, Mattoso Câmara (com a ressalva de que se trata de um pesquisador que “nunca deixa de lado o ponto de vista românico”), e tantos outros pertencentes a essa rica geração. (CAVALIERE, 2006, p. 69)

Cavaliere (2006) aponta que do ponto de vista historiográfico, o texto de Antenor Nascentes que mais contribuiu para os estudos brasileiros foi *A Filologia Portuguesa no Brasil*, publicado em 1939, no qual o autor faz uma periodização da Linguística e da Filologia brasileiras, que tem servido de base para várias pesquisas no Brasil. A periodização idealizada por Nascentes é dividida em quatro períodos:

a) **período embrionário**, que inicia nos tempos “em que começou a cultura brasileira” até 1835, quando vem a lume o *Compêndio de Língua Nacional*, de Antônio Álvares Pereira, o Coruja; b) **período empírico**, que vai de 1835 a 1881, ano da primeira edição da *Gramática Portuguesa*, de Julio Ribeiro; c) **período gramatical**, que segue de 1881 a 1939; d) **período científico**, que o autor projeta para além de 1939, com a criação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. (CAVALIERE, 2006, p. 69. grifos nossos)

Cavaliere (2006) aborda algumas críticas a respeito da periodização idealizada por Nascentes, porém o autor afirma que essa não impede a coerência sistêmica, apenas faz levantamentos necessários para a reflexão. Para o autor, Nascentes não levou em conta publicações anteriores ao segundo período, o embrionário, como a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta (1595), e as produções literárias do século

XVIII. Isso se deve pelo fato de Nascentes (1933) não considerar as obras como especificamente de autores brasileiros, pois os autores portugueses obedeciam, segundo Nascentes, exclusivamente a orientação portuguesa e não levava em conta o falar brasileiro. Por isso, afirmações a respeito de quando começou a “cultura brasileira”, que tem a ver com o conhecimento histórico, cultural e linguístico brasileiro, são controversas. Dessa forma, pode-se perceber o conceito de nacionalidade textual, que são produções essencialmente produzidas por autores brasileiros, dessa forma compreende-se que Nascentes estava imbuído com o compromisso nacionalista. Assim, segundo Eduardo Guimarães (1996), Nascentes considerou o trabalho de Júlio Ribeiro (1881) como iniciador do período gramatical.

No terceiro período, denominado gramatical, Antenor Nascentes leva em conta as publicações de gramáticas que se iniciam com a *Gramática Portuguesa* de Júlio Ribeiro, publicada em 1881. Mesmo sendo obra de autor brasileiro, Nascentes deixa transparecer um certo desprezo pelo normativismo que residiam nos chamados “correios consulentes”:

Com efeito, a implicância de Nascentes centrava-se em certa corrente que seguia a “praga das consultas” e afirmava que “o que não está nos clássicos está errado”. Era como se, para mais uma vez aqui repetirmos suas palavras, a língua tivesse perdido o direito de transformar-se. Decerto que o normativismo vazio não conduz a bom termo, nem contribui para entendermos melhor a língua que falamos; não se pode, entretanto, negar que muitos desses textos dirigidos a consulentes, da lavra de um Mário Barreto ou de um Cândido de Figueiredo, não raro tocavam questões interessantes e enriqueciam bastante o conhecimento das variáveis de língua escrita mais prestigiadas à época. O inconveniente, e aqui havemos de concordar irrestritamente com Nascentes, é transpor para a sala de aula regras de comportamento linguístico que condenem gratuitamente um padrão culto genuinamente brasileiro, Por sinal, a clarividência dessa repulsa em Nascentes é testemunho de seu compromisso com o ensino plural e pautado na exemplaridade instituída em solo americano. (CAVALIERE, 2006, p. 69, 71)

Cavaliere (2006) conclui que a insatisfação de Antenor Nascentes com as correntes que seguiam as “pragas das consultas” estava no fato de que “o que não está nos clássicos está errado”. Isso fazia com que se engessasse a língua não lhe dando a liberdade de transformar-se. Além disso, Nascentes condenava o ato de transportar para a sala de aula regras que condenassem o padrão culto genuinamente brasileiro, por isso o autor tinha o compromisso com o ensino plural e pautado na exemplaridade instituída em solo brasileiro.

No texto *Três aspectos da obra de Antenor Nascentes*, Zdenek Hampejs (1961), exalta as contribuições de Antenor Nascentes para a linguística brasileira. Hampejs faz referência ao primeiro livro do filólogo, publicado em 1922, *O Linguajar Carioca em 1922*, obra sugerida

pelo grande mestre alemão W. Meyer-Lübke. Segundo Hampejs, Meyer-Lübke já conhecia as pesquisas de Nascentes e o motivou a sistematizá-la por meio da publicação do livro, como já exposto anteriormente. Para Hampejs, o interesse de Nascentes não era com os problemas corriqueiros da gramática, mas a veemência pela língua viva e isso o levou mais tarde a outra produção, *A gíria brasileira*, de 1953.

Seguindo as trilhas da dialetologia de Amadeu Amaral (1875-1929), Nascentes dedicou a obra *O Linguajar Carioca* (1953) ao precursor da dialetologia brasileira, “A Amadeu Amaral, que no DIALETO CAIPIRA mostrou a verdadeira diretriz dos estudos dialectologicos no Brasil.” Assim, de acordo com Hampejs (1961), Nascentes foi se inserindo nos estudos dialetológicos, logo depois, lançou os fundamentos teóricos das *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil* (1958). Celso Cunha (1990) confirma que foi com *O Linguajar Carioca em 1922* que Nascentes iniciou “a sua atitude dialetológica, pioneira e aliciadora” e a última contribuição são os dois fascículos das *Bases para a elaboração do atlas Linguístico do Brasil*. Além disso, Cunha cita o trabalho de Nelson Rossi (1927-2014), *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (1953), que confessadamente se embasou na obra de Nascentes para a elaboração do seu Atlas.

Reconhecendo a importância de Nascentes para a filologia brasileira, Hampejs (1961) diz que não há setor dessa área que não tenha sido enriquecido com os trabalhos de Nascentes:

Não há setor da filologia brasileira que não tenha sido enriquecido com os trabalhos de Antenor Nascentes. Aos problemas ortográficos, além de vários artigos, estão dedicados dois opúsculos: Como escrever pelo novo sistema (1930) e A Ortografias simplificada ao alcance de todos (1940; posteriormente várias reedições). Também aos problemas da fonética e pronúncia estão consagrados vários trabalhos de Antenor Nascentes. O seu interesse pela problemática da sintaxe revela-se em O Problema da Regência (2.a ed., 1960), no Método prático da análise sintática (11.a ed., 1939), no Método prático da análise gramatical (15.a ed., 1959), nas Dificuldades da análises intática (1959), em vários artigos sobre o tratamento e outras questões sintáticas. A fraseologia está registrada e estudada no Tesouro da Fraseologia Brasileira (1945), livro riquíssimo, cuja importância equivale à das Frases Feitas, de João Ribeiro (HAMPEJS, 1961, p. 2).

Com preocupações mais relacionadas ao ensino, vale notar que Nascentes não só publicou obras relacionadas ao ensino da língua portuguesa, mas vários outros trabalhos relacionados ao ensino da língua espanhola, como a *Gramática da língua espanhol*, de 1943; *Antologia espanhola e hispano-americana*, de 1945 (cf. HAMPEJS, 1961, p. 3).

Outra contribuição importantíssima de Antenor Nascentes foi na área etimológica, que ganhou grande repercussão além de nossas fronteiras geográficas, o *Dicionário Etimológico da*

Língua Portuguesa, cujo primeiro volume foi publicado em 1932 e foi prefaciado por W. Meyer-Lübke. Cunha (1990) afirma que a publicação do dicionário etimológico permitiu a Nascentes o ingresso ao seleto grupo de filólogos. Até então apenas Said ali, Augusto Magne e Sousa da Silveira eram reconhecidos assim.

Hamperjs (1961) traz à luz o processo de construção do dicionário etimológico de Nascentes. Em um artigo publicado na revista *O Bibliographo* (a.II, n.º 9, março de 1932), Nascentes revela sua predileção por pesquisas de caráter etimológico. No entanto, devido a dificuldades financeiras não pôde adquirir o *Dicionário Etimológico* (1868), de Adolfo Coelho (1847-1919), no ano de 1911. Esse episódio fez com que ele construísse seu próprio dicionário etimológico para suas pesquisas. Em princípio, baseou-se no Dicionário de língua portuguesa (1889), de Levindo de Castro Lafayette (séc. XIX), fazendo posteriormente muitos acréscimos. Em 1920, convidou José Oiticica (1882-1957), Júlio Nogueira (1873-?), Sousa da Silveira (1883-1967), Otelo Reis (1890-1848) para ajudar na construção, porém não houve harmonia entre os pontos de vista, preferindo seguir sozinho. “Continuei sozinho o trabalho e o terminei em 11 de fevereiro de 1924” (Nascentes (1932) *apud* Hamperjs, (1961) p. 6).

Hamperjs (1961) esclarece o método empregado por Nascentes no desenvolvimento do trabalho e dos vários anos dedicados a essa produção:

Primeiramente organizou as suas fichas segundo as línguas de origem, mais tarde juntou as palavras de tôdas as origens por ordem alfabética. Eram quarenta mil fichas. Mais tarde, depois de ultimar o estudo das fichas em branco, começou a copiá-las em tiras de papel para a impressão, guiando-se na disposição pelo Glossário luso-asiático de Monsenhor Dalgado. (HAMPERJS, 1961, p. 6)

Hamperjs (1961), além disso, traz um importante testemunho de Nascentes referente ao seu dicionário etimológico, em discurso proferido no dia 23 de setembro de 1952 na ocasião do recebimento do título de professor emérito do Colégio Pedro II:

Minha transferência para português, sem concurso, deu que falar. — Respondo a êstes murmuradores com a publicação do Dicionário Etimológico. O dicionário valeu por um concurso. [...] O que não se poderá negar é o prodigioso esforço que despendi (êste eu afirmo de frente erguida), a grande força de vontade de que dispus, lutando contra dificuldades técnicas de impressão e custeando as avultadas despesas da obra. Direi como Cortesão: “A glória do trabalho, de muito trabalho, de boa vontade e comprovada paciência nas investigações, essa é que ninguém em boa consciência poderá regatear-nos”. (Nascentes, 1952 *apud* HAMPERJS, 1961, p. 6, 7)

Ainda segundo Hamperjs (1961) o dicionário etimológico de Nascentes o colocou em evidência na crítica nacional e estrangeira, tornando-o conhecido internacionalmente. Em território nacional, sua obra foi notícia nos principais veículos de notícias e em revistas especializadas:

Sousa da Silveira, no *Jornal do Commercio*, 5.2.1933; Saul Borges Carneiro, *Boletim de Ariel*, janeiro, 1933; Medeiros e Albuquerque, *Gazeta*, 21.12.1932; Humberto de Campos, *Diário Carioca*, 18.12.1932; Joaquim Ribeiro, *Jornal do Commercio*, 9., 16., 23. e 30.7.1933; José Geraldo Vieira, *O Jornal*, 6.8.1933; Said Ali, *Jornal do Commercio*, 10.12.1933; Assis Memória, *Jornal do Brasil*, 28.3.1935; Augusto Magne, *Revista de Filologia e História*, tomo II, fase. II; Tomás Murât, *O Globo*, 6.3.1933, etc., além do citado parecer da Comissão da Academia de Letras, elaborado por João Ribeiro. (HAMPERJS, 1961, p. 8)

Diante dessa exposição, Nascentes respondeu a algumas críticas em defesa de seu ponto de vista, divulgando suas respostas em jornais e revistas de publicações da época, como “Resposta às observações críticas relativas ao Dicionário Etimológico, *Jornal do Commercio*, 20.8.1933 (resposta às notas de Joaquim Ribeiro)”. (Cf. HAMPERJS, 1961, p. 8)

O filólogo francês Edouard Bourciez (1854-1946), em artigo publicado em 1936 no *Bulletin Hispanique* a respeito do dicionário de Nascentes, argumentou que se percebe que “em cada página, em cada artigo deste livro, que o autor está perfeitamente ao corrente dos métodos da filologia românica...” (Bourciez, 1936 *apud* HAMPERJS, 1961, p. 8). Além deste, outros estudiosos estrangeiros também fizeram referência ao trabalho de Nascentes: Karl Vossler (1872-1949) (1932, 33); M. de Paiva Boléo (1904-1992), *Revista de Portugal*, n.º. 37; Rebêlo Gonçalves (1907-1982), *Filologia e Literatura*, n.º. 487; Sá Nogueira (1921-2002), *A Língua Portuguesa*, III (cf. também *Questões de Linguagem*, II, 317); Xavier Fernandes (1884-1966), *Estudos de Lingüística*, p. 50; e Simeon Potter (1898-1976) em seu livro *Modern Linguistics*, 1957 (Cf. HAMPERJS, 1961)

Na segunda edição do dicionário, publicada em 1952, Nascentes analisa os nomes próprios. Serafim da Silva Neto prefacia a obra dizendo que ela “honra a ciência brasileira. Dará, no estrangeiro, a certeza de que entre nós, como em campo fértil e fecundo, cresceu e se desenvolveu a semente da ciência europeia”. (Silva Neto, 1952 *apud* HAMPERJS, 1961, p. 9),

Conforme Amós Coelho da Silva (2014), outra importante produção de Antenor Nascentes foi o *Dicionário da Língua Portuguesa*, com 100.000 (cem mil) palavras, elaborado em 1943 e publicado em 1956. Segundo o bibliotecário da Academia Brasileira de Letras, Oswaldo de Melo Braga (1983), em entrevista ao *Jornal do Brasil*, Nascentes havia preparado

o dicionário a pedido de Afrânio Peixoto, em 1940. Nascentes concluiu o dicionário em 1943, quando Afrânio Peixoto era presidente da Academia Brasileira de Letras, mas ele ficou por muito tempo engavetado. Com a visita do então presidente da República, Juscelino Kubitschek, à Academia Brasileira de Letras, o presidente da academia Peregrino Júnior, fez valer a Lei 726 de 1900, que dizia que “serão impressas na Imprensa Nacional as publicações oficiais da Academia e as obras de escritores brasileiros falecidos, que ela houver reconhecido de grande valor e cuja propriedade esteja prescrita” (SILVA, p. 53, 2012).

Assim, no dia 28 de junho de 1956 o presidente da república assinou o decreto que autorizou a publicação do dicionário da Academia, intitulado *Academia Brasileira de Letras - Dicionário da Língua Portuguesa – Elaborado por Antenor Nascentes*. A demora na publicação dessa obra foi motivo de queixa do próprio Nascentes, que testemunhou dizendo que “esta era a grande mágoa da minha vida. Trabalhei no dicionário da Academia como só havia trabalhado no meu dicionário etimológico [...] cheguei a pensar que ia morrer sem ver publicada a minha obra”. (NASCENTES, 1956, *apud* SILVA, 2012, p.54).

Celso Cunha (1990) acrescentou que na área da lexicologia, Nascentes ainda publicou em 1966 o *Dicionário Etimológico Resumido* e outras contribuições:

[...] De suas árduas pesquisas no campo do léxico ficaram outras contribuições importantes, como o *Dicionário de Sinônimos*, *A Gíria Brasileira* e, principalmente, a vigorosa síntese que é o *Dicionário da Língua Portuguesa*, elaborado a convite da Academia Brasileira de Letras, obra que, estamos certos, sempre atualizada e aperfeiçoada em futuras edições (porque um dicionário é, antes do mais, uma obra "in fieri"), há de perpetuar o seu nome pelos tempo adiante. (CUNHA, 1990)

No artigo *Presença de Antenor Nascentes*, Celso Cunha (1990), ainda exalta o sentimento de gratidão que os ex-alunos tinham pelo mestre Nascentes, por afetos e ensinamentos recebidos. Segundo ele, Nascentes ensinava que a inteligência não deveria substituir o trabalho metódico e a pesquisa minuciosa, mas que eles deveriam caminhar juntos:

A releitura de suas obras veio aguçar a saudade de alguns momentos bem vividos e fez-nos sentir fundo o que lhe ficamos a dever. Essa gratidão – agravada em nosso caso por naturais emoções que brotam do privilégio de nos havermos beneficiado longo tempo do seu afeto paternal – devemos-la todos os que puderam conhecê-lo em sua grandeza. É um sentimento muito intenso, porque uma lição permanente. Na sua área do saber ele nos servia de exemplo. Era o nosso orgulho, o nosso abrigo. Com ele todos aprendemos que não há fulgores da inteligência que possam substituir o trabalho metódico, a pesquisa minuciosa, em qualquer construção honesta no terreno científico. “À pressa opunha a perseverança; à facilidade, o suor prolongado para algo firme; às notas que se perdem preferia o fichário que fica, que não se esquece, que não se engana”. (CUNHA, 1990)

Nesse sentido, Cunha ao render homenagem a Nascentes argumentou que não se tratava de apenas elogiar sua vida e obra, mas de seguir a tenacidade do seu trabalho:

A maior homenagem ao seu magistério não será, pois, a de nos atermos a elogiar-lhe a vida e a obra, mas a de seguirmos a lição de tenacidade do seu labor e não deixarmos passar um só dia sem lermos uma página, sem escrevermos uma linha, sem reforçarmos nossa fé, aquela fé, aquela fé inabalável que ele possuía numa vida sempre orientada para a frente, numa ciência sempre em progresso, num mundo sempre melhor. (CUNHA, 1990)

Evidencia-se pelo exposto que as ideias linguísticas de Antenor Nascentes iluminaram o caminho para tantos outros autores que seguiram seus passos levando o seu legado adiante. Conforme testemunho de Mattoso Câmara Júnior (2014, [1972], p.40), “todos que, da década de 30 em diante, nos dedicamos à língua portuguesa e ao seu ensino, somos devedores de Antenor Nascentes”.

2.3 Fontes marcadas: as influências buscadas por Antenor Nascentes

Conforme Koerner (1996), o argumento da influência é um importante aspecto a se discutir em historiografia linguística, porque não se cria um ponto de vista sem um ponto de partida. Sempre se está reelaborando as ideias de alguém. Por isso, nesta seção serão postos em evidência as influências, os autores que Antenor Nascentes elegeu para fundamentar sua obra.

Ao ler sua bibliografia, Antenor Nascentes deixa-se analisar como um pesquisador que dialogava com diversos autores de distintas áreas, não apenas da linguagem, mas no mundo da ciência em geral. Ele também se relacionava com as teorias linguísticas correntes em seu tempo em seus ramos histórico, expositivo e estruturalista. Transitava com muita segurança teórica entre as línguas românicas, em particular, a língua portuguesa, objeto de uma vida de estudos.

Uma das influências de Nascentes no domínio dos estudos de língua portuguesa é o maranhense Felipe Franco de Sá (1841-1906). Este, inspirado no português Gonçalves Viana (1840-1914), abriu o caminho para os estudos de Fonética no Brasil. Conforme Câmara Júnior (2014 [1972], p. 38) a formação fonética de Nascentes está presa à escola fonética europeia, a que Gonçalves Viana pertenceu, “à do foneticismo naturalístico, desenvolvido da observação metódica e meticulosa da realidade da fala”.

Na obra de Nascentes pode-se encontrar diversas referências a Gonçalves Viana, como no trabalho que ele realizou a respeito do dialeto carioca: “os traços característicos da pronúncia

carioca são os mesmos que distinguem da pronúncia de Portugal [...] Gonçalves Viana, *Pronuncia normal*, 95, viu na elocução brasileira caráter preguiçoso e lento de dicção arrastada” (NASCENTES, 1953, p. 27). Não sem razão, Nascentes dedicou um capítulo do primeiro volume de *O Idioma Nacional à Fonética*. Câmara Júnior (2014) argumenta que as assertivas referentes à fonética de Nascentes não foram todas exatas, já que o próprio autor reformula suas ideias nas edições seguintes, mas foram suficientes para demonstrar que ele dominava bem o assunto.

Consoante Câmara Júnior (2014 [1972], p. 38), Nascentes foi o primeiro ortoepista do português do Brasil, pois preocupava-se com a pronúncia correta dos sons fônicos e o inspirador da primeira tentativa de padronização de pronúncia nacional. Além do mais, seu domínio de fonética lhe deu autoridade para inserir na escola aspectos da língua portuguesa brasileira em sua variedade oral.

No Volume IV da série *O Idioma Nacional*, Nascentes, no capítulo dedicado à Gramática Histórica, ao tratar das observações sistemáticas sobre a origem e o desenvolvimento da linguagem como ciência, fez referência a Ferdinand de Saussure (1857-1913), que dizia que tais observações estavam no âmbito da linguística; a Max Müller (1823-1900) que se referia à ciência da linguagem; a Archibald Sayce (1846-1933), que preferia a terminologia filologia comparada; e a Pacheco Júnior (1842-1899) e Alfredo Trombetti (1866-1929), que usavam a terminologia glotologia. Isso demonstra o quanto Nascentes estava atualizado com os estudos linguísticos recorrentes em seu tempo (Cf. Nascentes, 1933, p. 8, 9).

Outro autor que Nascentes citava com recorrência era o linguista francês, Antoine Meillet (1866-1936), a quem considerava “uma das maiores autoridades atuais em matéria de línguas indo-europeias”.

Como pesquisador consciente dos avanços científicos Nascentes não se furtava em fazer relações analógicas entre os objetos de estudos da linguagem com outros campos de conhecimento científico. Assim, no capítulo em que trata de leis fonéticas, no Volume IV de *O Idioma Nacional*, ele afirma que as leis fonéticas não podem ser comparadas com as leis naturais da física ou da química:

No sentido comum, lei é preceito imperativo emanado do poder público. No sentido filosófico, há uma definição celebre dada por Montesquieu no *Esprit des lois*, Liv. I, cap. I: leis são as relações necessárias que derivam da natureza das coisas. As leis naturais aparecem na astronomia (gravitação universal, Kepler, etc.) na química (Berthollet, Gay Lussac, etc.), na biologia (herança, etc.), na sociologia (oferta e procura, Gresham). (NASCENTES, 1933, p. 47)

Nascentes, evidentemente, conhecia o percurso de desenvolvimento da linguística e das aproximações que vários autores europeus, principalmente no domínio da Gramática Comparada, buscaram entre ela e outros campos de estudo com a finalidade de legitimá-la como um campo de conhecimento científico. Assim, Nascentes argumentava que para afirmar o caráter científico da linguística, os linguistas estabeleceram as leis gerais que regem as transformações fonéticas: “As leis fonéticas têm caráter absoluto na explicação das mudanças realizadas no passado. Tal caráter lhes vem da coesão do sistema fonético e da regularidade das mudanças” (NASCENTES, 1933, p. 48). Evidentemente, neste momento, Nascentes dialogava com os Neogramáticos, os primeiros a assegurar sobre a regularidade das leis fonéticas.

Ainda tratando das leis fonéticas, Nascentes refere-se à lei do menor esforço, como uma das leis gerais da fonética. O autor defende que os humanos têm a tendência de executar um mínimo de esforço possível em algumas ações, e na língua não seria diferente. Nesse caso, Nascentes dialoga com grande foneticista britânico Henry Sweet (1845-1912), e Paul Passy (1859-1940).

Para a área da Dialectologia, Antenor Nascentes dialoga com a maior autoridade em dialectologia portuguesa Leite de Vasconcelos (1858-1941). Em vários momentos de sua obra, ele cita o dialectólogo português, principalmente ao referir-se a sua definição controversa de dialeto.

Segundo Leite de Vasconcelos “a maior autoridade em dialectologia portuguesa”, como afirma Nascentes (1933, p. 240, 241), o português junto a quatro co-dialetos, apresenta dialetos continentais, insulares e ultramarinos. Co-dialetos são idiomas especiais, mas não são propriamente o português, como define o autor, são eles o galego, falado na Galiza, província espanhola e vizinhanças, já o rionorês, o guadramilês e o mirandês são falados “em regiões portuguesas que desde remotas tiveram uma vida mais ou menos apartada”.

Baseado em Leite de Vasconcelos, Nascentes elenca os dialetos e as localidades onde cada um é falado:

Os dialetos continentais são quatro: o interamnense, falado entre Douro e o Minho; o transmontado, em Trás-os-Montes; o beirão, na Beira; o Meridional, na Estremadura, no Alentejo e no Algarve. Os insulares são dois: o açoreano e o madeirense. Os ultramarinos compreendem: o brasileiro, o indo-português, o dileto crioulo de Ceilão, o macaísta, o malaio-português, o português de Timor, o dialeto crioulo caboverdiano, o dialeto crioulo guineense, os dialetos crioulos do golfo da Guiné, e o português das costas da África, (Angola e Moçambique). (NASCENTES, 1933, p. 241)

Dessa forma, Nascentes observa que os europeus consideravam o português do Brasil como um dialeto ultramarino do português, assim, aqueles que queriam aprender o português nas Universidades, nas escolas de línguas vivas não recorriam a um brasileiro, porém o cenário já estava em mudança devido à grande importância comercial que estava em evidência no país, como exemplo, em Hamburgo já havia maior atenção ao português do Brasil. Leite de Vasconcelos reconheceu que denominar o português do Brasil como dialeto iria ferir os pudores patrióticos. Contudo, se assim o fazia ao português de Trás-os-Montes, não poderia ser diferente ao português do Brasil.

Evidentemente, para o desenvolvimento de seus estudos, Nascentes percorreu por várias gramáticas desenvolvidas por brasileiros, com prioridade para João Ribeiro (1860-1934), *Grammatica Portugueza* (1887) e *Grammatica da Língua Portugueza* de Pacheco Júnior e Lameira de Andrade (?-1897)

Conforme Barbadinho (2014), é evidente que o grande romanista alemão, mestre em filologia românica, Meyer-Lübke, teve fundamental influência na obra de Nascentes, na construção do *Dicionário etimológico* (1932), em *O linguajar carioca* e na série *O Idioma Nacional*, para fundamentação sobre as línguas românicas. O próprio Nascentes escreve uma carta felicitando Meyer-Lübke na ocasião de seu 70º aniversário e aproveita para pedir que lhe conceda a honra de prefaciar seu dicionário etimológico, justificando que ele foi um grande influenciador na construção da obra. Na mesma correspondência, Nascentes envia algumas páginas do dicionário que já estavam prontas.

Aproveito a ocasião para comunicar-lhe que vão adiantados meus trabalhos relativos ao dicionário E[timológico] da L[íngua] P[ortuguesa]. Os verbetes já estão todos prontos, chegam a 40.000. Na passagem a limpo já estou na letra r e a quarta parte da obra já está impressa. Mando-lhe umas folhas como amostra. Venho agora pedir-lhe um favor: era que o Sr. me desse a honra de escrever o prefácio da obra. Grande parte dela lhe pertence, pois foi principalmente em seus livros e com o exemplo do seu dicionário que pude fazer o meu. (NASCENTES, 1936, p. *apud* BARBADINHO, 2014, p. 46)

Meyer-Lübke atende ao pedido de Nascentes e faz a apresentação dessa obra, que torna Nascentes o primeiro brasileiro a publicar uma obra dessa natureza. A carta demonstra que os romanistas já eram próximos, mesmo porque o próprio Meyer-Lübke já havia escrito a Nascentes pedindo que esse escrevesse a respeito das alterações sofridas pela língua portuguesa no Brasil. Esse pedido motivou o desenvolvimento da pesquisa acerca do linguajar carioca e pode ser encontrado no prefácio da primeira edição do livro publicado em 1922, na segunda edição em 1953, Nascentes retira o ano de 1922 do título do livro, pois não havia sentido

continuar com o ano de 1922 no título sendo que já havia passado mais de 30 anos após a 1ª edição. Assim ele justifica “Mudei o título da obra por haver eu agora perdido a oportunidade” (NASCENTES, 1953, p. 5).

Sempre nos interessam as questões de dialectologia portuguesa no Brasil. Anotávamos o que de mais importante encontrávamos quer na fonética, quer a morfologia, quer na sintaxe, quer no léxico. Só depois, entretanto, que o grande mestre da filosofia românica (Meyer-Lübke), em escrito que se dignou dirigir-nos, pediu-nos informações a respeito das alterações sofridas no Brasil pela língua portuguesa, tivemos ideia de concatenar nossas notas. Receberam elas grato agasalho na conceituada Revista do Brasil e agora, com ligeiras modificações, aparecem em volume. (NASCENTES, 1953, p.7)

Outra importante influência para o desenvolvimento do trabalho de Nascentes encontra-se no dicionarista português, Adolfo Coelho, principalmente em se tratando da obra *Dicionário etimológico* (1932). Conforme Hamperjs (1961),

Há muito tempo que o Dicionário Manual Etimológico, de Adolfo Coelho (com todos os seus defeitos e lacunas ainda a melhor obra de conjunto sobre a etimologia dos vocábulos portugueses) se tornou raro. Fazia sentir-se a necessidade de uma obra deste gênero, a qual estivesse em dia com as últimas aquisições da ciência. (HAMPERJS, 1961, p.7)

Nascentes considera Adolfo Coelho como predecessor dos estudos filológicos de etimologia portuguesa, no artigo "Adolfo Coelho e a *etimologia*", publicado no X vol. do Boletim de Filologia, ele reconhece o trabalho deste filólogo, conforme citado anteriormente.

3 CONCEITOS LINGÜÍSTICOS GERAIS DE ANTENOR NASCENTES

Antenor Nascentes, na obra *O idioma Nacional*, utiliza conceitos diversos como linguagem, fala, glotologia, idioma nacional, língua nacional, dialeto, falar. Linguagem é, para o autor, um conjunto de sinais que os seres conscientes utilizam para se relacionar entre si. Nesse sentido, para Nascentes (1942, p. 11) são formas de linguagem a palavra humana, a mímica, a escrita, o grito de animais, a linguagem tátil de formigas, dentre outras formas. Já à fala estão relacionadas: a pronúncia correta das letras, ou seja, a articulação adequada das consoantes e vogais; a acentuação das palavras, o ritmo, a entoação e expressão (cf. NASCENTES, 1936, p. 15).

A glotologia é, para Nascentes, a ciência que estuda a linguagem. Para o autor, diferentes teóricos denominavam essa ciência de formas diferentes. Por exemplo, Saussure e Hovelacque a chamavam de Linguística, já Max Müller a denominava de Filologia Comparada. O termo glotologia era utilizado por di Gregorio, Pacheco Júnior, Trombetti (cf. NASCENTES, 1933, p. 9).

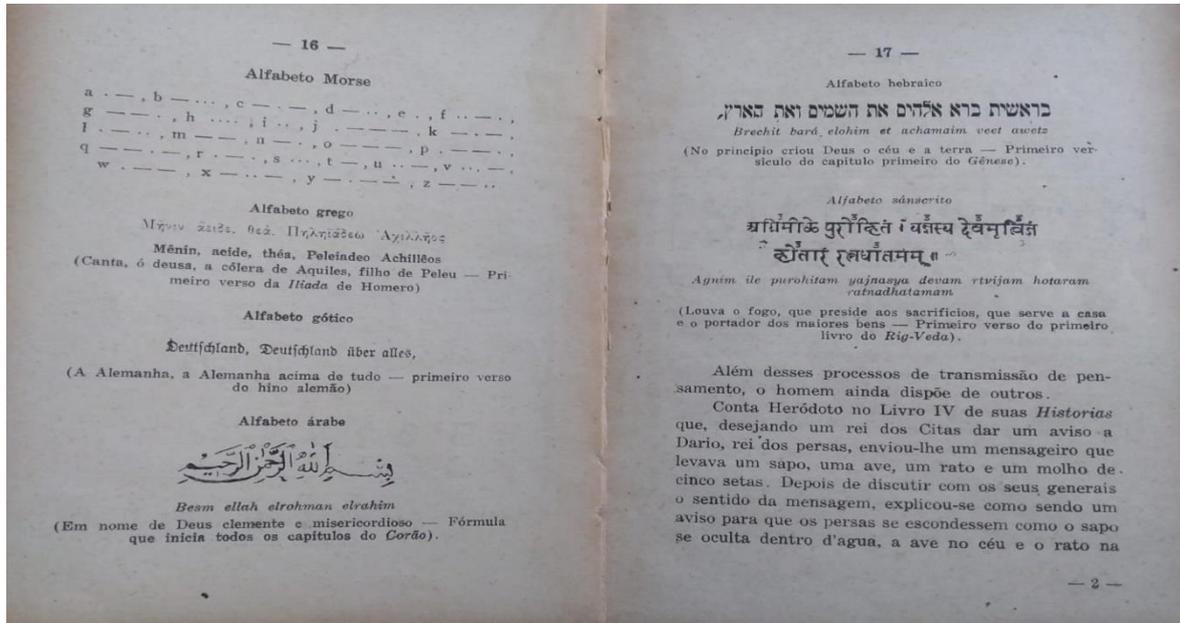
Nascentes denomina de idioma nacional a língua falada no Brasil, que respeitava as legítimas tendências da língua portuguesa no território nacional, tais como os aspectos fonéticos, semânticos e sintáticos dessa língua. “A língua nacional é essencialmente a língua portuguesa, mas enriquecida na América, emancipada e livre nos seus próprios movimentos” (NASCENTES, 1953, p. 10). Para Nascentes, as tendências do idioma correntes no Brasil demonstravam o modo genuíno da língua, que fugia do artificialismo lusitano e se aproximava mais da língua viva: “nada de artificialismo. Notar-se-á que pouco procurámos afastar da língua viva atual” (NASCENTES, 1936, p. 7).

Relativamente ao conceito de Dialeto, Nascentes (1953, p. 16, 17) o compreendia como uma forma especial ou particularidades de uma língua em um mesmo domínio. Nesse sentido, concorda com a definição de Jules Marouzeau (1878-1964), que o conceitua como um conjunto de meios de expressão empregados por um grupo no interior de um domínio linguístico. Nascentes ainda define dialeto como um falar de um grupo linguístico estabelecendo assim a dificuldade de estabelecer a diferença entre os dois conceitos. O próprio Nascentes afirma concordar com Paiva Boléo (1904-1992) sobre a dificuldade de estabelecer tais distinções.

Ao tratar do ensino do idioma nacional, Nascentes recorda que o ensino tradicionalmente era amarrado aos velhos moldes das gramáticas, mas com a reestruturação pela qual as práticas de ensino das diversas disciplinas estavam passando no país naquele período (por exemplo, a geografia assumia preferências a aspectos econômicos e turísticos, na

história havia a presença de mapas, já a física e a química saíam dos anfiteatros para os laboratórios), Nascentes argumenta que “o idioma pátrio não podia fugir a esse movimento inovador”, a presença de gravuras, exposições claras, leituras interessantes deveriam estar presentes nas obras didáticas a fim de motivar o interesse ao aluno.

FIGURA 1- TIPOS DE ALFABETOS APRESENTADOS POR NASCENTES



Fonte: O idioma nacional de Antenor Nascentes (Vol. III, 3ª ed. 1942)

FIGURA 2- ALFABETO MANUAL DOS SURDOS-MUDOS

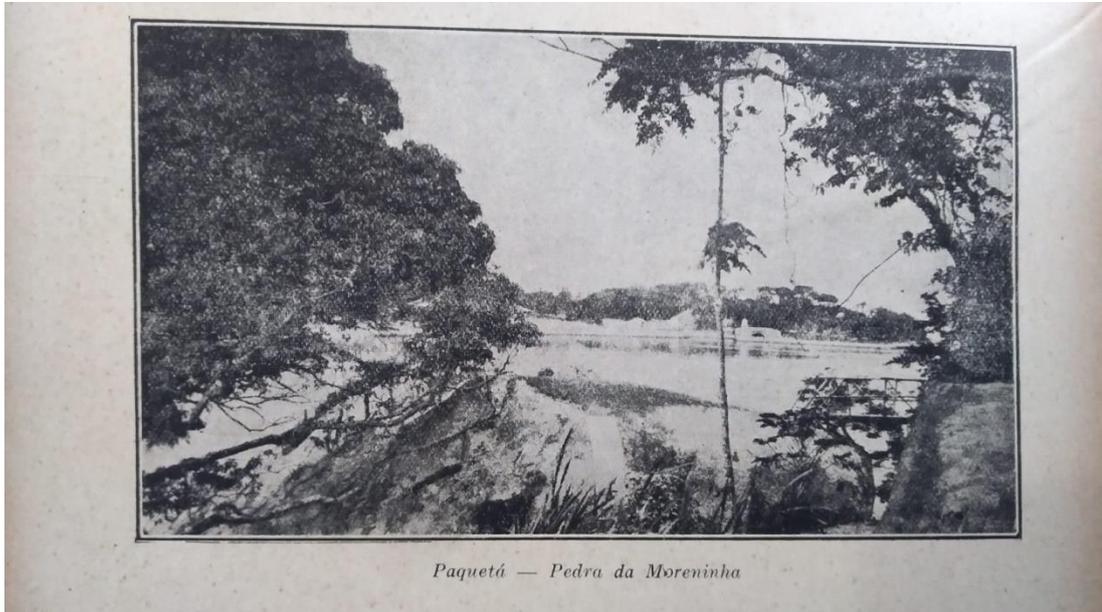


Fonte: O idioma nacional de Antenor Nascentes (Vol. III, 3ª ed. 1942)

Motivado por essas ideias, a partir da terceira edição do volume II pode-se perceber uma reestruturação em seus livros. Para tratar da linguagem, o autor traz imagens de representação

de escritas antigas, alfabeto manual utilizado pelos surdos, foto da capital do país, Rio de Janeiro.

FIGURA 3- FOTO DO RIO DE JANEIRO



Fonte: O idioma nacional de Antenor Nascentes (Vol. III, 3ª ed. 1942)

FIGURA 4- IMAGEM DE ARISTARCO



Fonte: O idioma nacional de Antenor Nascentes (Vol. III, 3ª ed. 1942)

A fim de tornar as leituras interessantes, Nascentes traz para suas aulas de prática de escrita textos de autores genuinamente brasileiros, até mesmo imprime em seus livros imagens que retratam tais textos. Dentre as obras nacionais que ele leva para sua coleção O Idioma Nacional estão *Mudanças*, dos *Folhetins*, de França Junior, 1890; *Inocência*, de *Inocência*, de visconde de Taumay, 1899, *O garimpo*, de *O Garimpeiro*, de Bernardo Guimarães, 1884; *O cabeleira aprisionado*, *O cabeleira* de Franklim Távora, 1888, *A Tempestade*, de *O Guarani*, de José de Alencar, 1877; *A Sra D. Anna com suas histórias*, de *A Moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo, 1882; *A entrada do Ateneu*, de *O Ateneu* de Raul Pompea, 1895.

4 A CONTRIBUIÇÃO DE ANTENOR NASCENTES PARA A LINGUÍSTICA BRASILEIRA

4.1 O legado: as influências de Antenor Nascentes para os estudos linguísticos subsequentes

Nesta seção, serão esboçadas duas contribuições que Antenor Nascentes trouxe para a linguística brasileira e o que permanece a partir dele para as pesquisas atuais. A divisão dialetal do Brasil proposta por Antenor Nascentes é sem sombra de dúvidas uma delas, que permanece como referência inicial para os estudos dialetológicos, como construção dos Atlas linguísticos regionais e nacional.

4.2 A divisão dialetal do Brasil proposta por Antenor Nascentes

Parece lugar comum a ênfase dada à significativa contribuição de Antenor Nascentes aos estudos dialetológicos brasileiros. Segundo Nascentes (1953, p. 20), a falta de determinação das isoglossas brasileiras foi um problema identificado por Serafim da Silva Neto (1917-1960) quando se buscava uma divisão do país em áreas linguísticas.

O autor sintetizou na obra “*O linguajar carioca*” (1953) a expectativa de alguns autores que se propuseram a dividir o mapa dialetal do Brasil. Nessa mesma obra, Nascentes expõe a divisão dialetal do Brasil feita por Júlio Ribeiro em 1891, que adotou um critério geográfico:

- 1) Norte (Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, aRio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco);
- 2) Leste (Alagoas, Sergipe, Baía, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo);
- 3) Centro (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso);
- 4) Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) (NASCENTES, 1953, p. 20).

Nascentes identificou alguns problemas nessa divisão feita por Júlio Ribeiro em 1891, que juntou estados do Norte e do Nordeste. Para Nascentes, as regiões são muito diferentes linguisticamente. Outro problema foi identificado a separação do estado de Alagoas dos demais estados nordestinos. Da mesma forma, a junção do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e da Baía também foi vista com estranheza por Nascentes. Segundo Nascentes, Ribeiro também foi infeliz ao juntar São Paulo, Alagoas, Sergipe, Baía, Espírito Santo, Rio de Janeiro, pois o estado

paulistano é caracteristicamente sulista. Outro problema diz respeito à junção sem discriminação de Minas com Goiás e Mato Grosso. Relativamente à divisão do Sul, a única objeção de Nascentes foi com a ausência do estado de São Paulo (Cf. Nascentes, 1953, p. 20, 21).

Nascentes ainda faz referência a outra tentativa de divisão dialetal que havia sido proposta por Maximino Maciel, já referida por Serafim Silva Neto em artigo publicado em *A Manhã* de 1950: “1) brasilo-guianense ou setentrional; 2) idiodialetos, estaduais ou centrais; 3) brasilo-castelhano ou meridional” (NASCENTES, 1953, p. 21). As incongruências descritas por Nascentes são: critério geográfico exclusivo; a língua da chamada Guiana Brasileira que se estende à margem direita do Amazonas; a influência do castelhano platino não influencia a língua da fronteira do Uruguai com a Argentina a ponto de denominá-la como um subfalar. Nascentes ainda argumenta que para tal divisão haveria uma necessidade de uma base histórica.

A primeira divisão dialetal do país feita por Nascentes ocorreu em 1922, que o divide em quatro áreas dialetais:

- 1) Nortista (Amazonas, Pará, litoral dos Estados desde o Maranhão até Baía);
- 2) Fluminense (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Sul de Minas Distrito Federal);
- 3) Sertaneja (Mato Grosso, Goiás, Norte de Minas, sertão dos Estados litoraneos desde o Maranhão à Baía);
- 4) Sulista (São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Triângulo Mineiro) (NASCENTES, 1953, p. 23).

Sobre essa divisão inicial de Nascentes, ele recebeu críticas do filólogo Lindolfo Gomes (1875-1953), uma vez que juntou o sul de Minas com o fluminense, o sul de Minas com o sertão da Baía, Goiás e Mato Grosso, pois para Gomes não era possível os falares da região sul pertencer ao subdialeto fluminense em que se enquadra o povo de São Paulo, tão pouco o norte de Minas pertencer ao subdialeto central ou sertanejo. Nascentes aceitou a crítica e reconheceu “Quando eu fiz aquela divisão, havia percorrida pequena parte do nosso território (NASCENTES, 1953, p. 23).” Logo depois atendeu às ponderações de Lindolfo Gomes ao alterar sua divisão dialetal em 1933, redefinindo o mapa dialetológico do Brasil no volume IV de sua série *O Idioma Nacional*.

Após percorrer todo o território brasileiro, Nascentes fez uma nova divisão do mapa dialetológico do Brasil, publicada na segunda edição de *O linguajar carioca* (1953). Na ocasião, disse ter realizado o desejo de “percorrer todo o Brasil, do Oiapoc ao Xuí, de Recife a Cuiabá, fiz nova divisão que não considero nem posso considerar definitiva, mas sim um tanto próxima da verdade” (NASCENTES, 1953, p. 24). Declarou, além disso:

Dividi o falar brasileiro em seis subfalares que reuni em dois grupos a que chamei do norte e do sul. [...] Os subfalares do Norte são dois: o amazônico, que abrange o Acre, o Amazonas, o Pará e a parte do Goiás que vai da foz do Aiquiqui à serra do Estrondo, e o nordestino, que compreende os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e a parte de Goiás que vai da serra do Estrondo à nascente do Parnaíba. Os subfalares do Sul são quatro: o baiano, intermediário entre os dois grupos, abrangendo Sergipe, Bahia, Minas (Norte, Nordeste, Noroeste, Goiás (parte que vem da nascente do Parnaíba, seguindo pelas serras dos Javais, dos Xavantes, do Fanha e do Pilar até a cidade de Pilar, rio das almas, Pirenópolis, Santa Luzia e Arrendidos); o fluminense, abrangendo o Espírito Santo, o estado do Rio, o Distrito Federal, Minas (Mata e parte do Leste); o mineiro (Centro, Oeste e parte do Leste de Minas gerais); o sulista, compreendendo São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas (Sul e Triângulo) Goiás (Sul) e Mato Grosso (NASCENTES, 1953, p. 25, 26).

Apesar de Antenor Nascentes dizer que essa divisão ainda não era definitiva, o mapa de Nascentes tornou-se uma clássica divisão do português brasileiro, ela é a que permanece até os dias de hoje, afinal foi uma relevante contribuição do precursor dos estudos da Dialectologia no Brasil.

“Mesmo contando com quase cem anos, esse mapa é ainda relativamente fiel à realidade variacional do português brasileiro quanto às suas macrocaracterísticas, e identifica as seguintes variedades: Sulista, Mineiro, Fluminense, Baiano, Nordestino, Amazônico”. (BASSO, GONÇALVES, 2014, p. 302)

FIGURA 5- MAPA DA DIVISÃO DIALETAL PROPOSTA POR NASCENTES



Fonte: Divisão dialetal de Antenor Nascentes (1953)

O mapa da divisão dialetal do Brasil feita por Nascentes (1953) é utilizado ainda hoje na construção de atlas linguísticos, justificado pela fidelidade à realidade variacional do português brasileiro, conforme Basso e Gonçalves (2014).

4.3 Influência de Antenor Nascentes sobre a construção do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)

Ao longo da história dos povos, conforme Suzana Cardoso (2010), o estudo sistemático da diversidade de usos da língua e a preocupação com as diferenças dialetais sempre estiveram presentes, seja por simples constatação, seja por instrumento político, ou por mecanismo de descrição das línguas, Antenor Nascentes está embuído neste estudo dos dialetos brasileiros. A partir do século XX esse interesse pelo estudo sistemático da língua transcende a história e se torna um objeto próprio, com metodologia definida por meio da Dialectologia. Nesta seção será traçado um percurso da construção do ALiB assim como a participação de Nascentes nesta elaboração.

Cardoso define Dialectologia como “um ramo dos estudos linguísticos que tem por tarefa identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica” (CARDOSO, 2010, p.15). Esse estudo dialetológico é muito relevante para a sociedade porque permite o conhecimento da identidade cultural e social de determinado local estudado, também é uma ferramenta útil para o ensino de língua materna, pois não há apenas uma única forma de nomear um objeto no mundo empírico, e essa diversidade linguística deve ser conhecida e respeitada sem qualquer tipo de preconceito seja linguístico ou social.

Conforme Sylvain Auroux (1992, p. 23), foi a partir da escrita dos primeiros registros de listas de palavras que se pôde fazer comparações entre essas diferenças. Em princípio, nomeava-se os sons para depois classificá-los em função de certas propriedades no interior das classes. E assim foram surgindo as regras. Por meio dos registros das primeiras listas de palavras, pôde-se compreender que o interesse pelo estudo sistemático da diversidade de usos da língua não é algo recente, pois o interesse por esse estudo já é de longa data.

Tais estudos surgiram a partir da necessidade de estudo da variedade que a língua assume de uma região para outra, não só de estudiosos da linguagem, mas também por interesses de auxiliar a luta política, e a interferência da diversidade cultural do comportamento social de seus falantes. Nascentes afirma que um dos fatores dessa variedade linguística do falar

brasileiro é devido à vasta extensão territorial do país, isso quebrou a unidade do falar “O falar brasileiro, apesar da sua relativa uniformidade, apresenta variações bem características; a enorme extensão territorial sem fáceis comunicações interiores quebrou a unidade do falar, fragmentando-o em subfalares” (NASCENTES, 1953, p. 18).

No contexto europeu, Hugo Ernest Mario Schuchardt (1842-1927) foi o grande nome dos estudos dialetológicos do século XIX. Ele contribuiu grandemente para esses estudos, defendendo a ideia de que cada palavra é singular e cada uma tem a sua própria história. Esse pensamento fez com que ele enfocasse vários aspectos da mesma palavra e contasse a história de cada uma, comprovando as variantes regionais e destacando o significado das palavras. Schuchardt, em defesa do estudo das palavras, argumentava que pelo fato de uma língua ser um continuum seu estudo não poderia ocorrer de forma divorciada do tempo e do espaço (cf. VIARO, 2011, p. 87; MARRA, 2020, p. 109).

Já no Brasil, segundo Cardoso (2010, p. 38, 39) o início dos estudos dialetais tem seu começo com a contribuição do Visconde de Pedra Branca, Domingos Borges de Barros (1780-1855), ao “*Atlas Ethnographique de Globe*”, de Adrien Balbi (1782-1848), publicado em 1826. O visconde forneceu um breve estudo no qual faz comparações entre o português do Brasil com o de Portugal. A partir daí Balbi apresenta um questionário com 208 perguntas para viajantes com recolhas de nomes de plantas e de animais nativos de cada região, com o intuito também de recolher sinônimos para esses vocábulos. Após essa primeira fase, várias outras marcaram cada etapa dos estudos linguísticos no Brasil.

A segunda fase foi evidenciada pela publicação de *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral em 1920. Amaral tinha a preocupação em analisar o chamado falar brasileiro e desenvolveu métodos e técnicas inovadoras para a época. Ele ressaltou a importância dos pesquisadores e a forma de levantamento dos dados junto aos falantes. Outro fator fundamental, segundo Amaral, era que esses métodos e técnicas de pesquisa deveriam ser aplicados em todas as regiões brasileiras, a fim de se ter uma comparação dialetal mais eficiente para se chegar às características de cada um. Conforme Cardoso (2014, p. 33), “outro ponto a se destacar é o cuidado do autor em se reforçar a necessidade da utilização dos mesmos métodos e das técnicas de pesquisa para todas as regiões, o que permitiria a comparação entre os dialetos”.

Nesse mesmo período, destacam-se a obra de Antenor Nascentes *O linguajar carioca em 1922* e a de Mário Marroquim *A língua do Nordeste* em 1934. Essas obras são consideradas importantes porque mostram o retrato do falar brasileiro em sua época. Nascentes (1953, p. 7), em *O linguajar carioca*, justifica que o trabalho exige paciência, pois ele não é para a sua geração, mas para a futura, porque os estudiosos encontrarão uma fotografia do estudo da

língua, diferente dos de sua época que não encontravam nada referente ao falar de 1822 para uma possível comparação. A partir dos trabalhos desses três autores, vários outros foram publicados, construindo assim a tradição dos estudos do léxico, seja de cunho fonético-fonológico, morfossintático de algumas regiões do país ou de influência africana no português.

Em 20 de março de 1952, com a promulgação do Decreto nº 30.643, regulamentado pela Portaria nº 536, de 26 de maio do mesmo ano, a Comissão de Filologia da Casa Rui Barbosa estabelece como uma das principais atribuições, a elaboração de um atlas linguístico do Brasil. Nascentes foi parte integrante dessa comissão. Assim inicia-se a terceira fase caracterizada pela implantação e implementação dos estudos geolinguísticos.

Nessa fase, desenvolveram-se, de forma mais sólida, os trabalhos de cunho geolinguísticos, de importantes linguistas brasileiros: como a publicação em dois volumes das *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil*, em 1958 e em 1961, de Antenor Nascentes, em que o autor aborda a divisão cultural feita por Serafim da Silva Neto no III *Colloquium de estudos luso-brasileiros* em 1957 (Amazônia, Nordeste Mediterrâneo, Planalto Central, Centro-Oeste, Centro-Leste, Sul), e o questionário dividido por campos semânticos a serem utilizados na elaboração de cada atlas (Cf. NASCENTES, 1958, p. 7, 8).

Outro subsídio que Antenor Nascentes traz nas *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil* (1958) são sugestões para os pontos de coleta de pesquisa. Segundo Greize Silva (2018 p. 75), o autor “sugere 606 pontos, distribuídos entre os 22 estados brasileiros, a serem inquiridos em um possível atlas linguístico nacional. Essa rede de pontos justifica-se pela grande extensão territorial do país e pela coexistência de diferentes normas linguísticas”.

No *Guia para estudos dialetológicos* de Serafim da Silva Neto (1955) no qual traz orientações práticas para a implantação dos estudos dialetais e geolinguísticos em Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, Silva Neto trouxe as seguintes orientações:

- a) Que nas Faculdades de Filosofia (hoje em número de 44!) se realizasse, todos os anos, um Curso de Dialectologia Brasileira;
- b) Que os Professôres universitários procurassem encaminhar os alunos para êsse gênero de pesquisas;
- c) Que nas Faculdades de Filosofia se estabeleça ligação entre os investigadores da língua e os investigadores da Antropologia Social.
De sorte que a nosso favor é preciso:
 - a) Um Centro de Estudos, capaz de orientar e coordenar;
 - b) A formação de uma equipe de dialectólogos em estreito contacto com os investigadores da Antropologia Social.
As tarefas urgentes são as seguintes:
 - a) Sondagens preliminares, criação de ambiente, difusão do método;
 - b) Recolha de vocabulários com tôdas as exigências da técnica;
 - c) Monografias etnográfico-lingüísticas sôbre determinadas “esferas semânticas”;

- d) Monografias etnográfico-lingüísticas sobre falares;
- e) Atlas regionais;
- f) Inquérito nacional feito com questionário uniforme e distribuição geográfica dos materiais recolhidos, em mapas (Atlas Nacional). (SILVA NETO, 1955, p. 6)

O autor afirma que a tarefa de se construir um atlas linguístico não era fácil, mas era necessário ter esse início com segurança e paciência, por isso se deveria iniciar com atlas regionais para depois partir para o projeto maior, o Atlas Nacional, pois a equipe já estaria bem treinada.

Outro defensor da causa de atlas nacionais e regionais foi Celso Cunha que, mesmo não publicando nenhum trabalho nessa área, estava junto de Serafim da Silva Neto no III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, que aconteceu em Lisboa, em 1957. Além desses, Nelson Rossi pôs em prática os estudos, as discussões sobre os estudos dialetais e geolinguísticos no Brasil com a publicação do *Atlas prévio dos falares baianos*, em 1963. Este foi o primeiro Atlas Linguístico do Brasil, e que serviu de modelo e abriu a série atual de atlas regionais para todos os que vieram posteriormente.

A partir de então, dissertações e teses começaram a ser apresentadas aos programas de pós-graduação. Cita-se a primeira dissertação de Mestrado de Dinah Maria Isensee, *O falar de Mato Grosso (Bahia). Fonêmica. Aspectos da morfo-sintaxe e do léxico*, defendida na Universidade de Brasília, em 1964, orientada por Nelson Rossi.

No final do século XX, com o percurso seguido pela Dialetologia no país, surge o início da quarta fase com o Projeto Atlas Linguístico do Brasil, e cada vez mais a Geolinguística impulsionou a criação de atlas regionais e de pequenos domínios, objeto de Dissertações de Mestrado e teses de Doutorado.

Com o grande interesse nessa área, as universidades foram incluindo nos currículos dos Cursos de Letras disciplinas que abrangessem essa área. Com isso, o grupo de pesquisadores também se ampliou. E os investimentos de organismos financiadores para a área de estudos linguísticos também cresceram.

Segundo Silva Neto (1955, p. 33), um atlas linguístico tem sua relevância porque através dele podemos observar sincronicamente todas as formas de dizer, pronunciar, construir frases de um determinado grupo estudado.

Pensando nisso, o Atlas Linguístico do Brasil, ALiB, surgiu da necessidade de se ter a caracterização geral do português do Brasil, haja vista que já havia sido publicado outros atlas regionais em várias regiões distintas de nosso vasto país. No ano de 1996, Suzana Cardoso, em

uma apresentação de comunicação na UFBA, fez um questionamento se havia chegado a hora de se criar o Atlas Linguístico do Brasil e logo expôs três razões para o início do projeto:

[...] a inexistência de uma caracterização geral do português do Brasil a partir de dados buscados *in loco*; a ausência de dados que permitissem traçar uma divisão dialetal do nosso país; a necessidade de ter-se a multidimensionalidade da língua no país não apenas para efeito de precisar e demarcar espaços geolinguísticos, mas para que se possa também contribuir para um melhor equacionamento entre a realidade de cada área e o ensino da língua materna que nela se processa (CARDOSO, 2010, p. 13).

A necessidade exposta por Suzana Cardoso não era novidade para os pesquisadores presentes no Seminário *Caminhos e Perspectivas para a Dialectologia no Brasil*, que aconteceu em Salvador- BA, pois os também pesquisadores Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha e Nelson Rossi já haviam manifestado esse interesse há mais de 60 anos.

Na década de 1950, as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores eram muito grandes, tais como dificuldades financeiras, a falta de pesquisadores preparados para esse tipo de investigação, a grande extensão territorial do país, as estradas precárias, os meios de comunicação também eram muito escassos. Por isso, Celso Cunha e Silva Neto afirmaram que naquele momento se deveria investir primeiro nos atlas regionais, porque as condições nas quais eles viviam não permitiriam que começassem pelo projeto macro, o Atlas Nacional.

Embora não devamos perder de vista a possibilidade futura de um *Atlas Nacional*, as condições actuais aconselham-nos a fixar a atenção apenas em trabalhos de elaboração menos complexa e penosa, ou melhor dizendo, em programar uma série de atlas regionais. A realização destes nos permitirá cogitar, mais tarde, da obra gigantesca da recolha global do território brasileiro (CUNHA; SILVA NETO, p. 406-407 *apud* CARDOSO, 2014, p. 17).

Mesmo com tantas dificuldades enfrentadas, elas não foram suficientes para parar o trabalho dos pesquisadores. Antenor Nascentes publicou em dois volumes as *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil*, mas o autor justificou que se deveria começar pelos atlas regionais, assim como fora feito nos Estados Unidos.

Embora seja de toda vantagem um atlas feito ao mesmo tempo para todo o país, para que o fim não fique muito distanciado do princípio, os Estados Unidos, país vasto e rico e com excelentes estradas, entregou-se a elaboração de atlas regionais, para mais tarde juntá-los ao atlas geral. Assim também devemos fazer em nosso país, que é também vasto, ainda mais, pobre e sem fáceis vias de comunicação. (NASCENTES, 1958, p. 7)

Passou-se então a investir em atlas regionais. As bases e os passos foram estabelecidos para o início de trabalho nesse campo.

Reúne, nas suas *Bases*, informações fundamentais para o início de um trabalho no campo da Geolinguística, após recomendar que os atlas regionais sejam inicialmente feitos onde já se tenham realizado sondagens sobre quatro pontos fundamentais para a efetivação da pesquisa dialetal, que assim define: a anotação de dados sobre o informante, as notas sobre a localidade, o questionário e a escolha das localidades (CARDOSO, 2014, p.18).

Cardoso aponta as recomendações feitas por Nascentes para se construir os atlas linguísticos, que poderiam ser tanto para um atlas nacional ou regional. Passadas algumas décadas, já com uma vasta publicação de atlas regionais e uma gama de trabalhos, dissertações e teses publicadas, a necessidade da criação do ALiB apresentada anteriormente por Cardoso, resultou em prática e o projeto tomou forma.

Após 60 anos, desde o censo levantado em 1950, o quadro do país já havia mudado consideravelmente. A população dessa década da zona rural era de 33.161.506 habitantes e os da zona urbana era de 18.782. 891. Em 2010, os habitantes da zona urbana chegava a 160.925.792 e os da rural 29.830.007. Foi muito significativo também o crescimento dos meios de transporte fluvial, terrestres e aéreos; a evolução dos meios de comunicação também foi algo a ser considerado.

Desse modo, os limites geográficos tornaram-se mais imperceptíveis, o indivíduo passou a ser considerado um ser sem fronteiras por causa das informações que lhe chegavam e que ele acessava por meio das novas tecnologias. O Brasil realmente havia mudado nos últimos 60 anos. Neste sentido, foi retomada a ideia do precursor do Atlas Linguístico do Brasil, Antenor Nascentes, por professores e pesquisadores da área da linguística, sob a coordenação de Suzana Cardoso, durante o Seminário Nacional *Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*.

Com a aprovação da ideia e considerando a importância dos estudos dialetológicos no Brasil, foi produzida e firmada a *Carta de Salvador*, que reconhece o momento de iniciar a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil. Ainda durante o Seminário foi traçada a linha metodológica por meio da mesa redonda: “Metodologia e técnica para a elaboração de um atlas geral do Brasil: localidades, informantes, questionário, sistema(s) de transcrição, elaboração de cartas” (CARDOSO, 2014, p. 20). O primeiro Comitê Nacional foi composto por:

Suzana Alice Marcelino Cardoso (UFBA, Diretora - Presidente), Jacira Andrade Mota (UFBA, Diretora Executiva), Maria do Socorro Silva de Aragão (UFPB/UFC,UEC, Diretora Científica), Mário Roberto Lobuglio Zagari (UFJF, Diretor Científico), Vanderci de Andrade Aguilera (UEL, Diretora Científica) e Walter Kock (UFRGS, Diretor Científico) (CARDOSO, 2014, p. 22).

Esse comitê estruturou-se por sete regionais, devido aos membros estarem distribuídos por todo território brasileiro: Regional Pará, Regional Nordeste, Regional Bahia, Regional Mato Grosso do Sul, Regional Minas Gerais, Regional Paraná e Regional Sul. O comitê desenvolveu suas atividades com êxito, e encontros regulares aconteceram para a discussão de questões metodológicas e teóricas. Também foram realizados 11 *worksops* nacionais que culminaram em publicações de trabalhos realizados pelos pesquisadores, e finalmente, em 2014, foi consolidado a publicação do Atlas Linguístico do Brasil em dois volumes.

Com a conclusão de alguns atlas linguísticos regionais e do Atlas Linguístico do Brasil, ALiB, têm-se vários retratos de diferentes usos da língua portuguesa, como propôs Nascentes no prefácio da obra *O linguajar carioca* (1953): “Paciencia. Nosso trabalho não é para a geração atual; daqui a cem anos os estudiosos encontrarão nele uma fotografia do estado da língua e neste ponto serão mais felizes do que nós, que nada encontramos do falar de 1822” (NASCENTES, 1953, p. 7.). As cartas linguísticas presentes nos atlas também permitem a visualização dessas fotografias do falar brasileiro. Estas ferramentas podem ser utilizadas por estudiosos de diversas áreas do conhecimento: da linguagem, filosófica, antropológica e tantas outras que queiram se debruçar sobre elas, pois são campos de estudos inesgotáveis.

Portanto, tudo isso foi e é possível, a metodologia a ser seguida pelos dialetológicos, todas as fontes de pesquisas para os estudos da linguagem devido ao trabalho pioneiro de Antenor Nascentes, porque sem o qual poderia ter sido ainda mais retardado ou tomado rumos diferentes.

5 PORTUGUÊS BRASILEIRO X PORTUGUÊS LUSITANO: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

5.1 Português brasileiro x português lusitano

Estudar a trajetória da língua portuguesa, o contato com o índio, com o africano, é pertinente para a compreensão da formação do idioma nacional, conceito proposto por Antenor Nascentes, e entender os efeitos que os falantes dessas etnias causaram à língua portuguesa. Além disso, o percurso histórico da formação do idioma nacional tem a finalidade de esboçar as diferenças do português falado no Brasil e em Portugal.

Conforme afirma Nascentes, a língua portuguesa sofreu grandes alterações porque teve de ser aprendida por indivíduos de origens e etnias diferentes, pelos indígenas e pelos africanos:

Nem que fosse falada apenas por portugueses e seus descendentes puros, nem por isso deixaria ela de alterar-se graças às causas que apontamos acima; mas a língua portuguesa no Brasil sofreu grandes alterações porque teve de ser aprendida por homens de duas raças que falavam línguas de estrutura inteiramente diversas do tipo flexional. O índio foi o primeiro que aprendeu o português; é natural, pois foi o povo autoctone. Só mais tarde aparece o outro fator etnográfico, o negro. (NASCENTES, 1953, p. 10, 11)

Em conformidade com Basso e Gonçalves (2014) que afirmam que a língua falada aqui não é a mesma de Portugal. Guimarães (1996) também lança luz sobre as diferenças linguísticas dos dois países:

A partir do século XIX, notadamente a partir da segunda metade do século, os estudos da língua portuguesa no Brasil fazem com que as ideias linguísticas se organizem de um modo específico no interior do movimento de ideias do Brasil de então. Uma das características do conjunto de estudos que marcam os estudos do Português do Brasil nesse momento é o trabalho de demonstrar que o Português que aqui se fala e escrevia era diferente do Português de Portugal. Há estudos sobre o léxico, por exemplo, no sentido de demonstrar que no Brasil o Português incluía palavras de origem africana e indígena bem como as palavras do Português que no Brasil significavam diferentemente que em Portugal. (GUIMARÃES, 1996, p. 127)

Eduardo Guimarães (1996) destaca que na virada do século XIX havia uma grande discussão em torno da gramática brasileira na tentativa de esboçar as diferenças estruturais da gramática portuguesa. Ainda referente a essa construção das ideias do pensamento linguístico no Brasil, Guimarães afirma que os diferentes autores de gramáticas ocupavam diversas

posições na sociedade e isso resultava em diferentes efeitos no sentido que cada um apontava sobre a brasilidade¹ presente no povo brasileiro.

Os diferentes autores de gramáticas - no século XIX - são também professores, escritores, historiadores ou jornalistas, ocupando assim uma dupla posição institucional. É pois de mais de um lugar que eles operam na produção dos efeitos de sentido da brasilidade. João Ribeiro rompeu com uma certa tradição lusitana que se limitava à história dos fatos administrativos e políticos. Ele introduz uma outra forma que privilegia a história do povo, da cultura, permitindo ao brasileiro se representar e se dizer de uma outra maneira, que não a instaurada pela história de Portugal. (ORLANDI e GUIMARÃES, 2001, p. 28).

O aspecto de brasilidade, as peculiaridades do povo brasileiro, segundo João Ribeiro (1979), é a forma de ele se representar, portanto, isso deveria estar presente na língua, na história, na literatura. Na obra *A Língua Nacional e outros estudos linguísticos* (1979), Ribeiro defende que a forma que se fala no Brasil é diferente da de Portugal, mas nem por isso se pode dizer que é errado, pois “falar diferentemente não é falar errado. A fisionomia dos filhos não é a aberração teratológica da fisionomia paterna” (RIBEIRO, 1979, p. 51). Assim também pensava Antenor Nascentes, pois o autor também compreendia que a língua do Brasil, de fato, foi constituída pela diversidade de línguas que aqui se falavam. “O português falado no Brasil, pela mistura com o tupi e com os falares africanos introduzidos no país e por outros motivos que não nos cabe aqui expor, é diferente do falado em Portugal” (NASCENTES, 1936, p. 9, 10).

Segundo Nascentes (1953), a língua se altera mesmo inserida em seu próprio território geográfico. O Brasil foi “descoberto” em 1500, mas só começou a ser colonizado em 1534 por meio das capitânicas hereditárias. A partir daí, a língua portuguesa foi introduzida de fato em território brasileiro. Contudo, sabe-se que o Brasil de 1500 não estava despovoado, Basso e Gonçalves (2014) sustentam que havia cerca de 2 a 6 milhões de indígenas que habitavam terras brasileiras. Portanto, já havia inúmeras línguas nativas aqui. Destas, a mais utilizada era o tupi-guarani no litoral e parte do interior. Conforme Rodrigues, (1983; Silva, 2009 *apud* Basso e Gonçalves, 2014, p. 190), no tempo do descobrimento se falavam cerca de mil línguas indígenas no território nacional.

A língua utilizada pelos portugueses que desembarcaram no Brasil em 1534 foi sofrendo alterações por causa do contato dos nativos que aqui já residiam e pelos africanos que foram trazidos para trabalhar como escravos nas lavouras e nas minas, como será mostrado ainda neste capítulo.

Nascentes afirma que a evolução do idioma nacional falado no Brasil abrange dois períodos: o primeiro, ele o chama de adaptação, período colonial, que “vai do primeiro quartel do século XVI a 1822; o segundo, de expansão autônoma, o independente, que se estende de 1822 aos nossos dias” (NASCENTES, 1933, p. 236). Ainda segundo Nascentes foi no período colonial, o primeiro período, quando o Brasil estava totalmente sujeito a Portugal, que a língua foi aprendida pelos índios e africanos escravizados. A partir daí, a língua da metrópole passou a sofrer abalos em seu sistema fonético, morfológico, sintático, o lexical enriqueceu-se com vocábulos tupis e africanos, apresentando ainda mais diferenças entre os dois idiomas. Ainda dentro desse período, Nascentes (1933) aponta nomes de alguns escritores como, Bento Teixeira Pinto, Botelho de Oliveira, Santa Rita, Cláudio Manuel, Silva Alvarenda, embora sejam brasileiros, eles não podem ser tomados representativos do falar brasileiro, pois “são imitadores da literatura portuguesa”, deixando transparecer às vezes a influência nacional.

Além disso, Basso e Gonçalves (2014) apontam duas razões pelas quais a língua brasileira é diferente da de Portugal, razões que Nascentes também defendia:

(i) o português do Brasil (PB) é diferente do português europeu (PE) porque a nossa realidade é diferente, ou seja, o Brasil não tem nada a ver com Portugal, e essa diferença cultural, material, do dia a dia se reflete na linguagem, de modo que o português, ao ficar dos dois lados do Atlântico, adaptou-se o melhor que pôde a cada um dos lados, gerando o PB e o PE; (ii) o PB é diferente do PE porque sofreu, ao longo de séculos, influências de outras línguas que não o português – línguas indígenas, africanas, de outros imigrantes – e por isso o PB mudou tanto em relação ao PE, que, por sua vez, não teve um contato tão próximo e constante com outras línguas. (BASSO e GONÇALVES, 2014, p. 190)

Percebe-se que a diferença que os autores pontuam entre os dois países é gigantesca visto que a flora e a fauna brasileiras são muito diferentes das de Portugal. Pensando nisso, todo esse gama lexical teve de ser nomeado, com nomes que os portugueses que aqui chegaram não conheciam. Por essa razão, a língua portuguesa teve de se adaptar, além de congrega em torno de si uma enorme quantidade de nomes indígenas e termos de línguas africanas que viriam a designar a fauna e a flora brasileira.

Paulo Duarte (1976), ao prefaciá a 3ª edição da obra de Amadeu Amaral, *O dialeto Caipira* (1920) também concorda que a língua portuguesa adaptou-se aos novos espaços geográficos existentes no Brasil, isso contribuiu para que novos vocábulos, novas expressões fossem criadas no idioma brasileiro, devido às novas necessidades regionais, como termos topônimos, botânicos, zoológicos, meteorológicos, etc, termos esses desconhecidos aos ouvidos lusitanos.

Antenor Nascentes (1953, p. 258) da mesma forma reconhece que o léxico do idioma nacional brasileiro foi enriquecido pelo numeroso contingente tupi e africano, termos que não foram transmitidos à língua lusitana, o autor ainda reafirma que devido a isso seria difícil a um português compreender um livro de autores brasileiros como Catulo Cearense ou Cornélio Pires.

Abaixo, Nascentes (1933) elenca alguns exemplos de palavras que foram inseridas no léxico do idioma nacional oriundos da África, trazidas pelos africanos escravizados, e também termos de origem tupi, língua nativa de parte dos índios que habitavam o território brasileiro na ocasião da chegada dos portugueses.

Da Africa: angu, anguzô, ambrozô, baobá, berimbau, caçamba, cacimba, caçula, calunga, camondongo, chimpanzé, gorila, guando, inhame, mambembe, mandinga, marimba, marimbau, moleque, munguzá, murundu, negus, quibebe, quingombô, quintanda, quizila, senzala, sungar, tamina, urucungo, vatapá, zebra, zorô, zumbi, zungu. [...] **do tupi:** abacaxi, abio, assaí, aipim, ananás, arara, araticum, aroeira, babassu, bacurau, baiuca beiju, caboclo, caissara, caipira, caipora, caititu, capim, capoeira, cipó, cobreiro, congonha, cuité, cumbuca, cutia, embaúba, embira, gambá, garapa, guabiroba, ipê, jabuti, jandaia, jararaca, jabotá, jenipapo, jequitibá, jiboia, lambari, macaxeira, mandioca, maracujá, murici, oiti, oiticica, paca, pajé, perebe, perereca, piranha, pirarucu [...]. (NASCENTES, 1933, p. 225, 226) (Grifos da autora)

A fim de demonstrar a contribuição do léxico africano e do tupi ao idioma nacional, Nascentes traz a transcrição dos primeiros versos do canto I de *Os Lusíadas* no português de Portugal e no Português do Brasil para evidenciar as diferenças do português brasileiro e do lusitano.

PORTUGUÊS DE PORTUGAL

azarma ziojbarõis assinaladux
k'daucidental praia luzitana
purmar'j nunca dant'j nav'gadux
passarãu indalãe dataprubana
iãemprigux iguerra zixfurçadux
majduk' prum'ti àfôrçaumana
entr' gent' r'mota idificarãu
nôvu rainu k'tantu sublimarãu

PORTUGUÊS DO BRASIL

azarma ziojbarõis assinaladux
quidaôcidental praia luzitana
purmarj nunca dantij navêgadux
passarãu indalêm dataprôbana
iempirigox iguerra zixfôrçadux

maijduquê prômiti afôrçaumana
 entri genti rêmota edificarãu
 nôvu rêinu quitantu sublimarãu.
 (NASCENTES, 1933, p. 225, 226)

Pode-se observar que em Portugal a transcrição do termo *que da ocidental* é grafado *k'daucidental*, já no Brasil é grafado como *quidaôcidental*, isso demonstra a influência de vocábulos africanos como *quibebe*, *quingombô*. Nascentes salienta que o *u* após o *q* não deve ser pronunciado. Outro fato a se observar é a quantidade ou a duração de vozes em determinadas palavras, Nascentes afirma que a voz átona no português de Portugal é sensivelmente brevíssima, como em *dant'j*, *nav' gadux*, *prum'ti*, diferente do idioma nacional brasileiro, *dantij*, *navêgadux*, *prômiti*.

O segundo período a que Nascentes fez referência, o da expansão autônoma, também chamado de independente, é um momento de rompimento, de quebra de laços entre Brasil e Portugal. “O país toma impulso próprio em tôdas as manifestações da vida e disto se ressentem a língua e a literatura. A língua nacional desenvolveu-se autônoma, apesar de sofrer pela imigração constante influencia portuguesa” (NASCENTES, 1933, p. 237).

Nascentes evidencia que havia pouca diferença entre o português escrito de Portugal com o português escrito no Brasil. Ainda segundo o autor, a língua escrita ainda era artificialmente sujeita a disciplina gramatical lusitana. Porém a realidade da língua falada, a realidade viva no interior do Brasil, era totalmente outra, já apresentavam profundas alterações, que às vezes se tornavam incompreensíveis aos ouvidos lusitanos, tanto pelo sotaque, como pelo léxico. Dentro desse período é possível estudar escritores como José de Alencar, Bernardo Guimarães, Martins Pena, Lima Barreto, Joaquim Manuel de Macedo, Catulo Cearense, Cornélio Pires, autores estes que Nascentes considerava legitimamente “escritores regionalistas”.

FIGURA 6- FOTO DE JOSÉ DE ALENCAR



Fonte: O idioma nacional de Nascentes (Vol. IV, 2ª ed. 1933)

Nascentes (1933) evidenciava sua preferência por escritores brasileiros ao trazer textos destes nas obras *O idioma Nacional*, isso dava notoriedade à forma peculiar que estes autores escreviam, outro fato a se observar é o juízo de valor dado pelo autor na descrição abaixo da imagem, “José de Alencar, um dos melhores prosadores brasileiros”.

Na próxima seção, desenvolve-se um breve percurso histórico de como se deu a inserção da língua portuguesa no Brasil e como foi o processo de aprendizagem da língua portuguesa pelos indígenas e pelos afrodescendentes.

5.2 A constituição do português brasileiro: ocupação territorial, ciclos econômicos e o avanço da urbanização

Diversos estudiosos como Eni Orlandi e Guimarães (2001), em *História das ideias linguísticas: Construção do saber metalinguístico e constituição da língua Nacional*, Renato Basso e Rodrigo Gonçalves (2014), em *História concisa da língua portuguesa*, Dante Lucchesi (2015), em *Língua e sociedade partidas: A polarização sociolinguística do Brasil*, dentre outros, buscaram uma reconstituição da formação da língua portuguesa nos séculos anteriores, desde a colonização feita pelos portugueses.

Isso se faz necessário para o conhecimento histórico, cultural e linguístico pelo qual passou o Brasil, caminho esse que João Ribeiro defende nos estudos sobre a língua nacional. De acordo com Orlandi e Guimarães (2001, p. 28), Ribeiro introduziu uma forma de o povo

brasileiro se representar através de sua própria história e cultura e assim romper com um histórico lusitano que estava voltado a fatos políticos e administrativos. Conhecer todo esse processo de formação da língua é necessário para a compreensão da constituição do idioma nacional brasileiro.

Outro autor que buscou um levantamento histórico e social da língua brasileira desde a colonização, século XVI, à Proclamação da República, século XIX, foi Dante Lucchesi (2015). Ele lançou base para uma percepção polarizada da sociolinguística do país. Conforme o autor, a polarização sociolinguística é o que define a realidade social da língua no Brasil, sendo o reflexo, no plano linguístico das contradições que marcam a sociedade do país, no plano econômico, devido à superconcentração de renda e da alta exploração do trabalho. Essa questão socioeconômica, segundo o autor, “se projeta no plano ideológico das representações sociais da língua através do preconceito linguístico, que promove a forte discriminação das formas mais típicas da linguagem popular.” (LUCCHESI, 2015, p. 85). Diante disso, a polarização sociolinguística é o reflexo das divergências materiais e culturais que separam as classes sociais.

Consoante Lucchesi (2015), a língua por ser heterogênea passa por constantes variações, isso faz com que ela reflita as condições sociais do seu uso. O autor firma essa ideia na teoria da variação linguística de Weinreich, Labov e Herzog. A língua funciona “no universo da diversidade sociocultural em que é usada”, assim, “[...] não é possível compreender a configuração estrutural de uma língua como fenômeno sócio-histórico sem compreender a história e a configuração da sociedade em que essa língua é falada” (LUCCHESI, 2015, p. 34). Dessa forma, Lucchesi contribui para o debate ao afirmar que é preciso voltar às raízes mais profundas que configuram a estrutura da sociedade brasileira, o início da colonização. O colonizador escravizou, por trezentos anos, vários povos que falavam diversas línguas, que compunham a identidade linguística brasileira.

Como foi exposto anteriormente, o Brasil foi povoado por meio de expedições comerciais portuguesas. Segundo Basso e Gonçalves (2014), a primeira expedição que aqui chegou foi capitaneada por Martim Afonso de Souza, que em 1532 fundou a Vila de São Vicente, no litoral de São Paulo.

As razões que guiavam os portugueses eram comerciais, a princípio os exploradores buscavam metais preciosos, porém não os encontrando se contentaram com o que o país tinha à mão, o pau-brasil. Assim, o país passou por vários ciclos econômicos, o primeiro foi o do pau-brasil, que eram feitos juntos aos nativos por meio de escambos. Os portugueses exploraram inicialmente o litoral brasileiro, pois os indígenas traziam a madeira para o litoral, não permitindo assim a formação de vilas ou grandes povoados e nem a penetração dos

portugueses no interior do país. Em suas navegações, os portugueses utilizavam uma variedade mais simplificada do português, a “língua de preto”, esta era a que eles utilizavam para se comunicar inicialmente com os índios para realizar os escambos (BASSO e GONÇALVES, 2014, p. 202).

Após o ciclo do pau-brasil, cuja intensidade vai de 1500 a 1540, surge o da cana-de-açúcar, que vai até perto de 1710. Outros ciclos também caminharam juntos, de forma mais inibidas (tabaco e algodão). Entender os ciclos econômicos é relevante, pois através deles podemos compreender a ocupação territorial no Brasil, e conseqüentemente o processo linguístico pelo qual passou o país.

Antenor Nascentes (1953) assegura que o indígena e o negro aprenderam a língua portuguesa de forma simultânea, e que isso fez com que a modificação da língua portuguesa ocorresse de forma gradativa desde o século XVI, constituindo assim o falar brasileiro.

Como se vê é, praticamente simultânea a aprendizagem do português pelo índio e pelo negro. Desde meados, pois, do século XVI, colonos portugueses, índios, africanos, seus descendentes puros ou mestiçados, começaram, cada qual a seu jeito, a modificar a língua portuguesa e mais tarde as modificações por eles introduzidas vieram a constituir o falar brasileiro. (NASCENTES, 2013, p.10)

O ciclo da cana-de-açúcar também exigiu muita mão de obra, que em princípio veio do povo indígena, cuja escravidão a Coroa Portuguesa era contra. Segundo Basso e Gonçalves (2014), essa proibição foi explícita em 1758. Contudo, os portugueses, especificamente na figura dos bandeirantes paulistas, utilizavam muita mão de obra indígena, chamados de “ouro vermelho” também “negro da terra”. Para isso, usavam todo tipo de agressões e atrocidades para adquirir a mão de obra indígena. Por conta do bandeirantismo, da unidade cultural indígena, e outras razões como catástrofes demográficas, epidemias de doenças que os nativos não estavam imunes a elas, fugas dos indígenas, a mão de obra indígena foi se tornando cada vez mais intensa, apesar disso o trabalho forçado aos indígenas durou muito mais em São Paulo que no Nordeste (Cf. BASSO e GONÇALVES, 2014).

Lucchesi (2015) também argumenta que o projeto colonial lusitano baseou-se sempre com o trabalho forçado, de início com a mão de obra indígena, “mas a baixa imunidade destes aos microrganismos trazidos pelos europeus, associada à sua resistência ao trabalho forçado, fez com que rapidamente escasseasse a mão de obra indígena” (p.90). Isso fez com que os portugueses, a partir do século XVI, partissem para a força motriz do trabalho escravo africano.

Além disso, o Nordeste como o maior produtor de açúcar estava com uma alta demanda por mão de obra. Por isso, a Coroa Portuguesa incentivou ainda mais a importação de escravos

africanos. Segundo Boris Fausto (1994), a capacidade produtiva deles era superior à dos indígenas, tendo em vista que os mesmos já tinham experiência de trabalho com ferro e com a criação de gados. Assim, a opção pela mão de obra escrava africana se tornou mais atrativa e o próprio tráfico e comércio de escravo se tornou mais lucrativo.

O avanço das bandeiras e entradas paulistas para o interior do país causou várias disputas de territórios e conseqüentemente a criação de novos tratados foi necessária, pois os bandeirantes estavam indo além do Tratado de Tordesilhas. Assim, surgiram o Tratado de Utrecht, Tratado de Madri e o Tratado de Santo Idelfonso. Os paulistas foram responsáveis pelo rearranjo das fronteiras da colônia portuguesa, com isso a descoberta das jazidas de ouro de aluvião aconteceu de forma natural nas regiões, atual, de Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso, Goiás e Bahia. (Cf. BASSO e GONÇALVES, 2014)

Essa descoberta de diversas jazidas de ouro gerou um novo ciclo econômico, bem mais extenso que os anteriores, o ciclo do ouro que vai de 1697 a 1810. Além do ouro, outros minérios como a prata e outras pedras preciosas passaram a ser o principal interesse dos portugueses. Ainda segundo Basso e Gonçalves (2014), há controvérsia entre os historiadores a respeito dessa “descoberta”, pois “alguns dizem que os paulistas sabiam há tempos da existência de ouro, mas evitavam assumir isso por medo de perder a autonomia que tinham na época” (BASSO e GONÇALVES, 2014, p. 206). Segundo Monteiro (1994 *apud* Basso e Gonçalves, 2014), essa “descoberta” coincide com a crise econômica causada pela resistência indígena à escravidão. Com isso, houve declínio na rentabilidade das expedições paulistas. Como solução para a crise, veio a busca por metais preciosos.

Neste período de ciclos econômicos e a resistência indígena à escravidão, a busca de mão de obra escrava africana era sempre a solução, pois a mineração e as lavouras necessitavam constantemente de mão de obra. Conforme Renato Mendonça (2012), essa precisão aproximava cada vez mais o Brasil e a África:

Esta exigência de escravos para a mineração crescia sempre, e, cinco anos depois, se pediam mil homens de Angola e umas três ou quatro levas da Costa da Mina. A necessidade crescente do braço africano para a lavoura da terra e a indústria das minas requeria aproximação cada vez maior entre o Brasil e a África. (MENDONÇA, 2012, p. 48)

Conforme Basso e Gonçalves (2014, p. 207), o ciclo do ouro trouxe conseqüências relevantes nesse momento, como o avanço definitivo para o interior do país e o surgimento de vilas que cresciam fora do litoral. Com isso, houve a necessidade de abastecimento de alimentos e outros produtos, criando assim um comércio interno no Brasil, uma rede comercial que partia

do litoral abastecia a vila de mineradores. A partir daí, o interior estava muito ocupado e bem organizado, e mesmo com o fim do ciclo do ouro, o interior do Brasil tornou-se produtor daquilo que seus habitantes necessitavam.

Ainda segundo Basso e Gonçalves (2014), antes mesmo do fim do ciclo do ouro surgiu um novo ciclo, o ciclo do café, que vai de 1800 a 1930. Entremédio a esses ciclos vieram o movimento da independência e a possibilidade de desvinculação de Portugal. Nesse período, surgem as primeiras obras artísticas genuinamente brasileiras, arquitetura, escultura, literatura e música. Trataremos mais desse movimento nacional posteriormente.

As localidades que mais se destacaram com o ciclo do café devido às suas terras férteis foram Paraná e São Paulo, regiões do Rio de Janeiro e Minas Gerais. A escravidão africana foi muito mais efetiva durante esse ciclo. É relevante destacar que nesse mesmo espaço de tempo também se destacou o ciclo da borracha na Região Amazônica, com a primeira industrialização brasileira, que se estende de 1866 a 1915.

Com a industrialização da borracha em alguns países como Inglaterra e Estados Unidos, o Brasil passou a exportar a sua borracha, item principal, pois era de melhor qualidade. Isso trouxe riquezas para o país, transformando a capital Manaus numa cidade internacional, onde sua elite esbanjava luxo e extravagância.

Durante todos esses ciclos econômicos pelos quais o Brasil atravessou, estava presente uma diversidade de línguas consideravelmente significativa. Mattos e Silva (2004 *apud* Lucchesi, 2015, p. 85) chamou essa diversidade de multilinguismo generalizado, que se estende desde a fundação da Vila de São Vicente às primeiras descobertas das minas de ouro. Nesse período, a língua da elite colonial, o português, era a minoria diante das centenas de línguas indígenas e africanas faladas pela população escravizada, dentre elas inclui-se a variedade do português crioulo ou pidginizados. A autora sinaliza que a língua portuguesa sofria alterações por esse contingente e seus descendentes. Assim, o português era uma língua dentre as diversas línguas que se falava na América Portuguesa.

Ainda referente ao multilinguismo generalizado, cita-se a língua geral falada pelos mamelucos em São Paulo, versão alterada do tupi da população indígena paulista. Ela se restringia à administração e às escolas jesuítas. Já na região da Amazônia brasileira, a língua de maior predominância era o Nheengatu, também conhecida como Língua Geral ou o Tupi Moderno. O nheengatu chegou a ser uma língua superior à língua portuguesa na região norte do país até o fim do século XVIII, segundo Navarro (2012), porém com movimento popular da história do país, a Cabanagem, muitos falantes dessa língua foram mortos. Apesar disso, foi somente a partir da década de 70 do século XIX, que a língua portuguesa foi imposta com as

grandes imigrações dos nordestinos, dessa forma o nheengatu passou a ser uma língua minoritária. Nem por isso o nheengatu desapareceu, ele ainda continua a ser falado por cerca de seis mil falantes, conforme Eduardo Navarro. Já na Bahia e em Pernambuco, devido à importação de escravos africanos para economia açucareira, era utilizada a língua banto, principalmente o quimbundo.

No entanto, ao final do século XVII e início do século XIX, houve um esfriamento do denominado multilinguismo generalizado, quando o Brasil passou pela primeira grande onda de lusitanização do território brasileiro, resultando num enorme avanço da língua portuguesa. A população dos colonos portugueses, no século XVIII, se multiplicou sobremaneira devido à atração pelo enriquecimento rápido que as minas de ouro poderiam proporcionar. Com isso, a mão de obra escrava também alavancou para atender as necessidades da mineração. Conforme Lucchesi (2015), O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2000 apresenta uma estimativa de menos de 300 mil colonos portugueses nesse período, já a importação anual de escravos passou de uma média de 7 mil escravos no fim do século XVII para 15 mil ao longo do século XVIII.

Devido a esse elevado povoamento de portugueses e escravos africanos, a língua portuguesa avançou no sudeste sobre a língua geral paulista. Ela também prosseguia do nordeste para o sudeste através do rio São Francisco em consequência do crescimento da pecuária da Bahia, que visava o mercado consumidor das Minas Gerais.

Mesmo com esse aumento, segundo Lucchesi (2015), a polarização sociolinguística ainda se manteve radicalmente, pois o português ainda convivia com as línguas francas africanas conservadas pelos escravos, a despeito da violenta opressão cultural e linguística. Assim, as variedades pidginizadas e crioulistadas da língua portuguesa persistiam.

Outro resultado do avanço da língua portuguesa extraído das minas foi um grande surto de urbanização conduzido pela cidade de Vila Rica de Ouro Preto. Consoante Lucchesi (2015, p. 87), “essa cultura urbana e letrada produziu uma primeira variedade de português brasileiro, diferenciada da língua que seguia o seu devir próprio em Portugal”.

Lucchesi apresenta uma segunda onda de lusitanização que se deu no Brasil, ainda mais intensa, que ocorreu com a chegada da Corte portuguesa no Brasil, em 1808. Esse fato proporcionou enormes transformações econômicas, sociais e culturais ao país. É relevante salientar que a instalação da Corte no Rio de Janeiro acarretou um processo de urbanização muito intenso. Conforme argumenta Lucchesi (2015, p. 87), aqui se instalaram “cerca de 25 mil membros da elite portuguesa, acompanhados de comerciantes, trabalhadores intelectuais e artistas de outras nacionalidades europeias.”

Ainda segundo o autor, tudo isso contribuiu para o avanço da língua portuguesa no país. Além disso, outros fatores contribuíram para o arrefecimento do multilinguismo, como o fim do tráfico negreiro em 1850, a continuação da dizimação dos povos indígenas ou a fuga para lugares com baixa densidade demográfica, eliminando a grande fonte deste.

A partir da segunda metade do século XX, o Brasil passou por uma grande ocupação urbana devida ao processo econômico e industrial. Resultado disso, o aspecto linguístico também foi afetado, conforme argumentam Basso & Gonçalves (2014):

Do ponto de vista linguístico, algumas das principais consequências da urbanização são o maior acesso à educação, a produção de cultura letrada e os meios de comunicação, que têm um papel de extrema relevância para a “homogeneização” do português no Brasil. (BASSO e GONÇALVES, 2014, p. 210)

Nesse sentido, Basso e Gonçalves (2014) e Dante Lucchesi (2015) afirmam que as consequências da urbanização foram de inteira relevância para a homogeneização da língua no Brasil. Lucchesi (2015) ainda assinala que mesmo com o fim do tráfico negreiro, as línguas de origem africana ainda eram resquícios presentes na língua falada no Brasil pelos afrodescendentes, com pontos muito significativos, como em Salvador, na Bahia. Todavia, salienta Lucchesi (2015, p. 88), “essa homogeneização linguística não resultou de uma assimilação dos contingentes da base da pirâmide social ao mercado consumidor e ao espaço da cidadania, mas da imposição da língua dominante em um processo de violenta opressão simbólica e cultural”.

Neste período, limiar do século XX, o analfabetismo era avassalador, atingindo cerca de 75% da população brasileira. Quase 60% da população era composta por descendentes de africanos e indígenas, e apenas menos de 10% vivia nos centros urbanos. Mesmo com a abolição da escravatura, a falta de políticas públicas que integrassem os afrodescendentes condenou-os à marginalidade e a pobreza. Consequentemente todo esse contingente de descendentes de africanos e indígenas eram analfabetos. Assim, Lucchesi (2015, p. 88) acrescenta que “esses segmentos deviam falar variedades bastante alteradas do português”.

A partir da Revolução de 1930, a população urbana no Brasil cresceu numa situação inversa. Ao longo deste século, mais de 80% da população migrou para as cidades. Com isso, ocorreu um processo de nivelamento linguístico, como aconteceu na Europa Ocidental, onde a universalização de oito anos de escolarização já era realidade. Lucchesi (2015) enfatiza que o

nivelamento linguístico seguiu o modelo da norma culta, “que desencadeariam mudanças “de cima para baixo” na norma linguística dos segmentos populares” (LUCCHESI, 2005, p. 89).

Segundo Basso e Gonçalves (2014), entender os ciclos econômicos no Brasil é compreender como se deu a ocupação do território, e, conseqüentemente, a delimitação de suas fronteiras, que é para onde o Português foi levado, foi nas fronteiras que a língua sofreu uma relevante homogeneização.

Para Lucchesi (2015, p. 90), compreender o plano colonial lusitano é entender como se deu as raízes da polarização sociolinguística do Brasil. E ela está acentuada na ocorrência do Brasil ter sido por mais de três séculos uma economia agroexportadora baseada no trabalho escravo de indígenas e africanos falantes de suas próprias línguas, cujos proprietários eram falantes do português. O efeito desse contato entre essas línguas foi de inteira relevância para a formação do português brasileiro.

5.3 A formação do português brasileiro a partir do século XIX

A língua portuguesa falada no Brasil, ou o português brasileiro, não ficou alheia a tantas mudanças que ocorreram no país no século XIX, tais como a vinda da família Real Portuguesa em 1808, a Independência em 1822, a Abolição da Escravatura em 1888 e a Proclamação da República em 1889. Ademais, o processo de urbanização e industrialização continuaram a se expandir, revoluções culturais também aconteceram nesse período. E a língua sendo um reflexo desse dinamismo marcou a identidade de um povo que se fez independente (Cf, BASSO e GONÇALVES, 2014). Já referido na seção dois, Antenor Nascentes (1933) classificou esse período pelo qual passou o Brasil de expansão autônoma ou de independente, evidenciando um momento de rompimento linguístico com Portugal.

Como também assegura Tarallo (1996 *apud* Camacho, 2013), o século XIX foi um período quando o país passou por grandes transformações linguísticas, conseqüentemente por um afastamento do português europeu.

A pesquisa linguística aponta o século XIX como um período de grandes mudanças sintáticas no português brasileiro (Tarallo, 1996b), que se afasta estruturalmente da gramática do português europeu. [...] Uma delas atingiu o sistema pronominal, cujas perdas provocaram a implementação de objetos nulos e sujeitos lexicais. (CAMACHO, 2013, p. 67)

Esse momento de rompimento linguístico entre Brasil e Portugal está associado ao período do Romantismo no Brasil, que corresponde à Constituição do Império de 1824 à Constituição Republicana de 1892. De acordo com Camacho (2013), a norma padrão da língua portuguesa era a língua europeia e tudo o que fugia dela era tido como corrupção linguística, como erro, portanto sujeito a correção. Pagotto (1998) analisa dois exemplares de textos constitucionais desse período, que corresponde ao Romantismo, para observar o comportamento da norma padrão diante das mudanças na língua. (Cf. CAMACHO, 2013, p. 67)

Os principais fenômenos na estrutura da língua encontrados a partir de 1800, exclusivamente no português brasileiro, segundo Basso e Gonçalves (2014, p. 252) foram: a queda do /r/ final nos verbos, “calor” como (<calô>); a monotongação de [aj] antes do [j], “baixo” como (<baxo>); a monotongação de [ej] em [e], “manteiga” como /man'tega/; abreviações como “tá” por está; epêntese de [i] antes de /s/ final, “mês” como /meis/; A africção do /t/ e /d/ antes do /i/, [‘dʒiɐ] para “dia” foi introduzida no início do século XIX, citada na gramática de Jerônimo Barbosa em 1822. Na mesma época surge o “erre caipira”, no interior de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, regiões de Minas Gerais e do Mato grosso.

É relevante ressaltar que a pronúncia “chiante” de /s/ em finais de palavras também surge no Rio de Janeiro, Belém e outras cidades litorâneas. Essa variante já se desenvolvera um pouco antes em Portugal. Alguns pesquisadores, conforme Basso e Gonçalves (2014) relatam que a realização “chiante” foi trazida pela Família Real Portuguesa, evidenciando o fato de que os brasileiros achavam vantajoso falar como a corte, como o rei Essa pronúncia chiante é resultado do que Nascentes aborda em *O Idioma Nacional*, vol. IV, a respeito das alterações ocorridas no sistema fonético da língua. Como sugere o autor (1933, p. 236), “a língua da metrópole começou a sofrer intensos abalos no seu sistema fonético”, isso se deu, segundo ele, a partir do período de expansão autônoma.

Outro fator a se considerar é o acréscimo do *i* ao final de palavras que terminam com *l*. Basso e Gonçalves (2014, p. 254) exemplificam isso com a palavra “Brasil”, que aqui no país se pronunciava /bra'ziw/. Nascentes (1933, p. 253) aponta que o brasileiro utiliza desse fenômeno na tentativa de imitação da língua de Portugal: “O brasileiro sente muito bem êste fenómeno e na imitação o emprega (Manéli)”.

Vale lembrar que neste momento, a figura do visconde Domingos Borges de Barros está entre as primeiras pessoas que falaram a respeito do português brasileiro ao descrever as particularidades da língua brasileira como autônoma, “pois ele foi um dos primeiros a descrever o PB e suas peculiaridades como uma língua autônoma, sem contrastá-la constantemente com

o PE e sem encontrar nas diferenças entre as duas ‘deficiências’, ‘equivocos’ ou simples idiosincrasias do PB” (BASSO e GONÇALVES, 2014, p. 255).

Neste período de formação do português brasileiro, também é importante salientar o grande contingente de escravos africanos que foram trazidos para o país durante os três séculos que perduraram o tráfico, segundo Renato Mendonça (2012) apontando o cálculo feito por Mário de Vasconcelos (1930):

[...] vê-se que pelas nossas Alfândegas passaram seguramente cerca de 4.830.000, ou melhor, em número mais arredondado, perto de 5 milhões. É um cálculo bem possível. E se admitirmos que o contrabando conseguiu introduzir no Brasil uns 2 milhões de negros, durante o período, teremos um total bem verossímil de 7.000.000 de pretos, entrados, em pouco mais de trezentos anos, graças ao comércio de tal “mercadoria”. (MENDONÇA, 2012, p. 56)

Os primeiros estudos a apresentar um algo voltado para as línguas africanas no Brasil foram o de Antônio Morais e Silva em 1789 e o de Antônio Joaquim de Macedo Soares em 1880, conforme sustenta Mendonça (2012):

Em 1789, no primeiro dicionário monolíngue do idioma português, Antônio Morais e Silva já identificava várias palavras de origem africana, como batucar, cafuné, malungo e quiabo, de uso corrente entre os brasileiros. Ao longo do século XIX e nas três décadas do seguinte, não faltaram vozes a chamar a atenção para a presença africana no português do Brasil, mas mesmo num estudo mais penetrante como o de Antônio Joaquim de Macedo Soares, “Sobre algumas palavras africanas introduzidas no português que se fala no Brasil”, estampado em 1880 na Revista Brasileira. (MENDONÇA, 2012, p.7)

Após estes estudos, outros foram publicados com um repertório cada vez mais crescente da interferência do léxico africano na língua brasileira. No *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (1932), Nascentes arrola 47 palavras que se infiltraram na língua brasileira. Após outros estudos foi apresentado um léxico ainda maior. Renato Mendonça, bacharel em Ciências e Letras pelo Colégio Pedro II, apresentou em sua tese, *A influência africana no português do Brasil*, 350 palavras oriundas do léxico africano, em 1933. No fim do século XX, Yeda Pessoa de Castro apresentou 3.000 termos africanos em *Falares africanos na Bahia* (cf. MENDONÇA, 2012, p. 8).

A respeito do tráfico de escravos no Brasil, Mendonça (2012) assinala que Spix e Martius afirmam que grande parte dos negros era pertencente ao grupo bantu, do sul da África, das ilhas de Cacheu, Bissau e do golfo de Guiné, da África Ocidental vieram povos Congos, Cabindas e Angolas, da Contracosta Macuas e Anjicos. Em *Compêndio de história da literatura*

brasileira (1909), Sílvio Romero acrescenta que além dos bantus, havia os sudaneses como Jalofos, Jorubas, Haussás e Fulas. Joao Ribeiro em *História do Brasil* (1929) corrobora com Spix e Martius e acrescenta outros, Berberes, Jalofos, Felupos e Mandingas.

Contudo, Mendonça (2012) assegura que a ascendência dos negros brasileiros é sudanesa e bantu. Assim, o autor afirma a predominância dos negros em alguns estados brasileiros como na Bahia, Rio de Janeiro, Minas, São Paulo, Pernambuco e Maranhão:

[...] a procedência dos negros brasileiros é da África superequatorial e meridional, ou melhor, sudanesa e bantu. Ambas as correntes tiveram elevado coeficiente numérico. Dos sudaneses vieram as nações mais importantes da Bahia: Jalofos, Mandingas, Fulos, Haussás, Jorubas ou Nagôs, Achanti e Gêges ou Ewes. Os negros da Guiné predominaram na Bahia. Negros bantu foram os Angolas, Congos ou Cabindas, Benguelas, Cassanges, Bângalas ou Inbângalas, Dembos, Macuas e Anjicos. Predominaram os bantu no sul do Brasil: Estado do Rio, Minas, São Paulo, bem como no norte: Pernambuco e Maranhão. [...] Os Bornus, muçulmanos, chamavam-se Adamauás na Bahia. “Minas” foi um nome vago que se deu aos negros oriundos do forte de S. Jorge da Mina, na África. Havia os Minas-Achanti, de língua achanti e os Minas-Popes, de língua Tchi. Eram os Agoins da África. “Fantees” era o nome dos Minas da Costa do Ouro. (Mendonça, 2012, p. 60, 61)

Antônio Morais e Silva, Antônio Joaquim de Macedo Soares, Renato Mendonça, assim com Antenor Nascentes já esboçavam em suas obras a influência que o contato com as línguas africanas tiveram sobre o português falado no Brasil. Esse contato causou alterações não apenas no léxico, mas na fonética, na morfologia, na. Assim, argumenta Mendonça (2012):

O negro influenciou sensivelmente a nossa língua popular. Um contato prolongado de duas línguas sempre produz em ambas fenômenos de osmose. Ao lado da contribuição genérica e imprecisa que deu o africano para o alongamento das pretônicas e a elocução clara e arrastada, deixou sinais bem seus nos dialetos do interior, principalmente. (MENDONÇA, 2012, p. 80)

As alterações fonéticas ocorridas na língua a partir de 1801 citadas acima por Basso e Gonçalves (2014), são decorrentes, em parte, dos três séculos do tráfico, ou seja, da presença de falantes de línguas de origem africanas no país. Percebe-se essas alterações na inserção de palavras africanas no léxico brasileiro. Isso se torna evidente na obra *A influência africana no português do Brasil*, cuja primeira edição foi publicada em 1933, por Renato Mendonça, pioneiro dos estudos sobre a influência africana nos estudos da língua brasileira. O autor esboça cerca de 350 palavras que foram inseridas na língua brasileira. Abaixo há alguns exemplos que ele aborda em sua obra:

O fonema linguopalatal *lh* muda-se na semivogal *y*: “*Dizem que a muyé é farsa*”

Idêntico fenômeno se passa nos dialetos crioulos:

cabo-verdiano— *lh*.....*y*: melhor = *meyor*

guineense— *lh**y*: filha = *fiya*

[...] da ilha de S. Tomé — *lh* transforma-se na semivogal *y*:

[...] O fonema *j* passa para o sibilante *z*: Jesus*Zezús*

[...] Ocorre nos grupos consonânticos de elocução difícil:

negro.....*nego*

alegre.....*alegue*

[...] Ao negro se atribuem aféreses violentas:

tá.....= estar

ocê.....= você

cabá.....= acabar

[...] Aparece em *l* e *r* finais:

general.....*generá*

cafezal.....*cafezá*

[...] A queda no *r* final aparece também nos dialetos crioulos da África:

cabo-verdiano — onde às vezes cai: chegar.....*chegá*

[...] da ilha de S. Tomé — onde às vezes cai: *cuíé* em vez de colher

[...] Os ditongos *ei* e *ou*, por influência africana, reduziram-se na língua popular do Brasil:

ei *ê*

cheiro.....*chêro*

peixe.....*pêxe*

[...] Na morfologia o negro deixou apenas vestígios o que é explicável pela diferença profunda entre as línguas indo-europeias e africanas.

O vestígio mais notável acha-se no plural conservado pela linguagem dos caipiras e matutos que, deixando o substantivo invariável, dizem sempre: *as casa, os caminho, aquelas hora*. (MENDONÇA, 2012, p. 80-85)

A fixação do português que se conhece hoje só foi possível por meio da imprensa. A família real trouxe consigo a primeira prensa tipográfica em 1808. Antes as publicações brasileiras eram impressas em Portugal e assim teria que passar por sua censura. Conforme assinala Moraes (1965), “aqui onde ministravam instrução superior e defendiam tese, onde redigiam gramáticas e catecismos das línguas indígenas para serem usados *in loco*, não instalaram prelos junto aos seus colégios. Mandavam imprimir seus livros em Coimbra, Évora e Lisboa”. (MORAES, 1965, *apud* SILVA, 2012, p. 29)

Segundo Carvalho (1996 *apud* SILVA, 2012), com a expansão da imprensa passou-se a ter maior acesso a publicações de textos jornalísticos com cunho político e social. Assim, “no jornalismo do século XIX, encontramos textos impressos com longos conteúdos, a imprensa dentre os meios de comunicação tinham um grande poder político e social”. Consoante Basso e Gonçalves (2014), o primeiro jornal brasileiro, *Gazeta do Rio de Janeiro*, foi fundado no Brasil em 10 de setembro de 1808.

Dessa forma, com a imprensa escrita foi possível fixar normas estilísticas brasileiras livres da sintaxe portuguesa. Outro fator relevante para o nivelamento e a uniformização do português brasileiro, segundo Basso e Gonçalves (2014, p. 210), foi o aumento da urbanização que possibilitou acesso mais abrangente “à educação, a produção de cultura letrada e os meios de comunicação”. Foi neste período, a partir de 1822, que Nascentes (1933, p. 37) afirma que o rompimento dos laços que prendiam o Brasil a Portugal trouxe contribuições tanto na língua como na literatura brasileira: “o país toma impulso próprio em todas as manifestações da vida e disto se ressentem a língua e a literatura”,

Ao finalizar esse percurso da formação do português no Brasil, o idioma nacional chamado por Antenor Nascentes, é notório perceber o interesse que o autor tinha em estudar a língua popular, porque é por meio dela que se pode perceber que o povo é o agente da alteração da língua brasileira. Isso demonstra que Nascentes (1953, p. 14) não se interessava em estudar as classes cultas “pouco nos interessa a língua das classes cultas, primeiro porque é a correta, segundo porque lhe falta a naturalidade, a espontaneidade da língua popular.” A princípio os agentes são o índio e o africano, mais tarde, no século XIX, ele adiciona os imigrantes italianos, alemães, os holandeses. Diante disso, as principais alterações causadas no português do Brasil por esses povos são de cunho lexical, fonético e sintático, conforme Nascentes.

5.4 O ensino do português no Brasil

Esta seção tratará do ensino de língua portuguesa no Brasil, visando refletir sobre o status dessa língua que é ensinada e sobre o próprio ensino. Segundo Ilari e Basso (2012), dois processos históricos foram fundamentais para a configuração da língua portuguesa: a estandardização, que é o fato de que a língua assume a mesma forma para seus usuários, passando assim a ter modelos definidos; o outro processo é a fixação de uma norma.

Ainda segundo Ilari e Basso (2012), a grafia de hoje é bem mais uniforme que de outrora, pode-se perceber esse fato ao se comparar documentos medievais. Às vezes uma mesma palavra poderia ter duas ou três grafias diferentes. O processo de estandardização pelo qual a língua passou foi muito relevante para que hoje houvesse a unificação da grafia. Um fato importantíssimo que contribuiu para isso diz respeito às grandes inovações tecnológicas que afetaram a comunicação. A partir da imprensa, a mesma obra passou a ser lida em lugares distintos.

Alguns fatores contribuíram para a standardização da língua como a generalização do ensino primário, que conseqüentemente gerou um mercado de livros didáticos e com isso a criação de uma literatura infantil. Como assinalam Ilari e Basso (2012), isso contribuiu para a uniformização da língua e para frear suas mudanças.

Para Ilari e Basso (2012), estudiosos da linguagem, nesse período, que se empenharam na consolidação de um padrão da língua escrita focaram nos seguintes aspectos: “a fixação da ortografia; o trabalho dos lexicógrafos – fundamental para a fixação do vocabulário; o trabalho dos gramáticos – fundamental para a uniformização da morfologia e da sintaxe; a definição de uma norma ‘brasileira’”. É interessante ressaltar que Nascentes foi um desses estudiosos que contribuiu para a consolidação do padrão da língua escrita, como lexicógrafo que foi. Como foi exposto no primeiro capítulo desta dissertação, em 1924 o autor participou como membro da Comissão da Unificação da Ortografia Oficial.

Referente à fixação da ortografia é importante salientar que para que houvesse a assimilação dela foi necessário passar por várias fases de experimentação para serem resolvidos os problemas de representar a pronúncia. Segundo Ilari e Basso (2012), “essa fase de experimentações e indefinições durou aproximadamente até o final do século XVI e foi dominada pela preocupação de fazer da grafia uma reprodução fiel dos sons ouvidos na fala”.

Segundo Nascentes (1933, p. 231) a primeira fase da unificação ortográfica da língua portuguesa ocorreu com a publicação da obra *Os Lusíadas* (1572), que utilizou formas regulares e elegantes. Outro período da ortografia do português iniciou-se em 1572 e se estendeu até 1911, conhecido como pseudoetimológico. Esse período se preocupou em representar na escrita a origem da palavra, fixando grafias como *havia* e *homem*, que antes se grafavam *omem* e *avia*.

A fase seguinte se estende até hoje, tendo iniciado em 1911 com os trabalhos do linguista português Aniceto dos Reis Gonçalves Viana. O fruto de suas pesquisas resultou na reforma do acordo ortográfico em Portugal. Nessa fase, houve a supressão dos dígrafos de origem etimológica (*pharmacia* > *farmácia*), as gêmeas (*commodo* > *cômodo*). O Brasil adere à ortografia de Gonçalves Viana em 1931, fazendo que ambos os países adotassem as mesmas diretrizes.

Antenor Nascentes (1936, p. 71) afirma que o sistema simplificado, primeiro acordo ortográfico firmado entre Brasil e Portugal, adotado em 1931, “diminuiu extraordinariamente as possibilidades de erros” de escrita do idioma nacional. Nascentes exemplifica com algumas unificações ortográficas:

A terminação *eza* (com *z*) aparece nos substantivos derivados de adjetivos, como *certeza*, *firmeza*, por exemplo, derivados de *certo*, *firme*; a terminação *esa* (com *s*) aparece quando não se trata de derivados de adjetivos, ex.: *defesa*, *despesa*, *francesa*, *inglesa*. A terminação *oso* (com *s*), em adjetivos, é sempre com *s*, ex.: *formoso*, *brioso*. A terminação *izar* (com *z*) aparece em verbos derivados de palavras, às quais ela é acrescentada, ex.: *realizar*, *rivalizar*, e em verbos derivados de palavras que tenham *z* na sílaba final, ex.: *cicatriz-cicatrizar*. (NASCENTES, 1936, p. 73, 74)

A respeito do ensino do idioma nacional, Nascentes assegura que o professor deveria estar imbuído dos novos moldes da escola nova, ação que transformou o ensino pautado numa “preparação agradável para a vida”. Dessa forma, os livros deveriam conter exposições claras, gravuras, leituras interessantes, em vez de conter secamente regras, exceções e paradigmas. A partir destas proposições Nascentes faz reformulações em seus livros, como foi exposto anteriormente.

Nascentes ainda afirma que o ensino do idioma deveria ser totalmente prático. Esta era a sua real preocupação relacionada ao ensino, por isso o autor sempre traz as noções de fonética, morfologia e sintaxe para em seguida passar às análises de textos, e conseqüentemente aos exercícios de redação:

Enquanto não se conhecerem bem as dificuldades da morfologia, plurais, femininos, graus, formas verbais, as da sintaxe, concordância, regência, colocação de pronomes, pontuação, pouco adianta estar automaticamente corrigindo exercícios eivados de erros. (NASCENTES, 1930, p. 7)

Nascentes enfatiza que enquanto o professor não levar o aluno a conhecer todo esse funcionamento da língua pouco adianta ficar corrigindo os erros nos exercícios sejam escritos ou na leitura dos textos propostos. O autor também argumenta que para o aluno exprimir-se e redigir bem era necessário adquirir um vasto conhecimento linguístico e cultural, por isso aconselhava que o estudante adquirisse o vocabulário, conhecesse a significação verdadeira das palavras, desenvolvesse a cultura geral, fizesse leitura de bons autores, contos, novelas, romances, poesias e adquirisse novas ideias. “Depois, então, redigir será das tarefas mais fáceis” (NASCENTES, 1930, p. 7). É evidente essa diversidade de conhecimento linguístico que ele trouxe aos seus alunos em sua obra *O idioma nacional*.

Na parte prática do Vol. II de *O idioma Nacional*, Nascentes traz textos utilizados para o ensino cuja finalidade é exercitar a leitura expressiva, declamação, interpretação dos trechos lidos, análise fonética, análise gramatical, análise morfológica, análise dos períodos simples e

compostos, além de exercícios de vocabulários: explicação do significado das palavras. Aqui é importante lembrar que nos relatos de seus alunos, no capítulo um, há demonstração de que Nascentes dominava bem esse aspecto do ensino da língua, retomava sempre a origem etimológica das palavras e conhecia bem a origem da língua portuguesa aos ministrar os conteúdos abordados.

Ao observar de forma mais cuidada os livros da série que Antenor Nascentes utilizava para ministrar suas aulas, *O idioma nacional*, percebe-se claramente a preocupação dele que o ensino do idioma brasileiro deveria ser de forma prática buscando a independência do estudante e não de forma doutrinária, como ele se expressou, “cumpre ensinar o que é útil, deixando de lado a pura gramatiquice.”

6 O IDIOMA NACIONAL

6.1 Idioma Nacional: definições

Nesta seção, apresentam-se definições de idioma nacional. Para isso, recorre-se a definições de vários autores em busca de melhor compreensão do sentido do que vem a ser essa definição presente na obra de Antenor Nascentes. Reflete-se também acerca do contexto histórico-cultural e intelectual europeu do século XIX.

Segundo Sebastião Elias Milani (2012), Wilhelm von Humboldt (1767–1835) compreendia a língua como produto do pensamento humano, logo ela está inserida nos espaços sociais que orbitam em torno do indivíduo:

Humboldt circunscreve a língua a limites espaciais exatos, quer dizer, geográficos, culturais e históricos. Como ele mesmo afirma, “a língua é sempre a emanação espiritual de uma vida nacionalmente individual”. Assim, a língua reflete as características que são externas ao indivíduo e que interferem em seu comportamento e nas suas sensações individuais. (MILANI, 2012, p. 23)

Uma vez que a língua está sujeita a limites geográficos, culturais e históricos, ela reflete características externas ao indivíduo e essas interferem no comportamento e nas sensações individuais. O espírito nacional que Humboldt evidencia é tudo aquilo que os indivíduos de uma nação comungam. Ainda que haja algum tipo de variação entre os indivíduos parte deles ainda reage de forma coletiva porque estão sujeitos a interferências de fatores iguais. Essas ações gerarão semelhanças que produzirão a identidade comum aos integrantes do grupo:

O espírito nacional é o conjunto de sensações, hábitos e fatos históricos a que os indivíduos de uma nação estão conjuntamente expostos. Mesmo que alguns destes fatores, entretanto, sejam variáveis de indivíduo para indivíduo, parte deles age conjuntamente e, ao mesmo tempo, em todo o coletivo, como por exemplo, os fatores históricos. E os indivíduos, por estarem sob a interferência de fatores iguais, reagem de maneira semelhante, e estas semelhanças gerarão novas semelhanças, até que se produza uma identidade comum para os membros do grupo. (MILANI, 2012, p. 23, 24)

Dessa forma, como assinala Milani (2012), o indivíduo age de forma semelhante ao coletivo porque foi treinado por ele e se baseia nele para identificar-se, ao mesmo tempo em que o coletivo se reafirma dentro do indivíduo. Não obstante, o indivíduo também age de maneira individual quando ele contradiz o coletivo, isso é natural de sua natureza.

Nesse sentido, Milani (2012) realça que a língua sendo um veículo da ação imediata do indivíduo no mundo também é coletiva e individual ao mesmo tempo. Desse modo, deve-se considerar que a noção de coletivo melhor definida das aglomerações humanas é a nação e a língua está imersa dentro da nação, servindo aos indivíduos: “o espírito nacional é obra de pensamento dos indivíduos” (MILANI, 2012, p. 24). Pode-se perceber isso ao observar o comportamento indivíduos quando compartilham aspectos culturais semelhantes no território nacional. Milani (2012) exemplifica isso com a metáfora da paixão por determinados jogos que ganham o gosto dos torcedores. Assim, o pensamento é determinado por fatores que integram o espírito nacional. Portanto, os indivíduos que compõem a nação pensam de forma coletiva e semelhante.

Em diálogo com Humboldt, Milani (2012, p. 25) argumenta que “o pensamento produzido é o fruto do espírito nacional”, e a língua é o produto da criação do pensamento. Desse modo, a língua e o pensamento estão interagindo constantemente; logo, um precisa do outro para existir:

A língua é a imagem do espírito nacional: ela reflete tudo o que está na alma dos indivíduos de uma nação; ao mesmo tempo, é através dos indivíduos e de seus pensamentos que a língua se refaz constantemente e se renova no espírito nacional presente nos indivíduos. (MILANI, 2012, p. 25)

Assim, a língua oferece recursos para o pensamento se desenvolver. Como assinala Humboldt, “o discurso se divide em “objetos da língua” e “formas do pensamento””. O autor afirma que os objetos linguísticos reflete o que se encontra na natureza, os nomes e ações. Eles dão a conhecer a realidade que cerca os indivíduos. Já as formas de pensamento são as formas gramaticais e de linguagem. É tudo aquilo que integra o discurso, porém não está dado na natureza, sendo, portanto, formas que o pensamento criou e aperfeiçoou para facilitar a produção do discurso. (MILANI, 2012, p. 26)

De acordo com Milani (2012), para tornar o pensamento mais criativo, é necessário que a língua esteja apta a concebê-lo. É ela que contém os recursos criativos dos pensamentos. Assim, quanto mais desenvolvida for a língua, melhor suporte ela será para o pensamento.

A Literatura, sendo um dos exercícios discursivos, é um relevante agente para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do pensamento. Através dela pode-se registrar a abstração do pensamento humano de qualquer nação em grande proporção:

A literatura tende a ser o registro das ideias que atingem os homens em larga escala, e, dessa maneira, a língua e o pensamento se aperfeiçoam. Nessa troca de recursos, pode-se ter uma ideia exata da importância do aperfeiçoamento linguístico do povo para qualquer nação. É imensurável o quanto ganha a

nação quando o povo, de um modo geral, domina todos os recursos da língua. (MILANI, 2012, p. 27)

Além da língua e do pensamento, outro fator que constitui o espírito nacional é o povo, formando assim um conjunto de fatores culturais. Milani (2012) afirma que língua, pensamento e povo agem interdependentes, cada qual se reconhece e reflete no outro. Por isso, os cidadãos de uma nação reagem de maneira semelhante em situações semelhantes.

Um povo tem, em um determinado ponto histórico, uma língua que espelha o espírito nacional, porque apresenta a história sociocultural desse povo, que possui um pensamento desenvolvido segundo a história e o momento social. Esse pensamento atua na língua e no espírito nacional através da língua e pela língua: através da língua, porque ela veicula as ideias; pela língua, porque toda criação sociocultural passa a integrar a língua e o espírito nacional, pois tudo tem que ser materializado na língua antes de se materializar no mundo das coisas. Entretanto, deve-se observar que, para criar, o homem sempre parte de uma realidade: ele, portanto, não cria manifestações socioculturais, mas simplesmente refaz o que já existia. (MILANI, 2012, p. 31)

Desse modo, pode-se pensar que o espírito nacional que circunda a língua brasileira é mesmo diferente do de Portugal. Ressalta-se, entretanto, como assinala Milani (2012), nenhuma das línguas, a brasileira ou portuguesa, é considerada superior à outra.

A respeito de como as línguas passam por mudanças e evoluções, Milani testifica que isso ocorre devido a rupturas no povo que levam a formação de um novo caráter. O surgimento de novas línguas está ligado a determinados momentos históricos pelos quais os povo passaram: “Se pensar na história das línguas conhecidas, ver-se-á que seus nascimentos estão atrelados a guerras, invasões e extermínios de povos, que provocam uma destruição do espírito nacional e a língua não suporta mudanças radicais” (MILANI, 2012, p. 32).

O Brasil atravessou essa ruptura no início do século XIX, quando buscou a independência de Portugal, em 1822. Segundo Nascentes, ocorreram no país vários impulsos próprios, conseqüentemente houve também um rompimento linguístico nesse período, esse momento é chamado pelo autor de expansão autônoma ou de independente.

Milani (2000) assinala que acontecimentos assim ocorreram também, e anteriores aos que ocorreram no Brasil, por todo o continente europeu devido ao espírito de Nacionalismo que imperava:

No contexto do século XIX, o sentimento de nacionalismo cresceu nos indivíduos e cada vez mais demarcou limites entre os pontos do continente europeu. O Nacionalismo, que sempre existiu e que caracterizou a vida da Europa ocidental desde os romanos, foi ao estopim de todas as desavenças entre as nações e, principalmente, da ascensão e destituição de muitos reis e

imperadores. Mais que um simples sentimento, em determinados períodos, sobretudo aqueles marcados por guerras, o Nacionalismo era uma filosofia de vida: a nação era a própria existência dos cidadãos. (MILANI, 2000, p. 69, 70)

Conseqüentemente, e inevitavelmente, esse fato teria reflexos no Brasil, sendo este um país colonizado por um país europeu. Na Europa, havia uma idealização da nação que refletira no aperfeiçoamento do espírito nacional. Humboldt argumenta Milani (*apud* 2000, p. 71), define espírito nacional como “tudo que compõe o espaço territorial, tenha forma física ou não: clima, relevo, cultura, etc., inclusive a língua”. Por isso, conforme Milani (2000, p. 71) na Linguística foram “desenvolvidos modelos teóricos que retratavam a linguagem como uma fórmula circunscrita às fronteiras nacionais” Assim, a língua nacional era a representação fidedigna do homem-cultura nacional.

De acordo com Milani (2000, p. 72, 73), o nacionalismo e a representação cultural faziam parte de um mesmo contexto na primeira metade do século XIX, pois estavam voltados para uma idealização do homem-cultura, a valorização do aspecto individual e espiritual. Já a segunda metade do século XIX, “era uma plataforma política e/ou uma representação partidária”, com modelo de opressão política e defesa de fronteiras, a filosofia da coletividade já imperava abandonando o individualismo.

Milani (2000) declara que essas diferenças entre os dois períodos do século XIX estão relacionados aos movimentos atravessados pelo Romantismo, Realismo/Naturalismo e Simbolismo, todos vivenciados neste século:

É essa a razão da diferença tão gritante entre o Nacionalismo do Romantismo do início do século XIX e o Nacionalismo do Realismo/Naturalismo e principalmente do Simbolismo no final do século, que dividia o mundo entre oprimidos e opressores. Assim, o Nacionalismo é mais um dos aspectos da cultura do século XIX que evoluiu de um plano voltado para o indivíduo para um plano de atuação sobre o indivíduo, privilegiando os aspectos coletivos. O ideal passou da busca da perfeição estético-moral individual para a busca do aperfeiçoamento coletivo e de auto-afirmação patriótica. Essa luta para impor-se às outras nações aconteceu de todas as formas: dominação política, cultural, comercial, econômica, etc. (MILANI, 2000, p. 73)

Assim, segundo Milani (2000), para Humboldt, no período do Romantismo havia uma busca incessante pela liberdade. O autor afirma que ela está associada a elementos sociais, portanto um fato cultural. Segundo o autor, Humboldt acreditava que o Estado deveria garantir ao povo uma preparação cultural que lhe solidificasse o desejo pela de liberdade:

A liberdade, como qualquer outro elemento social, é um fato de cultura; logo, o povo deve ser instruído a ser livre e a respeitar a liberdade do outro. A função do Estado, nesse sentido, é realizar a transformação cultural que concretize o desejo de liberdade. O Estado deve, então, realizar o intento de construir o elemento lei; criar no povo o conhecimento dessa lei; instruir o povo a acreditar nela e, acima de tudo, ser exemplo de respeito às leis que instituiu. Pode-se notar que existe, no povo, uma intrínseca relação entre o grau de conhecimento, o respeito à lei e o desejo de liberdade, porque a liberdade não existe sem o respeito aos limites da lei. (MILANI, 2000, p. 30)

Parece evidente que para Humboldt esse processo de transformação cultural para assegurar a liberdade ao povo somente ocorreria por meio da educação. Como realça Milani, no fim do século XVIII e início do XIX, o povo possuía um grau elevado de cultura, isso lhes permitia exigir mais liberdade e ao mesmo tempo concedê-la. A sociedade nesse momento gerou em si anseio por ser mais feliz, fruto do reflexo da filosofia iluminista.

Milani (2000) destaca que para Humboldt a formulação do discurso estava associada com a idealização da capacidade de produção do discurso. Na literatura isso se evidenciou por meio de um idealismo estético para as formas humanas, os personagens. O indivíduo buscava um discurso mais perfeito por meio do aperfeiçoamento estético, moral e filosófico:

Humboldt apregoa, em todos os textos, uma forma ideal para as coisas: uma evidente marca da cultura idealista que caracterizava as formas de pensar do Classicismo e do Romantismo prussianos e do Romantismo francês. Seu conceito de linguagem está sempre relacionado a uma capacidade ideal de seu exercício — o que não significa, no entanto, o desconhecimento da real capacidade de produção linguística dos indivíduos. É certo que o idealismo estético do movimento romântico apresenta uma unidade em todos os setores do conhecimento então produzido. Entretanto, Humboldt explicou a formulação do discurso de um ponto de vista de idealização da capacidade de produção do discurso. Por outro lado, a produção literária de ficção do período criou um idealismo estético para as formas humanas, ou seja, as personagens. A perfeição para os sentimentos do indivíduo que a literatura procurava é moral e estética. Humboldt afirmou que um indivíduo alcançaria um discurso mais perfeito a partir do aperfeiçoamento estético, moral e filosófico. Ele associava claramente o aperfeiçoamento estético, moral e filosófico ao exercício continuado da educação através, acima de tudo, da escola. (MILANI, 2000, p. 31)

Para exemplificar a forma idealista de pensar na literatura, Milani aponta os discursos de Goethe em *Fausto*, de Chateaubriand em *Atalá e René*, de Schiller em *Maria Stuart*, de Hoffmann em “*O Vaso de ouro*”, de Stendhal em *Le Rouge et le Noir*, etc. Para Milani (2000, p. 31, “nas personagens, desses autores, sobretudo nos heróis, está a perfeição moral, mas elas são sempre superiores às outras também por qualidades como inteligência, bondade, esperteza, pureza, beleza, etc.”).

Outro fato que Milani (2000) destaca no pensamento de Humboldt é que ele visualizava uma diminuição significativa na interferência do Estado na vida do povo. Dessa forma, haveria um aumento de liberdade na vida privada do indivíduo. Esse idealismo, maior respeito ao cidadão, é resultado de uma absorção pela sociedade do Romantismo.

Assim, Milani (2000, p. 35) declara que “o Romantismo é marca da mudança de atitude do homem em relação ao homem”. Ele não se limitou apenas no campo literário, suas ideias estéticas transcenderam o artístico e o científico, o Romantismo possuiu muitos estilos e em cada nação ele floresceu com características e identidades peculiar a cada uma:

Toda a construção literária do Romantismo prisma por representar simbolicamente os sentimentos dos seres humanos a partir de uma análise profundamente subjetiva. Esse elemento de expressão do conteúdo, por meio de sugestões materializadas em personagens e fatos, perduraria no contexto literário do Realismo e do Simbolismo. (MILANI, 2000, p. 43)

Para Milani (2000, p. 44), a principal característica do movimento Realista, diferentemente do Romantismo, é o afastamento do subjetivismo. A construção dos personagens era inspirada na observação da realidade, “a verossimilhança da narrativa com a natureza das coisas é a mais detalhista que se possa imaginar”. Após esse período surgiu o Simbolismo, quando os artistas se cansaram do real absoluto:

Quando o artista se cansou do real absoluto e desgostou do mundo massificado e racional que o cercava, o símbolo e a metáfora ganharam a arte. Nessa nova expressão artística, o idealismo do pensamento desenvolvido na arte do Romantismo e o próprio processo de simbolização da linguagem tornaram-se os objetivos da arte literária. Nesse momento, ela passou a se chamar Simbolismo. O Simbolismo é a exploração da forma concreta como representação idealizada da relação do indivíduo com o real. O Simbolismo surgiu da reação contra o materialismo e o objetivismo do Realismo. (MILANI, 2000, p. 44)

Assim, conforme Milani (2000), os três movimentos que marcaram o século XIX podem ser retratados dessa forma, no início do século o Romantismo parte do subjetivo e ideal, estimando o indivíduo e o espiritual. Já a arte do Realismo desejou ser mais materialista, objetiva e racionalista, reflexo da industrialização e o Cientificismo, vividos em meados do século, dessa forma rejeitou a arte anterior. No fim do século, os artistas simbolistas decepcionados com os rumos da sociedade industrial, recriaram os sonhos e as fantasias valorizando novamente o ponto de vista individualizado e idealizado.

Nesse contexto, é relevante trazer a lume o que diz Orlandi (2002, p. 158). Para autora, “o processo de gramatização brasileira do português constitui assim um saber sobre a língua e

suas singularidades e processa a historicização da língua no território nacional, brasileiro”. Assim, Orlandi põe em destaque a importância do processo de gramatização pelo qual passou o Brasil ao mesmo tempo em que declara que compreendê-lo se faz necessário para estudar a história da língua do país.

Segundo Orlandi, a autoria de gramáticas brasileiras legitimava a relação do brasileiro com a escrita. Isso foi fundamental para reafirmar que aqui, nesse período do século XIX já se tinha uma língua, gramática e sujeitos brasileiros que dominavam a escrita. Nesse período, tem-se a exemplo de gramática brasileira a *Grammatica Histórica da Língua Portuguesa*, que foi publicada em 1878, no Rio de Janeiro, por Pacheco Silva. “compendiada para uso dos alumnos do 7º anno do imperial Collegio Pedro II, uma das escolas normaes e de todos os que estudam o idioma nacional”. (ORLANDI, 2009, p. 55)

Pacheco Silva, assim como Antenor Nascentes, também era professor do Colégio Pedro II, por isso, como professor defendia a ideia de que se era necessário estudar o idioma nacional, visto que se aprendia o francês, o inglês, o grego, porém nada se sabia do próprio idioma. Ele ressalta que o ministro do império criou a cadeira de filologia portuguesa no Colégio Pedro II, isso fez com que se valorizasse ainda mais o ensino da língua nacional, (Fávero e Molina, 2007).

Segundo Fávero e Molina (2007), na segunda metade do século XIX, as questões referentes ao ensino eram discutidas em todo o mundo, os métodos educacionais, e intelectuais se empenhavam em promover um ensino especificamente nacional. Pacheco Silva (1878) prefacia em sua gramática sobre a sua possível contribuição para o ensino da língua nacional: “E já não é para nós pequeno galardão, si os nossos escriptos poderem contribuir para a realização de uma grande idéia – o progresso da instrucção nacional” (PACHECO SILVA, 1878 *apud* ORLANDI, 2009, p. 59). Segundo Orlandi, além deste autor, vários outros autores brasileiros do século XIX defendiam o ensino da língua pátria, ensinos de linguagem mais modernos e a necessidade dos ensinos gramaticais serem mais condizentes ao da língua nacional. Para a autora, Pacheco compreendia que a língua nacional era susceptível a várias alterações de uma língua literária.

A maior parte dos dialectos são, porem, corrupções de uma língua literária, principalmente fonéticas. [...] Antes de haver uma língua nacional houve sempre muitos dialeto e patois nos districtos, províncias, cidades, aldeias e tribus. Ninguém escapa a influênciã das particularidades locaes e pessoaes da pronunciação e fraseologia, que quando se propagam e tornam muito pronunciadas tomam a denominação de dialectos (...) a gente culta se exprime-se de modo mui diverso do vulgo. (PACHECO, 1878 *apud* ORLANDI, 2009, p. 59, 60)

Pacheco tinha a inteira convicção de que a língua passava por mudanças e constantes alterações. Ele cita uma sociedade filosófica que surgiu no Rio de Janeiro em 1876 que queria fixar a língua utilizada no século XVI. Mas a sociedade não progrediu. O autor explica a razão dizendo que “as línguas não se fixam ‘são rios que tendem sempre a aumentar em caudaes à proporção que mais se alogam da matriz’: como tudo o mais no mundo orgânico, tem seu caminhar incessante e regular, independente da vontade humana” (PACHECO, 1878 *apud* ORLANDI, 2009, p. 62). Logo, as línguas não são estáticas, cada vez que elas se distanciam da matriz mais elas se diferenciam.

É importante destacar o pensamento de Pacheco sobre a noção de dialeto e brasileirismos para prosseguir a reflexão acerca de como esses conceitos ajudarão na compreensão de língua nacional que o gramático possuía. Para o autor, “dialecto é a língua peculiar a uma província, cidade ou estado, alterada do idioma d’onde procede, na pronuncia, accentuação, nas desinências, no vocabulário” (PACHECO, 1878 *apud* ORLANDI, 2009, p. 62). Além disso, para o autor, as causas da dialeção estão nas classes sociais.

Ainda é importante ressaltar que o autor não considerava a língua falada no Brasil como dialeto. Para ele, existiam três dialetos: o galego, o indo-português e o suajo. Ele justificava essa afirmação com as comparações entre as diferenças do modo de falar entre Lisboa e Coimbra, Porto, ao das ilhas, e das existentes no Brasil, entre São Paulo e Rio de Janeiro. Ainda complementava que estas diferenças não são apenas fonéticas, mas gramatical e morfológica. Portanto, assinala Orlandi (2009, p. 63), “dialeto, para ele, não se refere à diferença entre línguas, mas na mesma língua”. Sobre as diferenças linguísticas entre Brasil e Portugal, Pacheco as chama de “vícios” de linguagem.

Os principais vícios ocorridos no Brasil, citados por Pacheco, estão correlacionados a pronuncia do “povo inculto”, que consistem na metátese do *r*, e na troca do *l* pelo *r*. Outros fatores que o autor considera nas diferenças linguísticas entre os dois países se relacionam com a existência de palavras que só existem no Brasil, como a ação climática que se diverge entre Brasil e Portugal, palavras de origem africana e os brasileirismos.

Relativamente ao termo brasileirismos, Pacheco dizia que “às novas usanças e modo de vida [...] damos o nome de brasileirismos, cuja feição característica consiste também em dar a palavras conhecidas sentido diverso” (PACHECO, 1878 *apud* ORLANDI, 2009, p. 63). Ainda reforça que muitos dos brasileirismos são ditos pelo povo e não são usados na literatura, mas que com a insistência do uso pelo povo, muitas vezes a classe culta passa a aderir a tais termos, pois, segundo o autor, “é o povo que representa as forças livres e espontâneas da humanidade” (PACHECO, 1878 *apud* ORLANDI, 2009, p. 64).

Outro autor cujo pensamento é relevante para a compreensão do conceito de língua nacional no Brasil é João Ribeiro (1860-1934). Este foi historiador, jornalista, estudioso da linguagem, gramático. Suas contribuições foram fundamentais para os estudos gramaticais e históricos no Brasil do século XIX e início do XX, conforme afirma Orlandi (2009, 65). A *Grammatica Portuguesa*, de João Ribeiro, teve 22 edições, segundo Orlandi, uma gramática quase popular no ensino secundário no Brasil.

João Ribeiro estudou com especificidade a língua nacional. Assim como Pacheco, ele também fala de dialeto e brasileirismos. Sobre dialetos ele diz: “são os modos de falar ou escrever a língua portuguesa nas diversas regiões onde foi ella implantada. Língua portuguesa no sentido restrito da expressão, é a língua falada e escrita na região europeia conhecida com o nome de Portugal” (RIBEIRO, 1889, *apud* ORLANDI, 2009, p. 66). Para Ribeiro (1889), os principais dialetos do português são: O galego, o indo-portugues, o áfrico e o diatecto brasileiro.

Diferente de Pacheco, Ribeiro (1889) compreendia que a língua falada no Brasil era um dialeto da língua portuguesa falada em Portugal. Ainda afirmava que a constituição desse dialeto estava nas diferenças notáveis de prosódia e de sintaxe, pelo vocabulário de termos tupis-guaranis e africanos.

O autor também faz observações sobre os ditos brasileirismos:

[...] os brasileirismos são léxicos ou sintáticos, vocábulos de origem tupi, africanas, empregadas pelo povo brasileiro. São brasileirismos as palavras portuguezas que são usadas apenas no Brazil e as formações mestiças derivadas do português. Os brasileirismos sintéticos consistem em construções divergentes do cunho vernáculo. As causas da alteração são: Novas necessidades da vida colonial, as condições climatéricas e topográficas, as relações constantes com povos originários, índios e africanos. (RIBEIRO, 1889 *apud* ORLANDI, 2009, p. 67)

Além da necessidade da vida colonial, outra causa de brasileirismos citada pelo autor é o povoamento das fronteiras por castelhanos, os ciganos que foram expulsos de Portugal que vieram em grande número. Ribeiro (1889) dizia que o Brasil possuía um dialeto mestiço de origens bem complexas, que esses povos derivam termos, constroem sentenças e modificam a prosódia. Tais ações realizadas por esses grupos teriam afetado de forma direta a língua falada no Brasil.

João Ribeiro (1979) testifica que Visconde de Pedra Branca foi o primeiro autor a publicar um documento de natureza teórica a respeito dos brasileirismos, isso se deu em 1826, já citado no capítulo dois, quando o visconde colaborou com a pesquisa de Adrien Balbi na construção de *Introduction à l'atlas ethnographique du globe*. Segundo Ribeiro (1979, p. 58,

60) foi nesse estudo que “se incluíam informações a respeito das raças e das línguas, espalhadas pela superfície da terra”.

João Ribeiro (1979) ressalta que alguns brasileirismos utilizados por literatos brasileiros, como José de Alencar, e que foram censurados por críticos portugueses como Manoel Pinheiro Chagas (1842-1895), são arcaísmos da língua portuguesa que ficaram obsoletos em Portugal, mas que persistiam no Brasil. Excerto da crítica de Chagas pode ser vislumbrada a seguir:

[...] o defeito que vejo em todos os livros brasileiros, e contra o qual não cessarei de bradar intrepidamente, é a falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português, por meio de neologismos arrojados e injustificáveis, e de insubordinações gramaticais. (CHAGAS, 1866 *apud* BORGES, 2010, p. 6)

Sobre a crítica de Chagas, Ribeiro diz que ela se deve à sua ignorância a respeito da história de sua própria língua. Ele exemplifica: “*Faceira* no século XVIII era sinônimo de casquilho, elegante, pelintra, *petimêtre*; a palavra tornou-se obsoleta em Portugal, mas conservou-se no Brasil ainda que só aplicada exclusivamente à elegância feminina” (RIBEIRO, 1979, p. 62). Além deste, Ribeiro exemplifica com outro brasileirismo:

Tope é também um arcaísmo; se os portugueses dão-lhe agora de preferencia o sentido de *entrave* como registra Pedra Branca, nem sempre significou colisão e choque, porque desde *Bluteau* está mencionado como palavra antiga no sentido de molho de fitas, em geral no chapéu. O tope verde e amarelo, auriverde como lhe chamaram os poetas, veio a constituir as cores nacionais da nossa bandeira, e dos dias da Independência. (RIBEIRO, 1979, p. 63)

Sobre a noção de língua nacional, João Ribeiro (1889) traz reflexões importantes. Ele aborda curiosidades que poderiam ser despertadas em amadores ou estudiosos da língua referente ao idioma português na Europa na América. Fala do desdém e da indiferença pelas questões da gramática por esnobismo ou por vaidade. Ribeiro diz que isso se dá pelas constantes incorreções que havia em textos jornalísticos da época, “secções jornalísticas que nos instruem nas fantasias do bem falar ou do bem escrever, e nos dizem como se fala e como se escreve (...) em Coimbra ou em Lisboa” (RIBEIRO, 1899 *apud* ORLANDI, 2009, p. 68). Ribeiro observa que essas impertinências eram como se fossem algemas nos pulsos mesmo após a Independência.

Ribeiro enfatiza que “a nossa gramática não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses. (...) A verdade é que, corrigindo-nos, estamos de facto a mutilar ideias e

sentimentos que não são pessoas” (RIBEIRO, 1899 *apud* ORLANDI, 2009, p.68). O autor ainda complementa que “falar diferente não é falar errado”.

Os modos de dizer dos brasileiros são diferentes dos portugueses, e isso João Ribeiro (1889) defende em sua gramática. Ele defende que esse falar diferente não é errado. Para ele, “são diferentes e legítimos e, o que é melhor, são imediatos e conservam, pois o perfume do espírito que os dicta” (RIBEIRO, 1899 *apud* ORLANDI, 2009, p. 68). A colocação dos pronomes, por exemplo, é um fator muito explícito pelos que estudavam e continuam estudando as diferenças entre as duas línguas. Quando o brasileiro diz “Me diga” e o português “Diga-me”, segundo ele, o brasileiro está demonstrando uma certa suavidade, e o português uma imperatividade. O gramático diz que isso é uma questão diversa de personalidade. E isso não é erro, mas uma criação de uma nova utilização da língua europeia.

A respeito dessa personalidade suave dos brasileiros e imperativa dos portugueses, no tocante ao falar, Nascentes (1933, p. 245) destaca que a pronúncia brasileira tem uma espécie de frouxidão e suavidade que não são percebidos no falar lusitano. “Há uma expressão bem característica da suavidade da nossa pronúncia: a língua do Brasil é denominada o português com açúcar. O falar do português é enérgico e áspero”. Nascentes (1933, p. 245) justifica essa ideia com Gonçalves Viana, na obra *Exposição da Pronúncia Normal Portuguesa*, que teria dito “que o caráter preguiçoso e lento da nossa dicção arrastada contrasta singularmente com a energia do falar português e denuncia imediatamente o brasileiro”.

Sobre a língua nacional, João Ribeiro (1889 *apud* Orlandi, 2009) ressalta que a língua nacional dos brasileiros diz respeito a sua independência de pensamento e expressão, não se trata uma questão de defeito ou de erros em comparação à língua de Portugal, mas como uma maneira de demonstrar independência linguística em relação ao país que o colonizou. Nesse sentido, Orlandi dialogando com Ribeiro, assinala:

Em consequência, sente necessidade de escrever sobre o que podíamos chamar de a Língua Nacional dos brasileiros. Isso não quer dizer, segundo ele (João Ribeiro), que era a defesa e a apologia de solecismos, defeitos indesculpáveis, de barbaridades mas sim de propósito “mais erguido e alevantado”: trata-se de “independência do nosso pensamento e de sua imediata expressão”. (ORLANDI, 2009, p. 71)

Ribeiro (1889) afirma que esse fato aconteceu não só apenas com o Brasil, mas também com os americanos do norte que lutaram pela independência de sua língua: “Isso não se dá só no Brasil. Os americanos do norte também lutam pela independência da língua nacional contra

a pressão inglesa” (RIBEIRO, 1899 *apud* ORLANDI, 2009, p. 71). Ele se fundamenta no autor americano, Rupert Hughes (1872-1956), que propõe a independência de uma “*Statish language*” para defender a existência da língua do Estado. Segundo Ribeiro, todo homem educado escreve corretamente sua língua em qualquer parte do mundo. Com isso ele contestava o que os literatos portugueses diziam a respeito do modo de escrever no Brasil. Hughes defendia que era absurda a hipótese de que um autor inglês pudesse ter receio de não ser compreendido pelos próprios americanos.

João Ribeiro (1889) conclui que o que se tem é a “consciência de que já possuímos os fundamentos da evolução própria, nova e independente. No dia em não nos compreenderem, façam glossários e, se quiserem, traduzam os escriptores americanos.” (RIBEIRO, 1889 *apud* ORLANDI, 2009, p. 72). Essa evolução própria, nova e independente citada por Ribeiro é a língua nacional.

Antenor Nascentes (1936) denomina de idioma nacional a língua falada no Brasil com todas as suas interfaces, seja fonética, semântica e sintática, todas elas devem ser preferidas porque representam o modo de falar do nosso povo. Para o autor não se deveria utilizar o artificialismo português. Pode-se perceber no prefácio de sua obra *O idioma Nacional* que ele, assim como João Ribeiro, julgava que o uso da língua da mesma forma que os portugueses a usavam representavam um artificialismo linguístico:

Entendemos que tôdas as modalidades fonéticas, semânticas e sintáticas, correntes no Brasil e corretas, devem ser preferidas, pois representam o genuíno modo de falar do nosso povo. Nada de artificialismos. Notar-se-á que pouco no procurámos afastar da língua viva atual e que tirámos ao nosso trabalho o aspecto rebarbativo das gramáticas. (NASCENTES, 1936, p. 6, 7)

João Ribeiro (1979) diz que ao trocar uma inflexão brasileira por outra de Coimbra é alterar o valor de ambas, fazendo assim é forçar uma uniformidade enganadora. Em *O linguajar carioca*, Nascentes (1953) cita o próprio João Ribeiro como também Rupert Hughes para atestar o fato de que o falar brasileiro é diferente do português:

Afastamento da metrópole, a independência política e outras causas tornaram autonomo o português do Brasil. “a língua nacional, diz João Ribeiro, é essencialmente a língua portuguesa, mas enriquecida na América, emancipada e livre nos seus próprios movimentos”. Submeter o falar diferente às formas portuguesas é um absurdo desprezível e servilmente colonial, como diz o sr. Rupert Hughes relativamente ao falar norte-americano. (NASCENTES, 1953, p. 10)

É evidente que para todos os autores apresentados há uma ideia comum, a língua nacional é tudo o que compõe o espírito de uma nação, como Humboldt discorre a respeito do espírito nacional: o relevo, a cultura, o clima, a língua. Cada povo tem as peculiaridades que marcam a sua identidade. Para Pacheco, o ensino da língua nacional era indispensável. Ele compreendia que havia diferenças entre a língua brasileira e a portuguesa devido a palavras que só existem aqui no país, como as ações climáticas, a fauna, os chamados brasileirismos. João Ribeiro também compreendia que a língua nacional era composta por tudo que está imerso na nação brasileira. O autor ainda acreditava que a língua brasileira era a forma de independência do pensamento e expressão em relação à língua de Portugal, e isso não a tornava uma língua defeituosa, mas uma forma diferente dos brasileiros se expressarem linguisticamente. Por fim, Antenor Nascentes concordava com a ideia de João Ribeiro sobre a noção de língua nacional, quando afirma que os brasileiros deveriam preferir as modalidades fonéticas, sintáticas e semânticas do idioma brasileiro, porque elas representam o modo genuíno do povo brasileiro a despeito do artificialismo da língua lusitana.

6.2 Língua nacional do Brasil x Língua lusitana, apontamentos de Antenor Nascentes na obra *O Idioma Nacional*

O percurso desenvolvido neste trabalho foi necessário para evidenciar as contribuições de Antenor Nascentes para a linguística brasileira, especificamente a respeito do idioma nacional brasileiro, em contextos anteriores e posteriores ao que ele estava inserido. É relevante salientar que Nascentes compreendia claramente que a língua falada no país era bem diferente daquela falada em Portugal, e que, portanto, era injustificável pautar na variante lusitana o ensino de língua no Brasil:

No segundo período (expansão autônoma) quebram-se os laços que nos prendem a Portugal. O país toma impulso próprio em todas as manifestações da vida e disto se ressentem língua e a literatura [...] E', no dizer de João Ribeiro, essencialmente a língua portuguesa, mas enriquecida aqui e livre nos seus próprios movimentos. (NASCENTES, 1933, p. 237)

Certo das diferenças linguísticas entre os dois países e da incongruência de se pautar o ensino de língua na variante portuguesa, Nascentes traria à luz a partir de 1926 a série composta de cinco volumes de cunho didático de livros cujo objetivo era o ensino da língua nacional no Colégio Pedro II, onde era docente. A seguir, nesta seção, serão expostas algumas das

diferenças presentes na série *O Idioma Nacional: O Idioma Nacional*, vol. I (1926), *O Idioma Nacional*, vol. II (1927), *O Idioma Nacional*, vol. IV (1928), *O Idioma Nacional*, vol. IV.

Na série didática *O idioma nacional*, Antenor Nascentes (1933) pontua que para o aprendizado do idioma nacional, a língua portuguesa falada no Brasil, era necessário compreender as noções gramaticais da língua no aspecto fonético, semântico e morfológico. Por isso, o autor desde o Vol. 1 traz noções básicas destas áreas da gramática, e em cada volume ele vai trazendo noções mais complexas do estudo do idioma.

Daí ser a gramática tradicionalmente dividida em três partes: uma que se ocupa com os sons formadores das palavras, estudando-os em sua natureza, pronúncia e escrita; outra, que estuda a classificação das palavras, suas variações, sua estrutura; e finalmente, outra que estuda as palavras ligadas entre si de modo que formem frases. (...) A primeira recebeu o nome de fonética (do grego *phoné*, voz); a segunda, o de morfologia (do grego *morphé*, forma, e *logos*, discurso); a terceira, o de sintaxe (do gr. *syntaxis*, ordem, disposição). (NASCENTES, ?, p. 21, 22)

Nesses aspectos, o autor demonstra em diversos momentos as diferenças linguísticas entre os dois idiomas, brasileiro e lusitano. Para Nascentes (1933, p. 22), as alterações fonéticas, morfológicas, sintáticas e acréscimos de muitos novos termos ao idioma nacional resultaram em uma “modalidade especial” de língua que é ser divergente da lusitana em vários aspectos. Isso se deu graças ao contato da língua portuguesa com o tupi e mais tarde com as línguas faladas pelos africanos, introduzidos pelos portugueses.

A respeito de algumas diferenças fonéticas entre o idioma brasileiro e o lusitano, Nascentes pontua que a vogal oral *a* pode ser aberta ou reduzida, como em *sofá, rosa*; porém não existe *a* oral fechada no Brasil, assim como no português de Portugal no termo *cada*. Outro inexistente no Brasil é a vogal *e* reduzida que aparece no português de Portugal em palavras como *menino*. Já no Brasil ela aparece aberta ou fechada, ex.: *quero, dedo*.

Quanto à quantidade, a duração dos sons das vozes, Nascentes afirma que na fala corrente, as vozes portuguesas são todas breves. “No português de Portugal a voz átona *e* aparece sensivelmente brevíssima, como o *e* mudo francês. Ex.: *menino* (pron. *m'nino*)” (NASCENTES, 1933, p. 55). Conforme o autor, isso não acontecia no português do Brasil.

Outro fato a se observar é que Nascentes demonstra o seu sentimento de nacionalidade, de pertencimento ao Brasil, ao trazer textos de autores brasileiros como forma de representação da cultura brasileira por meio da literatura. Autores estes como: Olavo Bilac, Manuel Bandeira, Aluísio de Azevedo, Machado de Assis, José de Alencar, Manuel Antônio de Almeida, Raul Pompeia, dentre muitos outros.

No Vol. II de *O idioma nacional*, Nascentes traz a metodologia utilizada por ele em suas aulas. Na parte prática há a presença dos textos de autores brasileiros, alguns citados anteriormente, outros nos demais volumes da série.

Leitura expressiva. Declamação. Interpretação dos trechos lidos e declamados. Exercício de vocabulário: explicação do significado das palavras difíceis, sinonímia e antonímia feitas pelo processo dos dicionários analógicos como o de Grimblot, por exemplo.

Composição oral no quadro negro, feita com a colaboração da classe inteira.

Narração de anedotas, fábulas, contos, historietas; assuntos de outras aulas: descrição de um país, de um fato histórico, de uma experiência de física ou de química, uma demonstração matemática.

Análise fonética elementar. Determinação de acentos secundários. Análise morfológica. Exercício sobre família de palavras.

Análise lógica de períodos compostos em prosa.

Desenvolvimento escrito do esquema obtido por meio da composição oral. (NASCENTES, ?, p. 184)

Como exemplo de um dos textos, de autores brasileiros, abordados por Nascentes em sua obra, está *A tempestade*, fragmento do texto *O Guarani*, de José de Alencar:

O sol, dissipando as trevas da noite, assomou no oriente; no seu aspecto majestoso iluminou o deserto; as ondas de sua luz brilhante derramaram-se em cascatas sobre um lago imenso, sem horizontes. Tudo era água e céu...

A inundação tinha coberto as margens do rio até onde a vista podia alcançar; as grandes massas d'água, que o temporal durante uma noite inteira vertera sobre as cabeceiras dos afluentes do Paraíba, descera das serranias, e, de torrente em torrente, haviam formado uma tromba gigantesca que se abatera sobre a várzea. A tempestade continuava ainda ao longo de toda a cordilheira, que aparecia coberta por um nevoeiro escuro; mas o céu, azul e límpido, sorria mirando-se no espelho das águas.

A inundação crescia sempre: o leito do rio elevava-se gradualmente; as árvores pequenas desapareciam; e a folhagem dos soberbos jacarandás sobrenadava já como grandes montas de arbustos.

A cúpula da palmeira em que se achavam Peri e Cecilia, parecia uma ilha de verdura banhando-se nas águas da corrente; as palmas que se abriam formavam no centro um berço mimoso, onde os dois amigos, estreitando-se, pediam ao céu para ambos uma só morte, pois uma só era a sua vida. Cecilia esperava o seu último momento com a sublime resignação evangélica, que só dá a religião do Cristo; morria feliz; Peri tinha confundido as suas almas na derradeira prece que expirara dos seus lábios.

— Podemos morrer, meu amigo! disse ela com uma expressão sublime.

Peri estremeceu; ainda nessa hora suprema seu espírito revoltava-se contra aquela ideia, e não podia conceber que a vida de sua senhora, tivesse de perecer como a de um simples mortal.

— Não! exclamou êle. Tu não podes morrer.

A menina sorriu docemente.

— Olha! disse ela com a sua voz maviosa, a água sobe, sobe...
 — Que importa! Perí vencerá a água, como venceu a todos os teus inimigos.
 — Se fôsse um inimigo, tu o vencerias, Perí. Mas é Deus... E' o seu poder infinito!
 — Tu não sabes? disse o índio como inspirado pelo seu amor ardente, o Senhor do céu manda às vezes àqueles a quem ama um bom pensamento!
 E o índio ergueu os olhos com uma expressão inefável de reconhecimento.
 Falou com um tom solene:
 — “Foi longe, bem longe dos tempos de agora. As águas caíram, e começaram a cobrir toda a terra. Os homens subiram ao alto dos montes; um só ficou na várzea com sua espôsa.
 “Era Tamandaré; forte entre os fortes; sabia mais que todos. O Senhor falava-lhe de noite; e de dia êle ensinava aos filhos da tribo o que aprendia do céu.
 Quando todos subiram aos montes êle disse:
 — Ficai comigo; fazei como eu, e deixai que venha a água.
 “Os outros não o escutaram; e foram para o alto; e deixaram êle só na várzea com sua
 companheira que não o abandonou. [...] (NASCENTES, ?, p. 225 a 227)

A escolha desse texto ocorre porque Nascentes (1953) aborda a crítica que Alencar sofreu de José Feliciano de Castilho (1810-1879) porque escrevia um português brasileiro:

Ora, dependendo exclusivamente a situação dos pronomes atonos brasileiros da fonética peculiar ao Brasil, como se pôde originar essa preocupação dos gramáticos e mestres do vernáculo, entre nós, de estabelecerem *regras para a colocação daqueles elementos, de acordo com os habitos do falar português?* Originou-se da polemica entre Alencar e Castilho (José Feliciano). (NASCENTES, 1953, p.146, grifos nossos)

É evidente que Nascentes ao escolher os textos de José de Alencar quis valorizar a construção de uma literatura brasileira nos moldes do idioma falado no Brasil. Encontra-se nas obras de Nascentes, além deste, vários outros fragmentos da obra de José de Alencar, como exemplos para o exercício de análises gramaticais, para tratar de ritmo, entoação e expressão. Nascentes (1936, p. 64) argumenta: “O sentimento que êle pôs nos olhos e no rosto, não o sei eu (Alencar – Iracema)” para demonstrar como deveria ser lido esse conjunto de frases, a parte ascendente da frase deveria ir até a palavra *rosto*, e a descendente começaria do termo *não*.

Nascentes assegura que a colocação dos pronomes é de cunho prosódico, que tanto o Brasil quanto Portugal têm a sua maneira de colocá-los, por isso seria um equívoco falar de erro nesse sentido. Assim, o Nascentes (1953, p.145) argumenta que “em Portugal é certa a colocação dos pronomes por ser de uso geral; no Brasil também é certo o nosso modo de empregar os pronomes por ser igualmente de uso geral”. Desse modo, é possível notar que

Nascentes pautado em Said Ali e Silva Ramos defende que ambas as formas de colocação pronominal estão fundadas na pronúncia própria de cada país, e que tais países se divergem: “em Portugal fala-se mais depressa, a ligação das palavras é fato muito comum; no Brasil pronuncia-se mais pausada e mais claramente. Em suma, a fonética brasileira é em geral diversa da fonética lusitana” (NASCENTES, 1953, p.144).

Ainda sobre as diferenças fonológicas e prosódicas existentes entre o português brasileiro e o lusitano, Nascentes (1933, p. 245), dialogando com Gonçalves Viana, e com autores da literatura nacional, trata-as como frouxidão e suavidade na pronúncia, utilizando a expressão “português com açúcar” para se referir ao falado pelos brasileiros. Já o modo de falar dos lusitanos, ele o denomina de enérgico e áspero.

Nesse sentido, o autor correlaciona o problema da colocação pronominal nos dois países com as diferenças de pronúncias dos pronomes oblíquos átonos:

Fundando-se ela na pronúncia própria do falar lusitano, impossível será haver entre nós identidade de colocação, se não é idêntica a pronúncia. Lá os pronomes são átonos; o *e* final em *me, te, se* é tão abafado que mal se ouve. Cá estamos habituados a empregar já certa acentuação quando o pronome vem anteposto ao verbo, dizendo aproximadamente *mi, ti, si*; para nós, brasileiros, seria extremamente difícil pronunciar à portuguesa *me, te, se*. (NASCENTES, 1953, p. 143 e 144).

Sobre a escrita de textos, a fim de conservar a “beleza da linguagem”, Nascentes condenava o uso de barbarismos, solecismos ou estrangeirismos para evitar erros que feriam a fonética, a morfologia e a sintaxe. Para Nascentes (1942, p. 126), eram “exemplos de barbarismo gráfico: escrever *advinhar* em vez de *adivinhar*. Exemplos de barbarismo morfológico: fazer o plural de *cidadões* em vez de *cidadãos*”. Na verdade, Nascentes aconselhava seus alunos a conhecer melhor os termos a serem utilizados por eles na escrita, a escolher palavras de cujo significado sabia com a finalidade de deixar a escrita mais clara.

Por fim, ao falar dos aspectos que tornavam um texto belo, Nascentes dizia que isso não poderia ser ensinado, mas que poderia ser buscado em autores importantes da literatura. Assim, apontava que José de Alencar e Machado de Assis, por exemplo, não gostavam de períodos longos, preferindo períodos curtos sem rodeios, evitando assim a prolixidade. Nascentes ainda apontava que o escritor deve “ser conciso, mas sem prejuízo da clareza” Outra indicação que ele sugere é o uso de linguagem simples, deixando de lado expressões pedantes, novamente chamando à atenção para a forma de escrita de Machado de Assis, Bilac, Raimundo Correia e outros, que “procuraram escrever de modo que a maioria compreendesse. É preciso porém não descer à trivialidade” (NASCENTES, 1942, p. 136).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado colocou em realce a vida e a obra de um dos maiores estudiosos da língua portuguesa e da linguística brasileira nos primeiros quartéis do século XX no Brasil. Os estudos de Antenor Nascentes foram substanciais para despertar o sentimento de nacionalidade em torno da língua e para invocar a necessidade de demonstração das características constituintes do português falado em solo brasileiro.

O sentimento de pertencimento de Nascentes ao país alinhado ao contexto social e intelectual em que produziu sua obra fez com que exaltasse aspectos da língua nacional que outros costumavam condenar. Sua busca pela compreensão das marcas características de que se revestia essa língua o fez elaborar bases para o seu estudo que viriam a ser seguidas com entusiasmo pelos pesquisadores que o sucederiam por todo o século de que ele foi um dos principais representantes.

A fim de demonstrar a importância do trabalho desse autor, buscou-se neste estudo evidenciar as contribuições de Nascentes para a linguística brasileira, sua trajetória biográfica e intelectual, buscando-se esclarecer como o autor compreendia o conceito de idioma nacional, e a visão dele a respeito deste idioma, mostrando a defesa dele em favor da língua falada no território brasileiro. O estudo dessa trajetória e de seus escritos revelou o sentimento de nacionalidade e de pertencimento ao Brasil.

Nascentes não pensava diferente dos intelectuais de sua época, em sua célebre obra *O Idioma Nacional*, produzida em cinco volumes, o autor aborda como deveria ser o ensino da língua nacional, o português falado no Brasil, que considerava diferente da língua lusitana. Logo, o autor considerava incongruente que o Brasil fizesse uso de uma gramática lusitana ou de manuais construídos com base na variedade lusitana para o ensino de português no Brasil. Nesse sentido foi que produziu os cinco volumes de *O idioma Nacional*, livros que ele utilizava como livros didáticos para o ensino de língua portuguesa no Colégio Pedro II, onde foi professor até o fim de sua carreira profissional.

Ao tratar do idioma nacional, forma como ele gostava de se referir à língua portuguesa falada no Brasil, o autor expressa uma visão nacionalista, fruto do contexto intelectual em que expressava sua construção teórica, o movimento modernista brasileiro. Em razão disso, é evidente a exaltação das cores nacionais em sua defesa pelo idioma nacional. Evidenciou-se isso quando Nascentes afirma que os brasileiros deveriam preferir a língua brasileira em todas as suas interfaces - fonética, semântica e sintática - ao artificialismo lusitano, pois o modo de falar do brasileiro reflete genuinamente marcas da constituição identitária da nação brasileira.

Na série *O idioma nacional*, livros produzidos para o ensino do idioma nacional, Nascentes abordou conteúdos que puseram em evidência os aspectos fonéticos, morfológicos, sintáticos e históricos do português brasileiro. Além disso, o autor utilizou-se dessa obra para homenagear, tanto quanto exaltar, autores brasileiros como Olavo Bilac, França Junior, Visconde de Taumay, Bernardo Guimarães, Franklim Távora, José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, Raul Pompea, Manuel Bandeira, Machado de Assis, dentre outros. Esses autores brasileiros ocuparam na sala de aula de Nascentes lugares que tradicionalmente eram ocupados por autores lusitanos.

Em 2022, comemora-se o centenário da publicação da primeira edição de *O linguajar carioca de 1922* (1922). No prefácio dessa obra, Nascentes, possivelmente antevendo algum estranhamento a sua abordagem inovadora, pediu paciência a seus críticos: “Nosso trabalho não é para a geração atual; daqui a cem anos os estudiosos encontrarão nele uma fotografia do estado da língua e neste ponto serão mais felizes do que nós, que nada encontramos do falar de 1822” (NASCENTES, 1953, p. 7).

Visionário como era, Nascentes antevia que a semente lançada com a publicação dessa obra ganharia solo fértil e os estudos sobre o português brasileiro se tornariam cada vez mais recorrentes. Mas certamente não imaginou que sua obra ainda seria leitura elementar para qualquer estudioso do português brasileiro passados 100 anos de sua publicação.

Através do percurso apresentado nesta dissertação, pôde-se situar Antenor Nascentes em seu tempo, mostrando as relações dele com os intelectuais de seu tempo, e uma defesa compartilhada de uma língua e de uma literatura nacionais. Certamente a língua é a maior expressão da identidade de um povo, de uma nação, e numa década que se comemorava os 100 anos da independência do Brasil, Nascentes lançava as bases para o estudo do português revestido das cores nacionais, dos aspectos que caracterizam os falantes dessa língua. *O idioma nacional* é genuinamente o *português brasileiro*, termo que ganharia com o amadurecimento da linguística brasileira um *status* científico, contrapondo-se a *português lusitano*, como uma forma de estabelecimento de diferenças dialetais substanciais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABBADE, Celina Márcia de Souza. **O filólogo Antenor Nascentes e os estudos lexicais** Disponível em <<http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/3558/1/C-033.PDF> >. Acesso em: 19 jul. de 2021.

BARBADINHO NETO, Raimundo. **A propósito da 2.^a e 3.^a séries destes estudos filológicos.** In. Revista da Academia Brasileira de Filologia. Nº XIV 2014. Primeiro Semestre. Disponível em: <<http://www.filologia.com.br/arquivos/REV%20XIV.pdf> > Acesso em: 10 de fev. de 2020.

BASSO, Renato Miguel e Gonçalves, Rodrigo Tadeu. **História concisa da língua portuguesa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BORGES, Valdeci Rezende. **Manuel Pinheiro Chagas leitor crítico de José de Alencar: a censura e a resposta** Intellèctus. Ano IX, Nº 2, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/27686/19870>> Acesso em: 01 de maio de 2020.

CAMACHO, Roberto Gomes. **Da linguística Formal à Linguística Social.** São Paulo: Parábola, 2013.

CÂMARA JÚNIOR, Matoso. **Antenor Nascentes e a Filologia Brasileira.** In. Revista da Academia Brasileira de Filologia. Nº XIV 2014. Primeiro Semestre. Disponível em: <<http://www.filologia.com.br/arquivos/REV%20XIV.pdf>> Acesso em: 15 de fev. de 2020.

CARDOSO, S. A. M. S. **Atlas Linguístico do Brasil.** Vol. 1 Londrina: Eduel, 2014.

CARDOSO, S. A. **Geolinguística: tradição e modernidade.** São Paulo: Parábola, 2010.

CAVALIERE, Ricardo Stavola. **Os estudos historiográficos de Antenor Nascentes.** In: Confluência, Rio de Janeiro, n. 32, 2º. p. 65-72. Sem. 2006.

CHOERI, Wilson. **Antenor Nascentes.** In. Revista da Academia Brasileira de Filologia. Nº XIV 2014. Primeiro Semestre. Disponível em: <<http://www.filologia.com.br/arquivos/REV%20XIV.pdf> > Acesso em: 02 de mar. de 2020.

CUNHA, Celso. **Presença de Antenor Nascentes.** Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/xcnlf/17/09.htm> > Acesso em: 02 de abr. de 2020.

FÁVERO, Leonor Lopes e MOLINA, Márcia A. G. **A gramática luso-brasileira e o método científico.** Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/flp/issue/view/4915> LL Fávero, MAG Molina Filologia e linguística portuguesa, 27-42> Acesso em: 23 de jan. de 2020.

GUIMARÃES, Eduardo. Sinopse dos estudos do Português no Brasil: a gramatização brasileira. In: Eduardo Guimarães e Eni Orlandi (Orgs.). *Língua e cidadania: o português no Brasil.* Campinas, SP: Editora Fontes, 1996. P. 127-138.

HACKEROTT, Maria Mercedes Saraiva. **Continuidade e descontinuidade em três dicionários do século XIX.** Disponível em <

<https://www.yumpu.com/pt/document/read/2388416/continuidade-e-descontinuidade-em-tres-dicionarios-do-seculo-xix> >. Acesso em: 19 jul. de 2021.

HAMPEJS, Zdenek. **Três Aspectos da obra de Antenor Nascentes**. Disponível em<:<https://revistas.ufpr.br/letras/article/download/19878/13104> >Acesso em: 30 de jul. de 2019.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. **O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2006.

KOERNER, E. F. Konrad. **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Publito, Estúdio de Artes Gráficas, Braga, 2014.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas: a polarização do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

MARRA, D. Cerrado e Veredas: designação, sentido e mudança semântica. **Linha D'Água**, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 105-127, 2020. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v33i1p105-127. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/163404>. Acesso em: 10 abr. 2021.

MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil**. Disponível em<:[http://funag.gov.br/biblioteca/download/983Influencia Africana no Portugues do Brasil A.pdf](http://funag.gov.br/biblioteca/download/983Influencia_Africana_no_Portugues_do_Brasil_A.pdf) > Acesso em: 06 de maio de 2020.

MILANI, Sebastião Elias. **Humboldt, Whitney e Saussure: Romantismo e Cientificismo-Simbolismo na história da Linguística**. Disponível em<:https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/156/o/2000_sebasti_o_2011.pdf > Acesso em: 03 de abril de 2020.

MILANI, Sebastião Elias. **Historiografia Linguística de Wilhelm von Humboldt: Conceitos e Métodos**. Disponível em<:[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/156/o/Miolo Historiografia 09 10.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/156/o/Miolo_Historiografia_09_10.pdf) > Acesso em: 03 de abril de 2020.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1953.

_____. (1961) **Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC, Casa de Rui Barbosa, vol. I, 1958, vol. II.

_____. **O Idioma Nacional**. Vol. I. 4ª ed. Rio de Janeiro, Livraria Briguiet e Livraria Alves 1936.

_____. **O Idioma Nacional**. Vol. II. 3ª ed., Rio de Janeiro, Livraria Machado e Livraria Alves, [19 -].

_____. **O Idioma Nacional**. Vol. III. 3ª ed. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Porto Alegre, 1942.

_____. **O Idioma Nacional**. Vol. IV. 2ª ed. Rio de Janeiro, Livraria Machado e Livraria Alves 1933.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **O último refúgio da língua geral no Brasil**. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ea/a/jpgHfzMs3Nhksmy8fts9qm/?lang=pt> Acesso em: 09 de jan. de 2022.

ORLANDI, Eni P. **Língua Brasileira e outras histórias** - Discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas, Editora RG, 2009.

ORLANDI, Eni P. e GUIMARÃES, Eduardo. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: Eni Orlandi (Org.). História das ideias linguísticas: construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional. Campinas, SP: Editora Fontes; Cárceres, MT: Unemat, Editora, 2001. P. 21-38.

PENHA, João Alves Pereira. **Filólogos Brasileiros**. Franca: Editora Ribeirão Gráfica, 2002, p. 67-72. Disponível em: <<https://www.filologia.org.br/xcnlf/homenageado.html>> Acesso em: 30 de jul. de 2019.

RIBEIRO, João. **A língua Nacional:** e outros estudos linguísticos, João Ribeiro; seleção e coordenação de Hilson Rocha. Petrópolis: Vozes, 1979.

ROMANO, Valter Pereira. **Áreas lexicais brasileiras: um novo olhar sobre a proposta de Antenor Nascentes nos dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil**. *Linguística*, Montevideo, v. 34, n. 1, p. 113-143, jun. 2018. Disponível em <http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2079312X2018000100113&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 abr. de 2020.

SILVA, Amós Coelho da. **Preito aos Estudos Filológicos de Antenor Nascentes**. In. Revista da Academia Brasileira de Filologia. Nº XIV 2014. Primeiro Semestre. Disponível em: <<http://www.filologia.com.br/arquivos/REV%20XIV.pdf>> Acesso em: 05 de abr. de 2020.

SILVA, Ana Maria da. **Itinerários da produção intelectual de Antenor de Veras Nascentes na comunicação científica**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2012.

Silva, Greize Alves da. **Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do Estado do Tocantins (ALITTETO)**. 2018. Disponível em <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEL_4485de091b17fcbada9b8a568b8840aa> Acesso em: 20 de abril de 2020.

SILVA NETO, Serafim da. **Guia para estudos dialectológicos**. Florianópolis: Faculdade Catarinense de Filosofia, 1955.

VIARO, M. E. **Etimologia**. São Paulo: Contexto, 2011.